



PROT-OVT

Plano Regional de Ordenamento do Território do Oeste e Vale do Tejo

3.º RELATÓRIO DE MONITORIZAÇÃO E AVALIAÇÃO

Abril de 2014



Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional
de Lisboa e Vale do Tejo



Ficha Técnica

Coordenação

Eduardo Brito Henriques

Fernanda do Carmo

Elaboração

Linda Irene Pereira

Colaboração

Carlos Pina

Cecilia Löya (estagiária)

Ines Fernandes (estagiária)

João Afonso

Leonor Cintra

Entidades da Comissão de Acompanhamento da EMAG¹

¹ Contributos referenciados ao longo do documento e anexos

Índice

Introdução.....	8
1. Monitorização e Avaliação do Processo de implementação do PROT OVT	10
1.1. Articulação entre o PROT e os Planos de Ação Regional do Centro e Alentejo 2014 - 2020	10
1.2. Articulação entre os PMOT e o PROT	12
1.2.1. Evolução dos Processos de Revisão dos PDM	12
1.2.2. Turismo e Lazer no Oeste e Vale do Tejo - Documento Técnico de Apoio aos PMOT	17
1.2.3. Dinamização da Identificação de Áreas de Vocação Turística	18
1.2.4. Dinâmicas de Planeamento	24
1.3. Atualização dos Padrões de Ocupação do Solo - Dinâmica de Ocupação do Edificado	31
1.3.1. Nota metodológica	32
1.3.2. Dinâmicas de Ocupação do Solo entre 2006 e 2010	35
1.4. Monitorização do Limiar da Capacidade de Alojamento Turístico.....	42
1.5. Questões Frequentes.....	46
2. Monitorização e Avaliação do Desempenho do PROT	47
2.1. Indicadores de Monitorização.....	47
2.2. Programa de Execução	66
2.3. Avaliação e Controle Ambiental	69



3. Conclusões	74
4. Anexos	79
Anexo 1 - Documento de Apoio à Elaboração e Revisão de PMOT sobre Turismo e Lazer (documento autónomo)	79
Anexo 2 – Atualização dos Padrões de Ocupação do Solo – Dinâmica do Edificado no OVT 2006/2010 (documento autónomo)	79
Anexo 3 – Indicadores de Monitorização.....	80
Anexo 4 – Monitorização do Programa de Execução.....	105
Anexo 5 – Avaliação e Controlo Ambiental do PROT OVT – Oportunidades e Riscos por Fator Crítico para a Decisão	132
Anexo 6 - Verificação das Diretrizes de Seguimento da AA do PROT OVT	136

Índice de Figuras

Figura 1 – Articulação entre PROT OVT e Programas Operacionais Regionais	11
Figura 2 – Ponto de situação da revisão dos PDM na RLVT – Janeiro 2013	13
Figura 3 - Ponto de situação da revisão dos PDM na RLVT – Janeiro 2014	14
Figura 4 - Tempo de vigência dos PDM da RLVT - fevereiro de 2014	16
Figura 5 – Áreas de Vocação Turística na Lezíria do Tejo.....	23
Figura 6 - Plano de Pormenor da Estrada Atlântica / Foz do Arelho (Caldas da Rainha) - Sobreposição da Planta de Implantação com o Orto 2010.....	29
Figura 7 - Plano de Pormenor da Área de Aptidão Turística da Maceira e Área Envolvente (Torres Vedras) - Sobreposição da Planta de Implantação com o Orto 2010	29

Figura 8 – Legenda da caracterização dos POS	33
Figura 9 – Critérios de atualização dos padrões de ocupação do solo	35
Figura 10 – Tipologia de análise dos resultados atualização dos Padrões de Ocupação do Solo	36

Índice de Quadros

Quadro 1 – Evolução dos processos de revisão dos PDM no OVT em 2013.....	14
Quadro 2 – Monitorização do Limiar da Capacidade de Alojamento do OVT - 2013....	44
Quadro 3 - Dados globais da monitorização do Programa de Execução.....	67
Quadro 4 – Montantes de investimento das ações executadas ou em execução por domínio - 2013 e 2012.....	68
Quadro 5 – Indicadores- chave de Contexto	80
Quadro 6 – Indicadores de monitorização do PROT OVT, por Eixo Estratégico e por Fator Crítico para a Decisão (FCD).....	82
Quadro 7 – Diretrizes de seguimento da avaliação e controle ambiental do PROT OVT, por Fator Crítico para a Decisão	136

Índice de Gráficos

Gráfico 1 – Planos publicados por NUTS III	25
Gráfico 2 – Planos por ano de publicação.....	25
Gráfico 3 – Planos por ano de início (data de deliberação).....	26
Gráfico 4 – Média das Áreas de Intervenção dos Planos, por NUTS III	27

Gráfico 5 – Capacidade de alojamento prevista nos Planos, por NUTS III	28
Gráfico 6 – Evolução da Relevância das Classes de Ocupação do Solo no OVT 2006/2010.....	38
Gráfico 7 – Variação Interanual das classes dos POS – 2006 / 2010.....	38
Gráfico 8 - Relevância das classes de ocupação do solo por NUTS III, 2010 (%).....	39
Gráfico 9 – Variação interanual das classes de ocupação do solo por NUTS III, 2006/2010 (%).....	39
Gráfico 10 - Evolução da Relevância das Áreas Edificadas no OVT 2006/2010.....	40
Gráfico 11 – Variação Interanual das Áreas Edificadas no OVT, 2006/2010.....	41
Gráfico 12 – Índice Sintético de Desenvolvimento Regional (ISDR)	48
Gráfico 13 - Produto interno bruto por habitante a preços correntes (Base 2006 – Milhares€)	49
Gráfico 14 – índice de Envelhecimento	49
Gráfico 15 - Taxa bruta de escolarização do ensino superior.....	50
Gráfico 16 - Taxa bruta de escolarização do ensino secundário.....	50
Gráfico 17 – VAB por Ramo de Atividade	52
Gráfico 18 – Taxa de Cobertura das Importações pelas Exportações	52
Gráfico 19 - Proporção de nascimentos de empresas em sectores de alta e média-alta tecnologia (Série CAE Rev. 3 - %)	53
Gráfico 20 - Proporção de hóspedes estrangeiros	53
Gráfico 21 - Meio de transporte mais utilizado nos movimentos pendulares	54
Gráfico 22 - Estada média nos estabelecimentos hoteleiros	55
Gráfico 23 - Taxa líquida de ocupação cama nos estabelecimentos hoteleiros	55

Gráfico 24 - Evolução da Proporção de áreas edificadas no corredor estruturante do litoral, OVT, 2006/2010.....	56
Gráfico 25 – Taxa de Incorporação Endógena – Saldo Energético	57
Gráfico 26 - Consumo de energia elétrica (kWh) por Localização geográfica e Tipo de consumo.....	57
Gráfico 27 - Resíduos urbanos recolhidos (t) por Tipo de destino	58
Gráfico 28 – Proporção de População residente em centros urbanos com mais de 10 mil habitantes (%).....	59
Gráfico 29 – População por dimensão dos lugares (n.º).....	60
Gráfico 30 - Proporção de Alojamentos familiares clássicos vagos (%)	60
Gráfico 31 - Proporção de alojamentos familiares clássicos de uso sazonal.....	60
Gráfico 32 – Proporção de fogos licenciados para Alteração, ampliação e reconstrução nos fogos licenciados para habitação nova (%)	61
Gráfico 33 - Proporção das Áreas Edificadas Dispersas nas Áreas Edificadas	62
Gráfico 34 - Proporção das Áreas Edificadas na Unidade Territorial de Referência (NUTSIII).....	62
Gráfico 35 - Grau de Extensificação Agrícola (%).....	64
Gráfico 36 – Superfície irrigável (%).....	65



Introdução

O Plano Regional de Ordenamento do Território do Oeste e Vale do Tejo (PROT OVT) foi elaborado pela Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo (CCDR LVT), entre 2006 e 2008, com a colaboração de uma comissão consultiva integrada por representantes das entidades e serviços do Estado que asseguram a prossecução dos interesses e das políticas públicas territorialmente relevantes, pelos municípios abrangidos e por representantes dos interesses económicos, sociais, culturais ambientais. Concluída a elaboração, o PROT OVT foi aprovado pelo governo através da RCM n.º 64-A/ 2009, de 6 de agosto e entrou em vigor a 1 de novembro de 2009.

Nos termos gerais do Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial (RJIGT) as entidades competentes pela elaboração dos vários instrumentos de gestão são responsáveis por promover a permanente avaliação da adequação e concretização da disciplina neles estabelecidos, incluindo os efeitos significativos da sua execução no ambiente. No que se refere aos PROT, o regime jurídico estabelece concretamente que a coordenação das políticas regionais consagradas nestes planos incumbe às CCDR.

No enquadramento legal do RJIGT e no contexto específico do processo colaborativo desenvolvido pela CCDR LVT e pelos demais interlocutores regionais no âmbito da comissão que acompanhou a elaboração do PROT OVT foi concetualizada a criação da Estrutura de Monitorização, Avaliação e Gestão (EMAG) com o objetivo de apoiar e dinamizar a implementação e a monitorização e avaliação do plano ao longo do seu horizonte de vigência, aproveitando a experiência das entidades e atores envolvidos na sua elaboração.

Como determina a RCM n.º 64-A/2009, de 6 de agosto, a EMAG “...visa assegurar a execução do PROT OVT em condições de alcançar os objetivos e resultados previstos no plano, num processo de participação e concertação estratégica de base territorial entre as administrações central e local e os agentes associativos económicos, sociais e culturais”.

A EMAG foi formalmente constituída em maio de 2011, com os seguintes órgãos: a Comissão de Acompanhamento, de natureza consultiva, que integra o plenário dos

atores regionais; a Estrutura de Gestão, constituída pelo Núcleo Base, formado pela CCDR LVT e pelas três Comunidades Intermunicipais e por Comissões Temáticas, formadas a partir deste núcleo com a participação de entidades específicas; o Observatório da Região de Lisboa e Vale do Tejo (em funcionamento desde dezembro de 2010).²

O PROT OVT estabelece que cabe à Comissão de Acompanhamento da EMAG a elaboração, aprovação e divulgação de relatórios periódicos de avaliação e a monitorização das dinâmicas de organização e transformação do território regional e das práticas de gestão territorial.

Os resultados do trabalho desenvolvido constam do 1º e do 2º Relatório de Monitorização e Avaliação do PROT OVT, produzidos no final dos anos de 2011 e 2012, pela CCDR LVT com a colaboração das entidades da EMAG, que se encontram disponíveis no sítio da CCDR LVT (<http://www.ccdr-lvt.pt/pt/>)

O presente Relatório refere-se ao ano de 2013 e, em conformidade com a deliberação da EMAG tomada na reunião de aprovação do relatório de 2012, por razões operacionais de reporte alinhado com ano civil, é apresentado, na sua versão final, no 1º trimestre de 2014.

Na senda dos relatórios anteriores a CCDR LVT reitera o seu entendimento de que a monitorização e avaliação do PROT OVT é uma tarefa de continuidade ao longo de todo o período de vigência do Plano, fundamental para assegurar a eficácia do processo de planeamento e promover o envolvimento dos atores regionais responsáveis e interessados nas políticas públicas, no sentido da concretização dos objetivos de desenvolvimento territorial.

Reitera, também, que a monitorização e avaliação do PROT OVT é uma tarefa conjunta, que exige a colaboração efetiva das entidades relevantes para surtir resultados, e que será tanto mais útil quanto entendida como uma ferramenta partilhada de análise das dinâmicas regionais e como um processo integrado de cooperação de entidades e de coordenação de decisões e atuações territoriais.

² Para um conhecimento de maior detalhe sobre os fundamentos da criação da EMAG e a natureza e competências dos seus órgãos recomenda-se a consulta do 1º Relatório de Monitorização e Avaliação do PROT OVT.



1. Monitorização e Avaliação do Processo de implementação do PROT OVT

1.1. Articulação entre o PROT e os Planos de Ação Regional do Centro e Alentejo 2014 - 2020

O PROT OVT é o instrumento de planeamento estratégico que guia a atuação da CCDR LVT e das demais entidades públicas com competências no território do Oeste e Vale do Tejo, em matéria de ordenamento e desenvolvimento territorial, servindo de referencial para os instrumentos de planeamento municipal e de enquadramento para as decisões sobre projetos estruturantes na região.

Atualmente encontra-se em final de curso a preparação do próximo período de programação dos fundos comunitários 2014-2020, tendo sido elaborados durante o ano de 2013, pelas CCDR e pelas CIM, documentos estratégicos de apoio à definição dos quadros de ação regionais e à construção dos Programas Operacionais que foram recentemente submetidos à Comissão Europeia.

Nesta sede foi tido em consideração o PROT OVT e foi identificada a necessidade de o visitar, em particular o seu programa de execução, de forma a assegurar a coordenação das políticas territoriais e dos instrumentos de programação e a concertação das entidades em torno dos projetos de investimento estruturantes para o desenvolvimento territorial.

A gestão do território do Oeste e Vale do Tejo encerra particularidades que nos impõem um esforço adicional de coordenação e articulação de políticas, de entidades e de instrumentos de planeamento e programação, por razões que se prendem com o desfaseamento existente neste território entre unidades administrativas territoriais, para fins de desenvolvimento regional, planeamento estratégico e gestão territorial nos domínios do ordenamento do território e ambiente e para fins de aplicação de fundos comunitários.

Efetivamente, com fundamento na verificação de níveis de desenvolvimento distintos entre a Área Metropolitana de Lisboa e o Oeste e Vale do Tejo e na necessidade de preservar os objetivos e equilíbrios dos apoios comunitários em 2002 foi operacionalizada uma alteração do âmbito territorial das NUTS II, passando as sub-regiões do Oeste e do Médio Tejo e a sub-região da Lezíria do Tejo a serem

contabilizadas, respetivamente, na NUTS II - Centro e na NUTS II Alentejo, para efeitos estatísticos e de governação do QREN.

Com este enquadramento institucional mais complexo exige-se o desenvolvimento de um trabalho concertado em torno do PROT OVT, em particular do seu programa de execução, e o fomento do diálogo entre as diferentes entidades responsáveis pelos instrumentos de gestão territorial e pelos instrumentos de gestão dos fundos, tendo em vista que as articulações se efetuem em tempo adequado e as sinergias sejam potenciadas.

Figura 1 – Articulação entre PROT OVT e Programas Operacionais Regionais



Tendo presente as competências da EMAG na monitorização, avaliação e gestão do PROT OVT, a CCDR LVT acionou o Núcleo Base da EMAG (composto pela CCDR LVT e pelas CIM do Oeste, Lezíria do Tejo e Médio Tejo) alargando à participação da CCDR Centro e Alentejo, para promover a reflexão em torno das opções e prioridades estratégicas de investimento no horizonte 2020 e da sua tradução no programa de execução do PROT OVT.

Neste sentido realizou-se uma reunião do Núcleo Base da EMAG (05/11/2013) com a presença destas entidades onde se iniciou uma reflexão sobre as opções e prioridades de investimento no território do Oeste e Vale do Tejo período 2014-2020 e sobre as medidas e projetos estruturantes constantes do programa de execução do PROT OVT,

tendo em conta o seu estádio de execução e as necessidades de (re) programação face às perspetivas de financiamento 2014-2020. Desta reunião resultou o desenho de uma metodologia de seguimento dos trabalhos de elaboração, execução e monitorização do programa de execução do PROT OVT e dos POR.

1.2. Articulação entre os PMOT e o PROT

1.2.1. Evolução dos Processos de Revisão dos PDM

Nos relatórios produzidos no âmbito da monitorização do PROT OVT (2011 e 2012) foi dado realce a preocupações relacionadas com a dilação dos processos de revisão dos PDM, com consequências na desatualização dos planos e na dificuldade de aplicação das opções, orientações e diretrizes do PROT ao nível local.

Neste domínio tem sido efetuado um esforço de dinamização procedimental e dada prioridade ao acompanhamento destes planos. A Direção de Serviços de Ordenamento do Território (DSOT) da CCDR tem monitorizado a evolução dos processos de revisão dos PDM da Região e elaborado trimestralmente pontos de situação, que estão disponíveis no sítio da CCDR LVT.

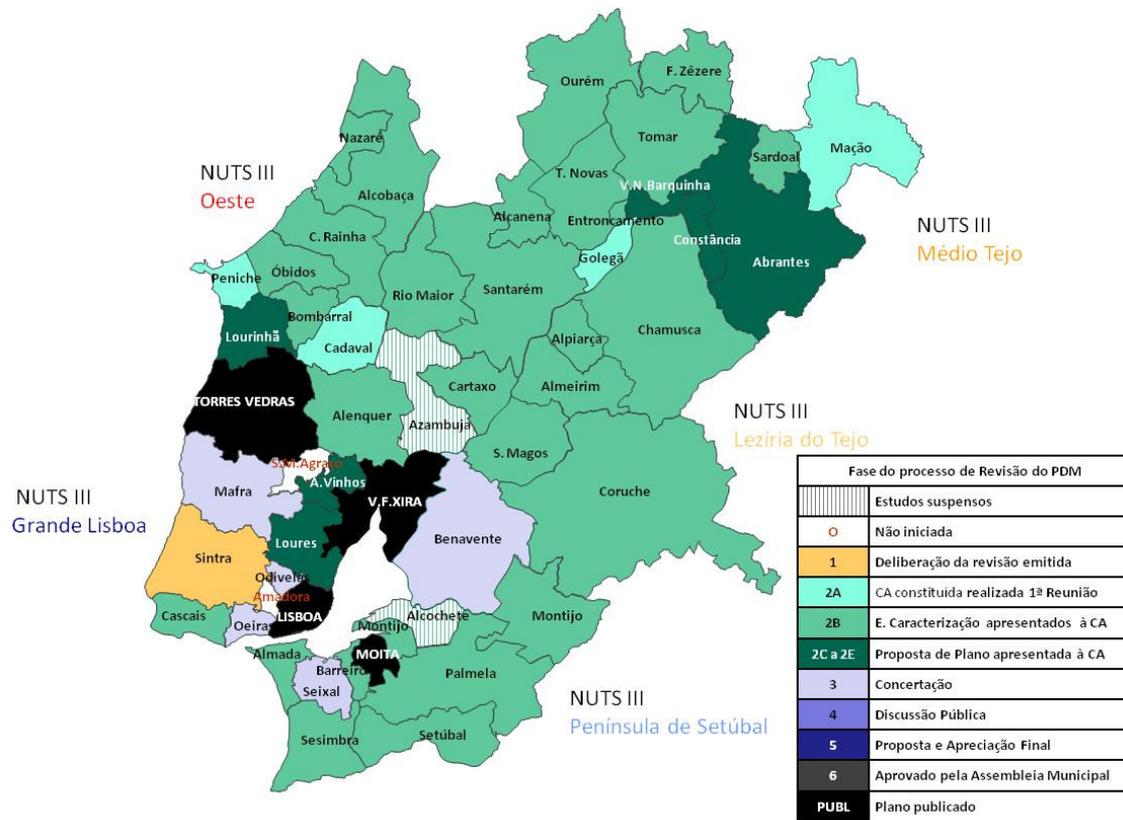
No 2.º Relatório de Monitorização do PROT OVT foi analisada a evolução verificada durante o ano de 2012. Concluído o ano 2013 considera-se relevante conhecer e divulgar a evolução havida. Para esse efeito juntam-se os mapas e os quadros referentes a janeiro de 2013 e 2014, que ilustram o desenvolvimento das principais etapas dos processos.

De forma sintética da leitura dos dados referentes a **janeiro 2014** verifica-se:

- No início de 2014 estavam em Revisão 32 PDM, dos 34 concelhos do Oeste e Vale do Tejo (com exceção dos concelhos de Torres Vedras, já revisto, e Azambuja que suspendeu os trabalhos de revisão)
- Destes 32, apenas 3 não estavam em fase de elaboração e acompanhamento (fase 2) uma vez que o concelho de Sobral de Monte Agraço só em setembro de 2013 deliberou dar início ao processo (fase 1) e Benavente e Constância estavam já na fase de concertação (fase 3).
- A maioria dos PDM (58.8%) estava na fase 2B, ou seja a CM apresentou os Estudos de Caracterização e Diagnóstico à Comissão de Acompanhamento. (CA)

Estas avaliações seguem as fases de elaboração/revisão definidas na Norma 01/OT, do Manual de Gestão, disponível no sítio da CCDR LVT³.

Figura 2 – Ponto de situação da revisão dos PDM na RLVT – Janeiro 2013

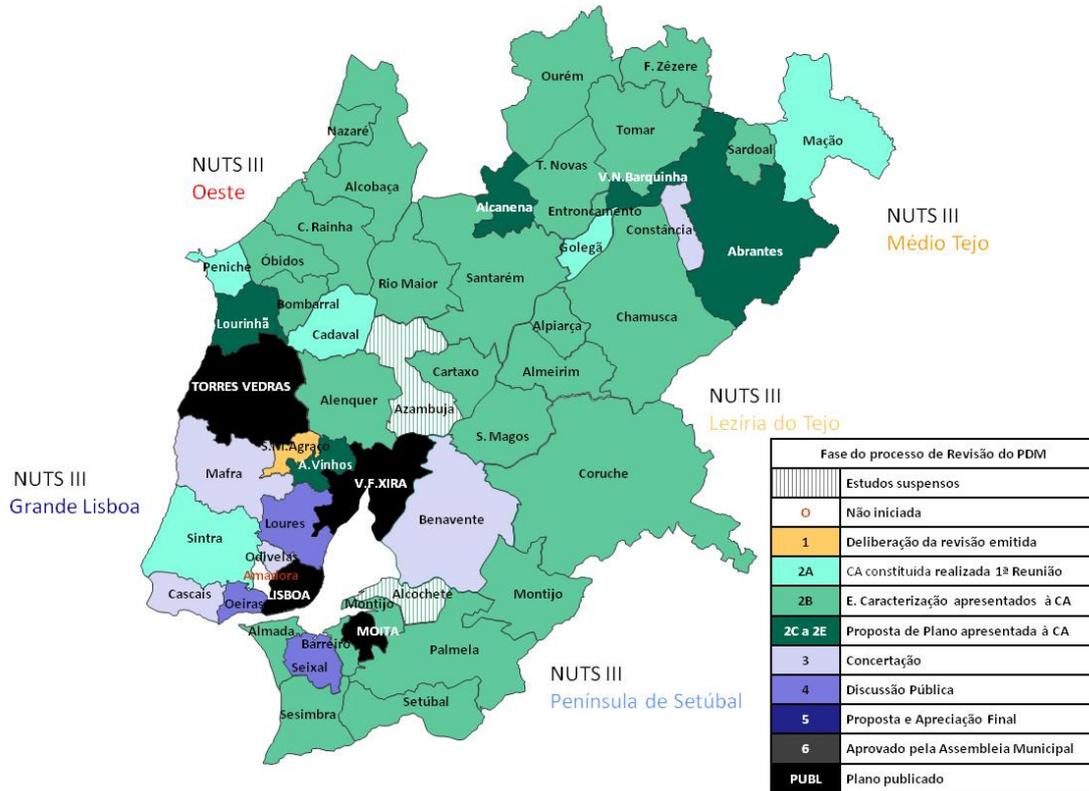


Fonte: DSOT; CCDR LVT, janeiro 2013

³ Fases da Revisão do PDM de acordo com o Manual de Gestão da CCDR-LVT:

1. Deliberação
2. Elaboração do Plano e Acompanhamento
 - 2A. Constituição da CA > 1ª reunião da CA para apresentação e definição de metodologia de acompanhamento
 - 2B. CM elabora Estudos de Caracterização e proposta definição AA > 2ª reunião da CA para CM apresentar estudos e CA apreciar
 - 2C. CM elabora 1ª Proposta de Plano e RA > 3ª reunião da CA para CM apresentar estudos e CA apreciar
 - 2D. se for o caso, CM retifica Proposta de Plano e RA > 4ª reunião da CA para CM apresentar estudos e CA apreciar
 - 2E. CA prepara parecer final > última reunião da CA para aprovação do parecer
3. Concertação Final
4. Discussão Pública
5. Versão Final do Plano
6. Aprovação pela Assembleia Municipal

Figura 3 - Ponto de situação da revisão dos PDM na RLVT – Janeiro 2014



Fonte: DSOT; CCDR LVT, janeiro 2014

Quadro 1 – Evolução dos processos de revisão dos PDM no OVT em 2013⁴

Fase	2013					2014					
	Oeste	Médio Tejo	Lezíria do Tejo	Total	%	Oeste	Médio Tejo	Lezíria do Tejo	Total	%	
0 CM não deliberou	1	0	0	1	2,9	0	0	0	0	0,0	
1 CM deliberou rever o plano	0	0	0	0	0,0	1	0	0	1	2,9	
2 Elaboração do Plano e Acompanhamento	2A CA constituída	2	1	1	4	11,8	2	1	1	4	11,8
	2B ECD apresentados à CA	6	7	8	21	61,8	6	6	8	20	58,8
	2C a 2E Proposta apresentada à CA	2	3	0	5	14,7	2	3	0	5	14,7
3 CM promove Concertação	0	0	1	1	2,9	0	1	1	2	5,9	
4 CM promove Discussão Pública	0	0	0	0	0,0	0	0	0	0	0,0	
5 CM elabora Versão Final e envia para aprovação AM	0	0	0	0	0,0	0	0	0	0	0,0	
6 Plano Revisto publicado	1	0	0	1	2,9	1	0	0	1	2,9	
Trabalhos de Revisão do PDM suspensos	0	0	1	1	2,9	0	0	1	1	2,9	
TOTAL	12	11	11	34	100,0	12	11	11	34	100,0	

Fonte: DSOT; CCDR LVT, janeiro 2013 w 2014

⁴ Tendo por referência a situação a 31/01/2013 e a 31/01/2014

Relativamente à **evolução dos processos** de revisão dos PDM no Oeste e Vale do Tejo, **durante o ano de 2013**, apesar de se terem realizado diversas reuniões setoriais, a dinâmica registada nos processos de revisão foi muito reduzida, destacando-se apenas:

- Na NUTS III **Oeste** – i) a CM de Sobral de Monte Agraço, em setembro, deliberou iniciar a revisão do PDM,
- Na NUTS III **Médio Tejo** – i) a CM de Constância iniciou, em julho, a fase de concertação do novo PDM; ii) a CM de Alcanena apresentou, em fevereiro, os EC revistos e proposta preliminar que foram apreciados pela CA; iii) em julho realizou-se a primeira reunião da nova CA da revisão do PDM de Tomar;
- Na NUTS III **Lezíria do Tejo** – i) a fase de concertação do PDM de Benavente mantém-se desde julho de 2011; ii) a CM de Santarém, em abril, apresentou EC, que foram apreciados pela CA; iii) em abril, a CM de Alpiarça apresentou à CA novos EC e modelo estratégico, que também foram já apreciados.

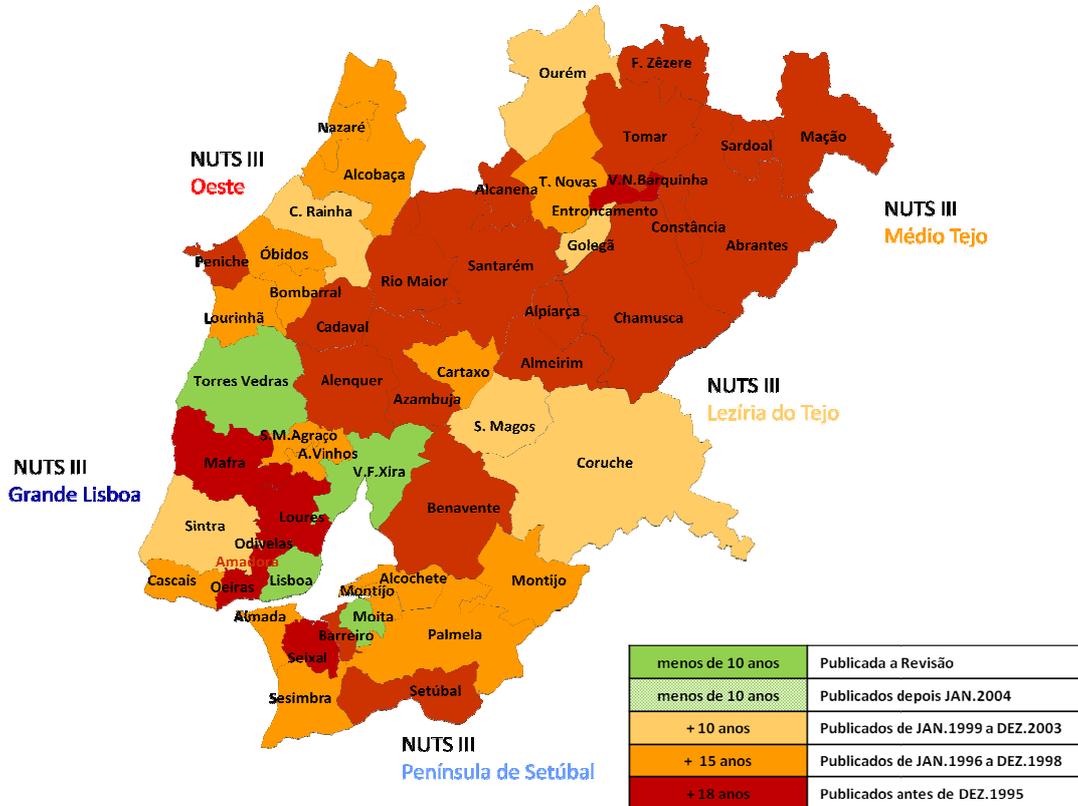
Em complemento àquela informação, apresenta-se também **o tempo de vigência dos PDM** da Região apurado em fevereiro de 2014 (Figura 4), focando a análise no Oeste e Vale do Tejo. Da leitura do mapa podemos destacar o seguinte:

- Nos 34 concelhos só está concluído o processo de Revisão do PDM de Torres Vedras e apenas este tem menos de 10 anos de vigência, ou seja 97% dos PDM da região foram publicados antes de 31 de dezembro de 2003;
- 19 PDM (55.9%) foram publicados antes de 31 de dezembro de 1995, ou seja têm mais de 18 anos de vigência.

Em termos sub-regionais podemos concluir:

- Na NUTS III **Oeste** – i) dos 12 concelhos, 3 PDM vigoram há mais de 18 anos e 7 há mais de 15 anos, 1 tem mais de 10 e apenas 1 já foi revisto, ainda que anteriormente à publicação do PROT OVT (Torres Vedras).
- Na NUTS III **Médio Tejo** – i) dos 11 concelhos, 9 PDM vigoram há mais de 18 anos, 1 há mais de 15 anos e 1 há mais de 10
- Na NUTS III **Lezíria do Tejo** – i) dos 11 concelhos, todos vigoram há mais de 10 anos, sendo que 7 vigoram há mais de 18 anos;

Figura 4 - Tempo de vigência dos PDM da RLVT - fevereiro de 2014



Fonte: DSOT; CCDD LVT, fevereiro 2014

Decorridos quase cinco anos da vigência do PROT OVT, ainda não foi concluído nenhum processo de revisão de PDM no OVT, destacando-se uma fraca dinâmica nos processos de revisão. Durante o ano de 2013 verificou-se maior dinamismo nos processos de revisão dos PDM da Área Metropolitana de Lisboa

Tendo em vista a dinamização destes processos, têm sido estabelecidos cronogramas de acompanhamento para a generalidade dos PDM em revisão, que firmaram os compromissos da CCDD e das entidades que participam no acompanhamento.

Foram desenvolvidos documentos técnicos de apoio ao acompanhamento das revisões dos PDM, designadamente: um “Guia” de apoio à apreciação das propostas de revisão dos PDM no âmbito de competências da CCDD (Decretos regulamentares n.º9, 10 e 11 de 2009, RJIGT, PROT e REN), tendo em vista a uniformização de interpretações e das abordagens efetuadas; e documentos técnicos de apoio, relacionados com a aplicação do PROT OVT, sobre as temáticas do turismo e

avaliação ambiental estratégica – aplicação das diretrizes de seguimento por parte dos PDM.

Por outro lado, a CCDR, em articulação com o TdP e a Comunidade Intermunicipal da Lezíria do Tejo, desenvolveu os procedimentos necessários à identificação e regulamentação de áreas de vocação turística, de modo a promover a integração desta temática nas revisões dos PDM (este aspeto está detalhado no ponto 1.2.3).

1.2.2. Turismo e Lazer no Oeste e Vale do Tejo - Documento Técnico de Apoio aos PMOT

De modo a potenciar a articulação entre IGT e tendo em conta a complexidade das matérias relacionadas com o turismo e lazer no PROT, entendeu-se oportuno elaborar um documento de apoio aos PMOT sobre esta temática (disponível no [Anexo 1](#)).

O documento visa apoiar as revisões dos planos diretores municipais do Oeste e Vale do Tejo, em curso, bem como a elaboração e/ou revisão de planos de urbanização ou de pormenor, no que se refere concretamente à aplicação dos conceitos e normas do PROT OVT, no domínio do Turismo e Lazer.

Este documento constitui uma oportunidade, mas também a responsabilidade, de fornecer aos técnicos e decisores, uma orientação adequada às circunstâncias em que sucede a atual mudança de geração de PDM. Não se pretende efetuar uma compilação exaustiva das orientações e diretrizes do setor do turismo e lazer, mas essencialmente reunir orientações que apoiem a elaboração dos processos de revisão dos PDM e de outros PMOT, de modo a que estes incorporem devidamente as preocupações do PROT nesta matéria, adaptadas às especificidades locais de cada município e à atual conjuntura.

No PROT definem-se as condições gerais de localização e de implementação das várias tipologias de empreendimentos turísticos em solo rural, no contexto das estratégias de desenvolvimento e do ordenamento territorial da região do Oeste e Vale do Tejo. Caberá aos PDM definir a vocação territorial para o uso turístico, os critérios, as características tipológicas e os parâmetros urbanísticos da ocupação dos solos para os empreendimentos turísticos, residência de lazer e equipamentos turísticos e

de lazer, no contexto das estratégias municipais de desenvolvimento e de ordenamento do território dos respetivos concelhos e de valorização das atividades e valências territoriais do espaço onde se inserem.

O documento aborda as opções estratégicas do PROT para o turismo e lazer e centra-se nos conceitos presentes no esquema de modelo, explicitando os critérios e ordenamento associados às áreas territoriais para o turismo e lazer e às diferentes tipologias de espaço turísticos que lhe estão associadas, destacando também algumas conexões a desenvolver como o arco do património ou as Portas de Mar. Pretende-se agregar a cada conceito o normativo associado que se encontra disperso pelas distintas partes do PROT: modelo, normas e anexos. Esta informação é complementada com notas resultantes do processo de monitorização e avaliação do PROT, tais como entendimentos entretendo formulados, respostas a perguntas frequentes, clarificação de normas ou esclarecimento de lapsos. De modo a facilitar a leitura, esta informação adicional é apresentada em caixas laterais.

O documento foi apresentado à Comissão Temática do Turismo, na reunião de 05 de novembro 2013, que o validou e destacou a sua relevância e utilidade. O Turismo de Portugal enviou contributos que foram incorporados e que enriqueceram o documento.

1.2.3. Dinamização da Identificação de Áreas de Vocação Turística

A identificação das Áreas de Vocação Turística (AVT) tem sido um tema recorrente no processo de monitorização e avaliação do PROT OVT, relatado nos dois relatórios de monitorização antecedentes.

Embora a dinâmica de localização de empreendimentos turísticos esteja em retração, face à data da entrada em vigor do PROT OVT, sabendo-se, à partida, que as matérias do turismo exigem aprofundamento técnico em várias temáticas (ordenamento do território, proteção e valorização ambiental, agricultura, floresta, contratualização jurídica, etc) e tempo de análise e concertação de posições entre os vários interlocutores, importa não protelar a ação, trabalhando atempadamente e de forma integrada a regulamentação das AVT e dos NDT, no sentido de encontrar soluções que possam ser veiculadas e acolhidas a curto prazo pelos PDM.

Em 2012 a CCDR LVT sistematizou algumas reflexões em torno desta matéria e apresentou ao Núcleo Base uma proposta com alternativas de atuação para o processo de identificação e regulamentação de AVT.

Configuraram-se duas alternativas possíveis de adotar para o processo de identificação e regulamentação das áreas de vocação turística nos PDM: i) Identificar e regulamentar as áreas de vocação turística em cada município separadamente; ii) Identificar e regulamentar as áreas de vocação turística no âmbito de procedimentos mais integrados e mais abrangentes, de nível supramunicipal, dando-se preferência à esta alternativa.

Em face da proposta da CCDR LVT apenas a CIM da Lezíria do Tejo optou por seguir um procedimento integrado para todos os municípios, elaborou o Caderno de Encargos para a elaboração do estudo conjunto de identificação das AVT com apoio da CCDR LVT e do Turismo de Portugal (TdP).

Em 2013, com o apoio de uma equipa técnica contratada pela CIMLT para a realização do estudo conjunto, foi dada sequência a este processo liderado pela CIM, em estreita colaboração com a CCDR LVT e o Turismo de Portugal.

Do estudo em curso realçam-se os seguintes aspetos:

- A identificação das AVT tem em conta o conceito de território alargado, tendo por referência áreas 10 vezes superiores à área mínima estabelecida no PROT para os NDT, tendo sido também considerado o cadastro e a identificação física dos limites (caminhos ou linhas de água);
- A efetiva identificação da AVT no PDM terá que atender às diversas condicionantes, nomeadamente áreas de REN, RAN e montados de sobro;
- A AVT é assumida como uma potencial vocação e não como uma categoria de espaço, com uma regulamentação complementar ao regime de usos;
- O regulamento do PDM deve admitir a flexibilidade necessária por forma a permitir ajustamentos na delimitação das AVT;
- Para estas áreas deverão ser definidos os usos incompatíveis, os quais não poderão ser licenciados por forma a não comprometer esse possível uso turístico (as pecuárias de carácter extensivo ou que sejam complementares ao próprio uso turístico, não serão à partida incompatíveis).

O estudo conjunto da identificação das AVT na Lezíria do Tejo foi também apresentado à Comissão Temática do Turismo, em novembro de 2013, tendo sido abordada a metodologia de trabalho e os resultados obtidos. Nessa sede foi

reconhecida o elevado interesse do trabalho desenvolvido pela CIMLT, destacando-se as economias de escala que resultam da elaboração deste estudo alargado. Foi ainda reiterada a importância de serem definidas as condições de contratualização para a execução dos PU ou PP para a concretização dos NDT.

Apresenta-se de seguida o contributo da Comunidade Intermunicipal com a descrição do processo e os resultados do estudo conjunto da identificação da AVT nos concelhos da Lezíria do Tejo.

A) Âmbito e objetivo

A CIM da Lezíria do Tejo promoveu, com o apoio da CCDR-LVT, a elaboração do “Estudo para a identificação e regulamentação das Áreas de Vocação Turística (AVT) da Lezíria do Tejo”, abrangendo onze dos doze concelhos da sub-região, no sentido de apoiar a integração das AVT e dos Núcleo de Desenvolvimento Turístico, na revisão dos PDM.

Era também objetivo do estudo, a uniformização dos critérios de implementação através da regulamentação da formação dos regimes do uso do solo, e, de forma mais geral, a homogeneização dos regulamentos dos PDM em revisão no enquadramento da implementação das figuras das AVT e das tipologias dos empreendimentos turísticos associados ou complementares.

B. Contexto da realização do Estudo

O PROT-OVT adotou um conjunto de tipologias de espaços que tiveram em vista enquadrar dinâmicas instaladas e emergentes, na região, no setor do turismo e lazer, cujas incidências no território interessava enquadrar e regular. Tratou-se de áreas emergentes a estruturar (T), núcleos de desenvolvimento turístico (NDT), núcleos de desenvolvimento económico de turismo e lazer (NDE-TL), parques temáticos, e núcleos de turismo e lazer (NTL).

Estas novas tipologias de espaços destinados ao acolhimento e desenvolvimento de atividades de turismo e lazer implicam a adequação dos processos de planeamento e gestão do território, desde logo com uma especial incidência na elaboração/revisão dos planos diretores municipais.

No que respeita ao NDT, tipologia de espaço que se destina ao desenvolvimento, no solo rural, de “conjuntos turísticos do tipo Resort”, estabelece o PROT-OVT que devem ser implantados em “áreas de vocação turística” (AVT) identificadas e delimitadas nos PDM, podendo estas abranger a totalidade do espaço rural concelhio.

Contudo, a delimitação das AVT tem “custos” que devem ser ponderados pelas Autarquias face às suas estratégias de desenvolvimento e às políticas municipais de ordenamento e gestão do território, no âmbito da revisão dos respetivos PDM.

Trata-se de incompatibilidades de usos entre as atividades de turismo e lazer e outras atividades económicas e usos do solo, em parte identificadas no PROT-OVT, as quais obrigam a ponderar e optar sobre aquelas que devem prevalecer. No caso da região trata-se, por exemplo, de atividades pecuárias, agro -industriais e de exploração de inertes.

Esta abordagem é particularmente pertinente perante a alteração económica e financeira internacional e do país, verificada após 2010, a qual se refletiu fortemente no turismo residencial e no setor imobiliário em geral, e teve grande impacto nas dinâmicas e expectativas presentes na fase de elaboração do PROT-OVT.

Por outro lado, o estudo foi realizado durante o ano de 2013 em que todos os PDM dos concelhos abrangidos estão em processo de revisão, embora em fases diferentes de desenvolvimento, mas com a situação comum de não se encontrarem concluídas as delimitações das Reservas Agrícola e Ecológica Nacionais.

C) Metodologia

Foi inicialmente definido um processo de trabalho que, adotando uma grelha de análise balizada pelos conceitos, objetivos, orientações e critérios estabelecidos no PROT-OVT para os NDT e AVT, assentava na análise e avaliação dos documentos resultante dos processos de revisão dos PDM, em particular nos documentos de estratégia de desenvolvimento municipal, nas propostas de ordenamento, nas plantas de condicionantes, incluindo os estudos para a delimitação da REN e da RAN, nas plantas de localização dos empreendimentos turísticos, tanto dos processos em desenvolvimento como das “pretensões” conhecidas, e no cadastro da propriedade rural.

Estavam previstas 3 etapas, primeiro de recolha de informação junto das câmaras municipais, com as equipas técnicas dos PDM, de que resultaria a elaboração de um relatório de caracterização da situação de cada concelho, a segunda de tratamento da

informação recolhida e de formulação de propostas prévias de delimitação das AVT, por concelho, e, a etapa final, de retificação, com cada Câmara Municipal, da delimitação das AVT e da regulamentação proposta.

Foram previstas reuniões com a CCDRLVT e com o Turismo de Portugal, na segunda etapa e, no final, após a validação do estudo pelas Câmaras Municipais.

A diversidade de estádios de desenvolvimento da revisão dos PDM e de abordagem da temática do turismo pelas Câmaras Municipais, assim como as diferentes características dos concelhos envolvidos, levaram, de acordo com a CIM, a ajustamentos ao processo de trabalho, no sentido de uma colaboração mais direta com as Câmaras municipais e com as suas equipas técnicas, na análise das situações e na formulação das propostas de delimitação e de regulamentação das AVT.

Esta proximidade permitiu um melhor conhecimento e avaliação das vantagens e limitações da figura das AVT e NDT, nomeadamente como “áreas de oportunidade” para o turismo residencial, mas também das implicações em relação a outras atividades e usos, e, conseqüentemente, uma maior ponderação na delimitação das áreas.

Desta colaboração resultou também uma melhor compatibilização das delimitações nas zonas de fronteira dos concelhos, de resultaram algumas AVT de âmbito intermunicipal.

D) Principais resultados

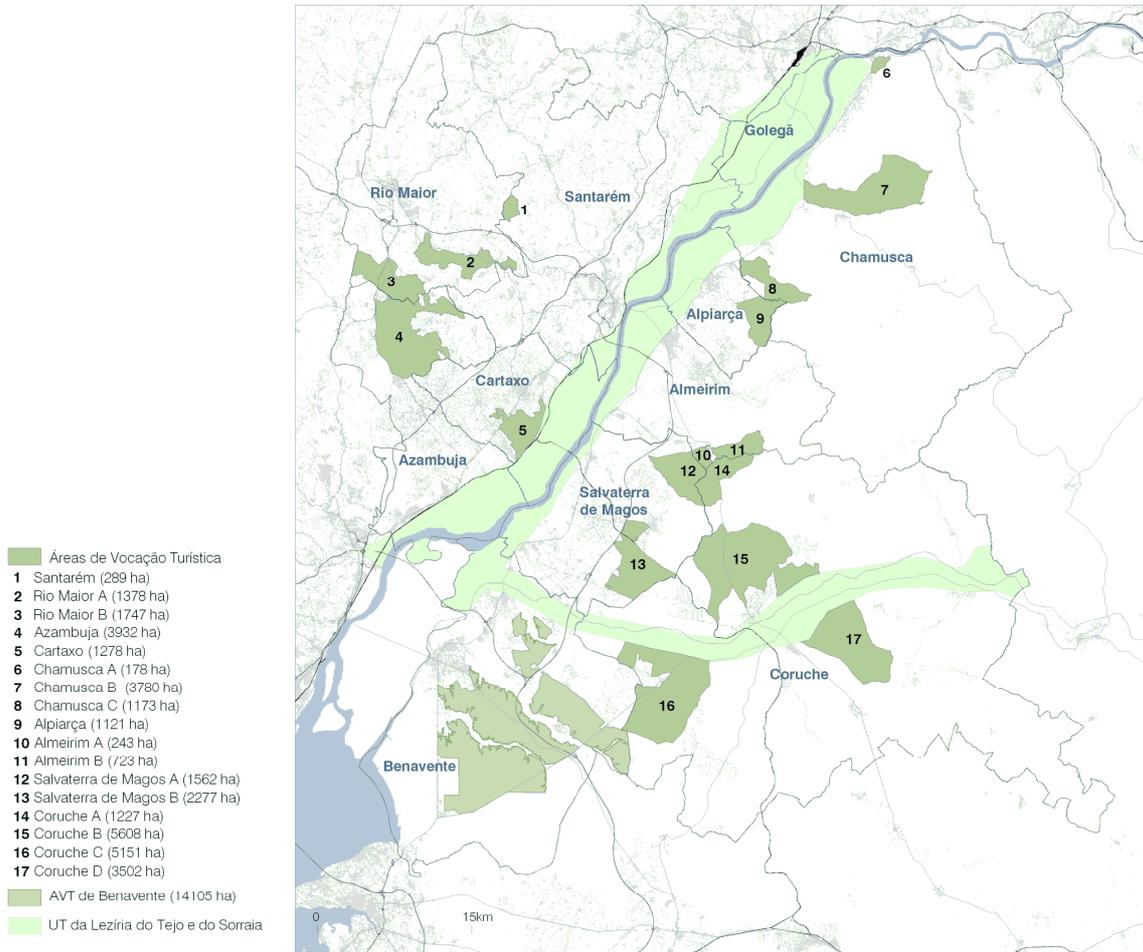
A contribuição deste estudo traduz-se num conjunto de documentos de apoio à revisão dos PDM, constituído por:

- a) Plantas com a delimitação das AVT, para cada concelho, assim como cartografia temática complementar,
- b) Bases Regulamentares referentes às AVT e aos NDT,
- c) Bases dos Termos de Referência com vista à apresentação de propostas, por particulares, para o desenvolvimento de NDT, e para a sua avaliação pelas Câmaras Municipais.

Obtém-se, finalmente, uma planta integrada das 21 AVT previstas para a Lezíria, com base na qual se pode estimar a disponibilidade de cerca de 49.000 ha potenciais, onde os PDM podem vir a admitir a localização de conjuntos turísticos do tipo Resort. Estes elementos poderão constituir um instrumento de marketing territorial da região.

Contudo, os resultados deste estudo são suscetíveis de ajustamento ou alteração por decisão das Autarquias, tendo carácter indicativo até à sua integração no processo de revisão dos PDM e validação com a respetiva aprovação e publicação.

Figura 5 – Áreas de Vocação Turística na Lezíria do Tejo



Fonte: “Estudo para a identificação e regulamentação das Áreas de Vocação Turística (AVT) da Lezíria do Tejo”, CIMLT; 2014

1.2.4. Dinâmicas de Planeamento

No ano de 2012, foi apresentada uma primeira etapa do estudo “Dinâmicas de Planeamento Territorial na RLVT, 2001 - 2011”, que tem como objetivo central caracterizar e analisar os exercícios de planeamento territorial concluídos após a entrada em aplicação do Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial (RJIGT), segundo o seu enquadramento e relacionamento com os demais instrumentos de gestão territorial ou com outros regimes territoriais específicos relevantes, os fundamentos e fins a alcançar, as formas e os mecanismos legais adotados para a sua operacionalização e o respetivo grau de execução física

No relatório do estudo foi identificado como procedimento metodológico a seguir no ano de 2013: i) o preenchimento da base de dados com os Planos publicados entre 2001 e 2011, no 1º semestre; ii) e a preparação de um primeiro relatório de monitorização da dinâmica de planeamento, no 2º semestre.

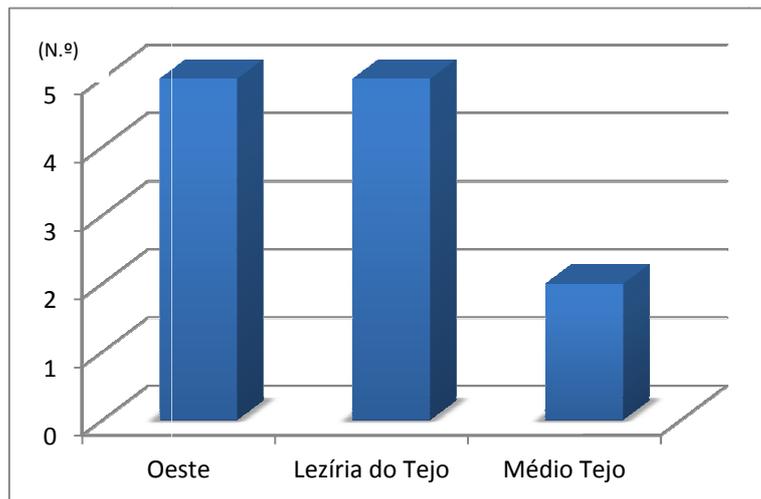
Durante o ano de 2013, procedeu-se ao preenchimento da base de dados, a partir da informação constante dos processos existentes no arquivo da CCDR LVT. No decurso deste trabalho optou-se por desenvolver um exercício confinado ao Oeste e Vale do Tejo e à temática do Turismo, designadamente, a articulação entre a dinâmica de planeamento e a implementação de empreendimentos turísticos. Ou seja, verificar a relação entre estes e os atos de planeamento municipais que tiveram como objetivo a concretização de empreendimentos turísticos.

A análise à dinâmica de planeamento associada ao turismo no Oeste e Vale do Tejo é abordada ao nível dos Planos de Urbanização e dos Planos de Pormenor, através dos quais são implementadas ou alteradas estratégias definidas ao nível do Plano Diretor Municipal. Para este efeito considerou-se o universo de Planos publicados entre 2001 e 2013 e que tinham como objetivo central a implementação de empreendimentos turísticos.

Nesta análise foram considerados doze Planos de Urbanização e de Pormenor publicados entre 2001 e 2011, seguindo os princípios metodológicos estabelecidos em momento anterior, e que tinham como objetivo último a instalação de empreendimentos turísticos. Foi ainda identificado um outro Plano publicado já em 2013 (Plano de Pormenor do Núcleo de Desenvolvimento Turístico de S. Martinho do Porto em Alcobaça), por se considerar relevante para o estudo.

No universo de doze Planos considerados, o Oeste e a Lezíria do Tejo sobressaem com o mesmo número de Planos publicados (cinco em cada NUTS III), e Tomar concentra a totalidade de Planos aprovados no Médio Tejo (dois).

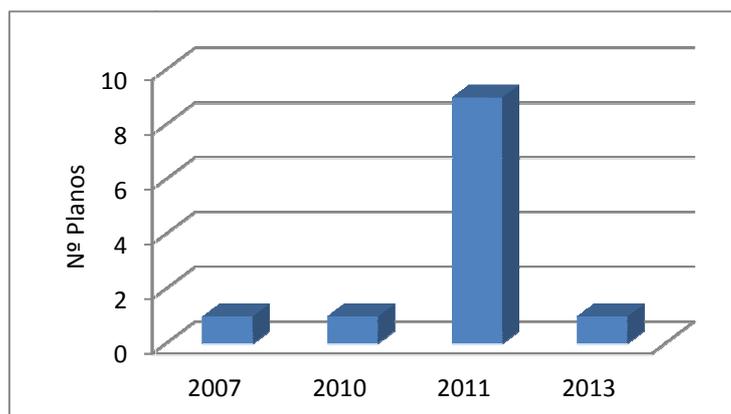
Gráfico 1 – Planos publicados por NUTS III



Fonte: DGT, Tratamento CCDR LVT

No que respeita às **datas de publicação** destes Planos, sobressai o "efeito do regime transitório do PROT OVT"⁵, uma vez que nove dos doze planos foram aprovados em 2011. Note-se que o limite temporal de aprovação dos planos abrangidos pelo regime transitório do PROT OVT terminava a 30 de abril de 2011 (RCM n.º 85/2010, de 09 de novembro).

Gráfico 2 – Planos por ano de publicação



Fonte: DGT, Tratamento CCDR LVT

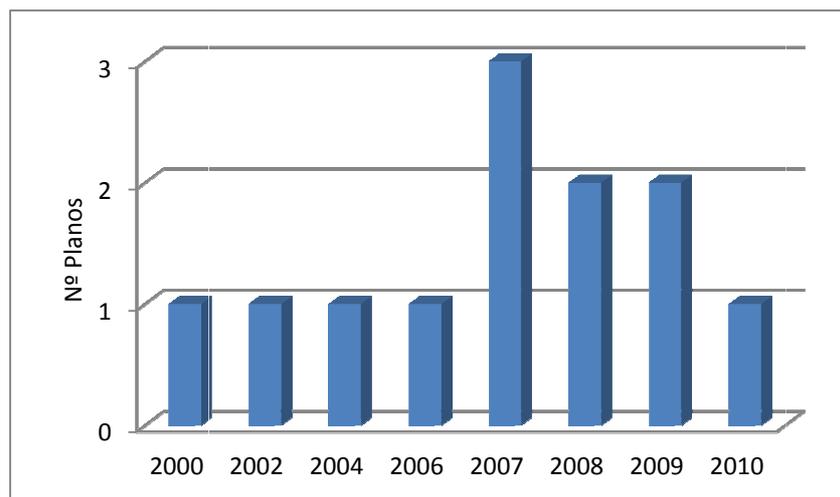
⁵ A RCM n.º 64-A/ 2009, de 6 de Agosto (retificada pela RCM n.º 71-A/ 2009, de 2 de Outubro) que aprovou o PROT OVT, fixou um regime transitório que consistiu em excecionar da necessidade de adaptação às orientações do PROT OVT a elaboração, alteração ou revisão em curso de planos de urbanização e de pormenor, nomeadamente os que enquadrem empreendimentos turísticos fora das áreas urbanas e urbanizáveis.

Os Planos de Urbanização e de Pormenor em apreço registaram um tempo médio de elaboração de aproximadamente quatro anos, acima do desejável para o desenvolvimento deste tipo de instrumentos, sendo de assinalar com valores extremos dois Planos de Pormenor:

- Quinta de Vale de Lobos (Azambuja), com nove anos entre a decisão de elaboração (2002) e a publicação (2011);
- Pegões - Empreendimento Turístico e Campo de Golfe (Tomar), com decisão de elaboração e aprovação no mesmo ano - 2011.

Como informação complementar analisaram-se as datas de tomada de decisão da elaboração dos Planos, constatando-se que a maior parte (oito) ocorreu em 2007 ou em anos posteriores, ou seja, a maioria destes Planos foram desenvolvidos entre 2007 e 2011.

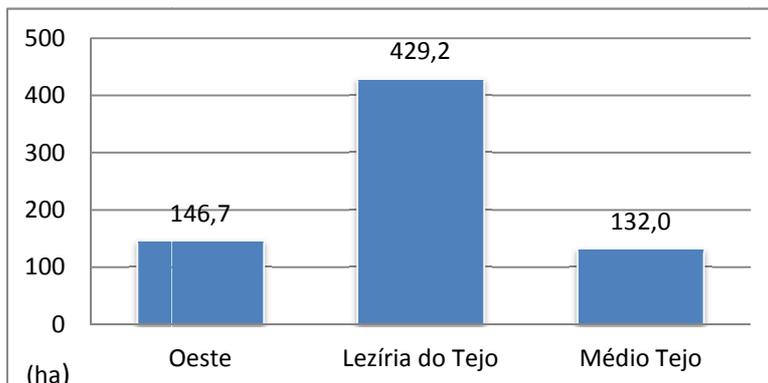
Gráfico 3 – Planos por ano de início (data de deliberação)



Fonte: DGT, Tratamento CCDR LVT

Considerando a média da **área de intervenção** dos Planos de Urbanização e de Pormenor, constata-se que a repartição intrarregional reflete a realidade cadastral de cada uma das três sub-regiões, com a Lezíria do Tejo a apresentar valores médios superiores.

Gráfico 4 – Média das Áreas de Intervenção dos Planos, por NUTS III



Fonte: Planos, Tratamento CCDR LVT

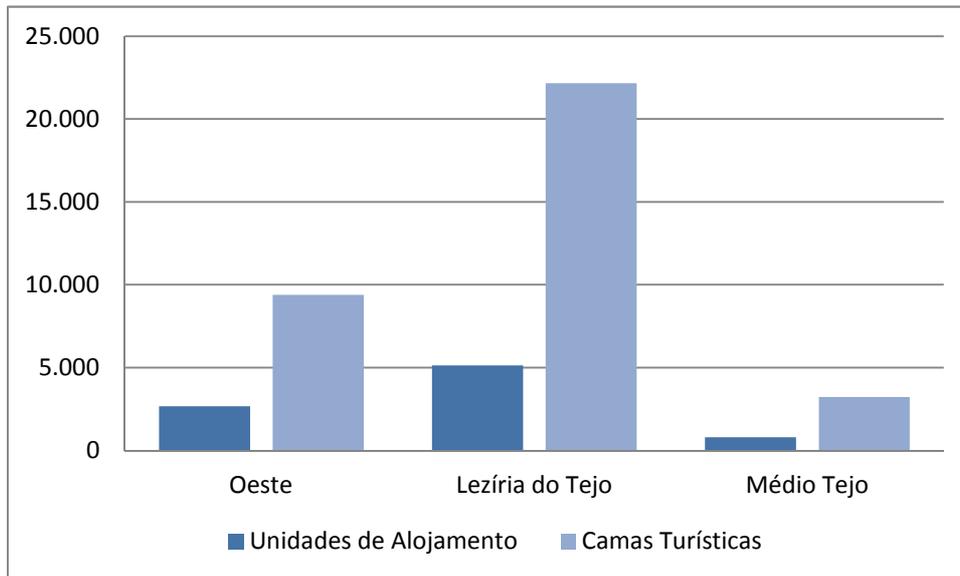
A Lezíria do Tejo concentra os valores extremos: os Planos com as maiores áreas de intervenção (PU da Herdade da Agolada de Cima / Coruche (985 ha) e PU da Herdade dos Fidalgos / Coruche (935 ha)); e o Plano com a área mais diminuta (PP da Quinta de Vale de Lobos / Azambuja (6,80 ha)).

Analisando a **capacidade de alojamento turístico** previsto, os Planos de Urbanização e de Pormenor apresentam nas suas propostas 8.494 Unidades de Alojamento e 33.959 Camas Turísticas⁶.

A sub-região da Lezíria do Tejo apresenta a maior concentração de capacidade de alojamento distribuída por 5.139 Unidades de Alojamento e 22.158 Camas Turísticas, correspondendo a mais de 50% da oferta programada nos doze Planos de Urbanização e de Pormenor em análise, em contraciclo com a dinâmica que se verificou no território nos últimos anos. Os PU da Herdade da Agolada de Cima e da Herdade dos Fidalgos, ambos em Coruche, são os responsáveis pela preponderância da sub-região da Lezíria do Tejo, ao preverem, em conjunto, uma dotação em 4.000 Unidades de Alojamento correspondendo a 17.000 Camas Turísticas, refletindo, também, as extensas áreas de intervenção.

⁶ Os valores da Capacidade de Alojamento resultam do que constava nas propostas apresentadas à CCDR para parecer ao abrigo do Art. 75º do RJIGT.

Gráfico 5 – Capacidade de alojamento prevista nos Planos, por NUTS III



Fonte: Planos, Tratamento CCDR LVT

A **proximidade à linha de costa** foi outro aspeto que se procurou contemplar na análise à dinâmica de planeamento para fins de usos turísticos, situação que apenas se coloca na sub-região Oeste.

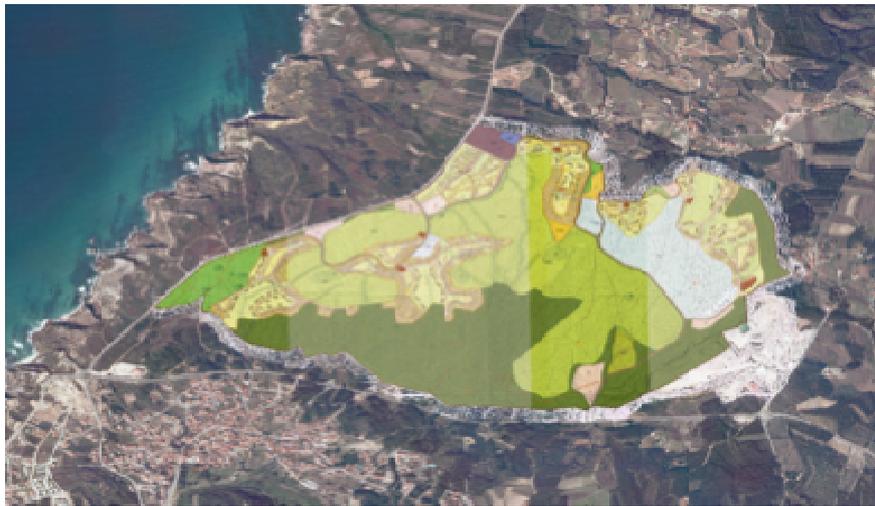
Dos cinco Planos aprovados no Oeste, dois deles incidem sobre a faixa litoral: PP da Estrada Atlântica / Foz do Arelho (Caldas da Rainha) e PP da Área de Aptidão Turística da Maceira e Área Envolvente (Torres Vedras).

O Plano de Pormenor da Estrada Atlântica / Foz do Arelho, com uma área de intervenção de 275,1 ha localiza-se quase integralmente na Zona Costeira (2 km), à exceção de uma pequena área incluída na Orla Costeira (500m).

Este Plano de Pormenor prevê a construção de um Hotel, seis Aldeamentos Turísticos e três Núcleos de Apartamentos Turísticos, propondo no total 1.142 Unidades de Alojamento e 3.553 Camas Turísticas⁷.

⁷ Para além destas componentes, a proposta sujeita a Conferência de Serviços, apresentava um equipamento destinado a acolher temáticas culturais e científicas relacionadas com o Mar, com uma área de 40.777,52 m², localizado na Orla Costeira. Não tendo a CCDR LVT acolhido esta proposta de ocupação da faixa dos 500 metros, a Câmara Municipal das Caldas da Rainha reformulou a proposta retirando o equipamento e a via de acesso. Do mesmo modo foi reformulado um Aldeamento Turístico, evitando a interferência com a Orla Costeira.

Figura 6 - Plano de Pormenor da Estrada Atlântica / Foz do Arelho (Caldas da Rainha) - Sobreposição da Planta de Implantação com o Orto 2010



Fonte: DGT, Tratamento CCDR LVT

O Plano de Pormenor da Área de Aptidão Turística da Maceira e Área Envolvente (Torres Vedras) apresenta uma área de intervenção de 161,60 ha na proximidade do aglomerado de Maceira, visando a concretização de 2 Aldeamentos Turísticos, um Hotel-Apartamento e a reabilitação das Termas da Fonte dos Frades, que no total corresponde a uma capacidade de 485 Unidades de Alojamento e 2.188 Camas Turísticas⁸.

Figura 7 - Plano de Pormenor da Área de Aptidão Turística da Maceira e Área Envolvente (Torres Vedras) - Sobreposição da Planta de Implantação com o Orto 2010



Fonte: DGT, Tratamento CCDR LVT

⁸ A proposta de Plano de Pormenor sujeita a Conferência de Serviços previa a expansão potencial do campo de golfe para a Orla Costeira, o que constituía uma incompatibilidade com o PROT OVT (onde estas matérias não eram abrangidas pelo seu Regime Transitório) e com o POOC Alcobaça-Mafra. Em sede de consulta pública a Câmara Municipal de Torres Vedras procedeu a esta alteração.



Por último, em termos de **Execução dos Planos** verifica-se, maioritariamente, uma opção pelo Sistema de Compensação, em oito dos doze planos, seguida do Sistema de Cooperação (em cinco dos doze), por vezes em acumulação. Refira-se ainda que em dois casos não se verifica a identificação de qualquer Sistema de Execução (Planos de Pormenor da Quinta de Vale de Lobos (Azambuja) e da Área Turística de Vila Nova (Tomar)).



1.3. Atualização dos Padrões de Ocupação do Solo - Dinâmica de Ocupação do Edificado

No 2º relatório de monitorização e avaliação do PROT OVT (2012) foi reconhecida a importância e manifestada a intenção de analisar a evolução dos Padrões de Ocupação do Solo (POS) após a entrada em vigor do PROT com o intuito de conhecer melhor as dinâmicas territoriais e apurar a transformação efetiva do solo.

Tendo em conta a relevância do tema a CCDR LVT, com o apoio de uma estagiária do mestrado de Gestão do Território, da FCSH – UNL, desenvolveu o estudo de atualização dos padrões de ocupação do solo, com enfoque na dinâmica da ocupação do edificado no OVT entre 2006 e 2010. Este trabalho de fotointerpretação centrou-se na comparação dos ortofotomapas de 2006, (que serviram de base à elaboração do PROT) com os de 2010 (os mais recentes que a CCDR dispõe), à escala 1:10000, com recurso a ferramentas SIG.

O intervalo temporal em análise, 2006 a 2010, permite avaliar as dinâmicas ocorridas durante os trabalhos de elaboração do PROT e o primeiro ano da sua vigência (o PROT entrou em vigor a 01/11/2009), e para além disso permite apurar o designado “momento zero” de implementação do plano, para que posteriormente se possa aferir os impactos das suas orientações e diretrizes na transformação real do solo e nas dinâmicas territoriais entretanto registadas.

Foi elaborado um Relatório autónomo sobre este tema com a designação “Atualização dos Padrões de ocupação do Solo produzidos no âmbito da elaboração do PROT OVT – Dinâmica da Ocupação do Edificado no OVT 2006 /2010” (Anexo 2), onde consta uma análise detalhada dos resultados da atualização dos POS por classes com especial enfoque nas dinâmicas da ocupação do edificado, bem como um contributo para a atualização dos indicadores de monitorização do PROT OVT que têm por base os POS.

Optou-se por integrar neste 3.º Relatório de Monitorização e Avaliação do PROT apenas alguns conteúdos daquele Relatório, tais como uma justificação da pertinência da atualização dos POS, a metodologia utilizada aquando da elaboração dos POS e da sua atualização, e uma breve análise das dinâmicas ocorridas entre 2006 e 2010.

1.3.1. Nota metodológica

De modo a clarificar conceitos e procedimentos importa explicitar por um lado a metodologia utilizada em 2007, aquando da elaboração do estudo dos POS nos trabalhos de diagnóstico do PROT OVT, e por outro a metodologia agora usada na tarefa de atualização dos POS, cada uma com objetivos distintos.

a) Identificação de padrões de ocupação do solo - 2007

Em 2007, a abordagem utilizada assentava em *“princípios da Ecologia da Paisagem, que enfatizam as relações entre espaços e usos, através das suas interações, hierarquia, estrutura, funções e fluxos de energia. Foi assim, efectuada a produção de uma cartografia cujos elementos se estruturam em matrizes, padrões e corredores, associados ao edificado, aos espaços agrícolas e florestais. Estes elementos foram organizados em classes e sub-classes, aferidas à realidade territorial ao longo da primeira fase de elaboração do estudo, e cujo papel dominante, valor global e relações que estabelecem com os territórios envolventes foi também avaliado”* (CCDR LVT; Diagnóstico Estratégico: Padrões de Ocupação do Solo, PROT OVT, 2008).

A produção da cartografia foi desenvolvida em ambiente SIG e teve por base as fotografias aéreas digitais à escala 1:5000 (pixel 0,5m) produzidas pelo Instituto Geográfico Português, resultantes de voos realizados durante o período de 2005/06. O trabalho desenvolveu-se em quatro fases: 1 - Impressão das fotografias aéreas por concelho, reconhecimento do território e ajuste da legenda; 2 - Fotointerpretação e digitalização dos padrões por concelho; 3 - Junção da informação por sub-região e verificação da coerência regional e 4 - Validação da informação.

A informação produzida consistiu num ficheiro de dados com rigor cartográfico a escala 1:5000 e com sistema de coordenadas Hayford-Gauss, Datum 73. A informação está representada numa estrutura de polígonos aos quais estão associados atributos organizados numa tabela construída de modo a representar a informação de acordo com diferentes níveis, temáticas e objetivos de análise e diagnóstico.

Conforme expresso no Diagnóstico Estratégico: Padrões de Ocupação do Solo (CCDR LVT; 2008), a identificação dos padrões permitiu evidenciar a estrutura do povoamento e as suas principais tipologias, bem como, as formas de apropriação e exploração do espaço decorrentes das suas características morfológicas e biofísicas. A opção por um determinado conjunto de padrões decorreu de uma análise prévia efetuada por

amostragem e do conhecimento da realidade territorial, tendo também presente a escala e tipologia do plano para o qual a informação foi gerada.

A classificação adotada naquele estudo divide-se em dois níveis - classes e subclasses - o que permitiu desagregar as realidades territoriais mais complexas e compreender a expressão territorial dos fenómenos em estudo e das suas dinâmicas.

A listagem apresentada na Figura 9 foi adaptada ao longo da realização dos trabalhos em função da grande diversidade territorial que a região apresenta e foi apoiada também em saídas de campo para verificação e validação das opções utilizadas.

Os conceitos associados a cada tipologia de classe e subclasse dos padrões de ocupação do solo encontram-se desenvolvidos no Anexo 2 do relatório “Atualização dos Padrões de ocupação do Solo produzidos no âmbito da elaboração do PROT OVT – Dinâmica da Ocupação do Edificado no OVT 2006 /2010”.

Figura 8 – Legenda da caracterização dos POS

Classe		Subclasse	
AE	Áreas Edificadas	AEC	Áreas Edificadas Compactas
		AEF	Áreas Edificadas Fragmentadas
		AED	Áreas Edificadas Dispersas Tipo1 - ≤10 edif./25ha Tipo 2 – 10 a 50 edif./25ha Tipo 3 - ≥ 50 edif./25ha
		AER	Áreas Edificadas em Espaço Rústico Tipo1 - ≤10 edif./25ha Tipo 2 – 10 a 50 edif./25ha Tipo 3 - ≥ 50 edif./25ha
		AEL	Áreas Edificadas Lineares Tipo 1 – Contínuas Tipo2 - Descontínuas
		EVC	Espaços Vazios em Construção
		AEU	Áreas Edificadas Unifamiliares
		AEG	Áreas Edificadas com Golfe Associado
IF	Infraestruturas e Equipamentos	EQP	Parques de Campismo
		IFA	Instalações Aeroportuárias e Marítimas
		IFE	Parques Eólicos
		IFP	Portos e Marinas
IE	Indústria Extrativa	IEX	Áreas de Indústria Extrativa
IN	Indústria, Comércio, Armazenagem e Logística	IND	Indústria, Comércio, Armazenagem e Logística
AF	Áreas Florestais	AFO	Povoamentos Florestais
		AFM	Povoamentos de Sobreiros e / ou Azinheiras
		AFA	Áreas Agroflorestais
AA	Áreas Agrícolas	AAG	Áreas Agrícolas
		AAE	Áreas Agrícolas com Estufas
		AAV	Áreas de Pomar, Vinhas, Hortofrutícolas e Olival

		AAP	Áreas Agrícolas de Policultura
		AAA	Áreas de Baixa Aluvionar
AS	Áreas Silvestres	ASM	Matos
		ASA	Matos com Afloramentos Rochosos
		PRP	Praias
		DNS	Dunas
		AHS	Áreas Húmidas
AG	Planos de Água	AGR	Cursos de Água
		AGA	Albufeiras e Lagoas

b) Atualização de padrões de ocupação do solo – 2013

A metodologia utilizada para a atualização dos POS teve por base a utilizada aquando da sua elaboração, acrescentando-se uma etapa de comparação entre os ortofotomapas de 2006 e os de 2010, com enfoque nas subclasses das áreas edificadas, de modo a perceber a dinâmica de ocupação do edificado.

O trabalho desenvolveu-se em 3 fases:

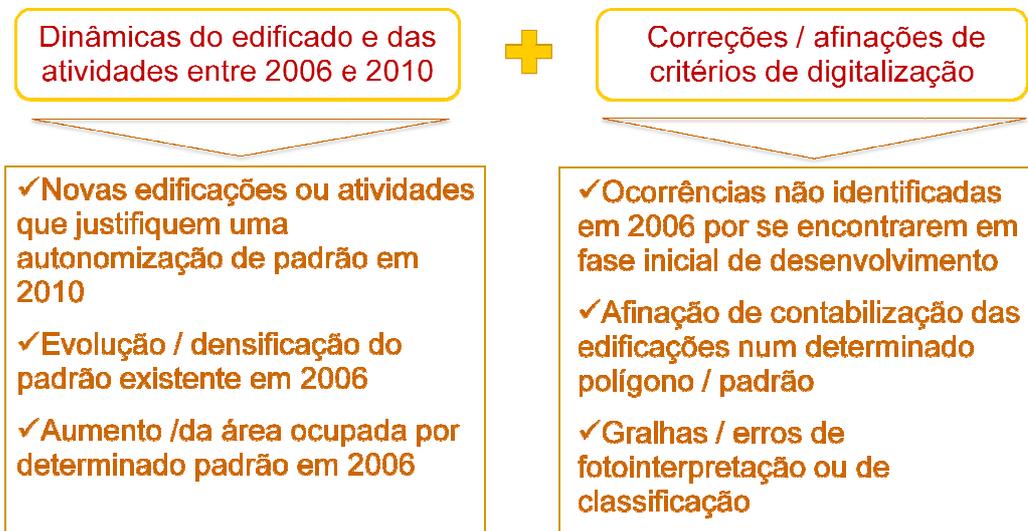
1. Sobreposição dos padrões de ocupação do solo elaborados com base nos ortofotomapas de 2006 aos ortofotomapas de 2010 e análise da metodologia utilizada na elaboração dos padrões, de modo a perceber e distinguir as diferentes tipologias de áreas edificadas definidas no PROT OVT.
2. Análise dos polígonos referentes às diferentes tipologias de áreas edificadas identificadas em 2006 e, caso se justificasse, ajustá-los à realidade visível nos ortofotomapas de 2010. No caso de ajustamento de polígonos referentes às áreas edificadas, procedeu-se ao ajustamento dos polígonos adjacentes.
3. Sistematização de dados estatísticos da evolução das tipologias das áreas edificadas, no OVT, entre 2006 e 2010, de forma a alimentar o sistema de indicadores de monitorização do PROT OVT. Análise das tendências de ocupação do solo face aos resultados obtidos.

A produção da cartografia foi desenvolvida em ambiente SIG através do software ArcGis, com suporte para comparação dos ortofotomapas do software GeoMedia. À semelhança do sucedido em 2007, a análise baseou-se em ortofotomapas à escala 1:5000 (pixel 0,5m) produzidas pelo Instituto Geográfico Português, agora resultantes de voos realizados em 2010.

A informação produzida consistiu num ficheiro de dados com rigor cartográfico a escala 1:5000 e com sistema de coordenadas PT-TM06/ETRS1989, à semelhança do sucedido em 2007 aquando da elaboração dos POS. Para uma análise mais exploratória foram criadas duas estruturas pontuais para agropecuárias e edificações isoladas.

As alterações registadas resultaram de: I) dinâmicas do edificado e das atividades verificadas entre 2006 e 2010; e II) correções / afinações de critérios de digitalização, conforme se demonstra no esquema abaixo (Figura 9)

Figura 9 – Critérios de atualização dos padrões de ocupação do solo



1.3.2. Dinâmicas de Ocupação do Solo entre 2006 e 2010

A atualização dos Padrões de Ocupação do Solo do Oeste e Vale do Tejo (POS OVT) revelou qual a sua evolução compreendida no período entre 2006 e 2010. Importa salientar que, tendo em conta o curto intervalo temporal e a natureza dos fenómenos em análise, não se esperavam à partida dinâmicas muito expressivas, pois as formas e tipologias de povoamento têm uma evolução normalmente lenta e adaptada às especificidades territoriais e às dinâmicas populacionais. Assim, para além da oportunidade de aferir as dinâmicas territoriais ocorridas, mais relevante será apurar o que poderemos designar de “momento zero” da aplicação do PROT, que no futuro permitirá aferir os impactes da aplicação do PROT na ocupação do solo.

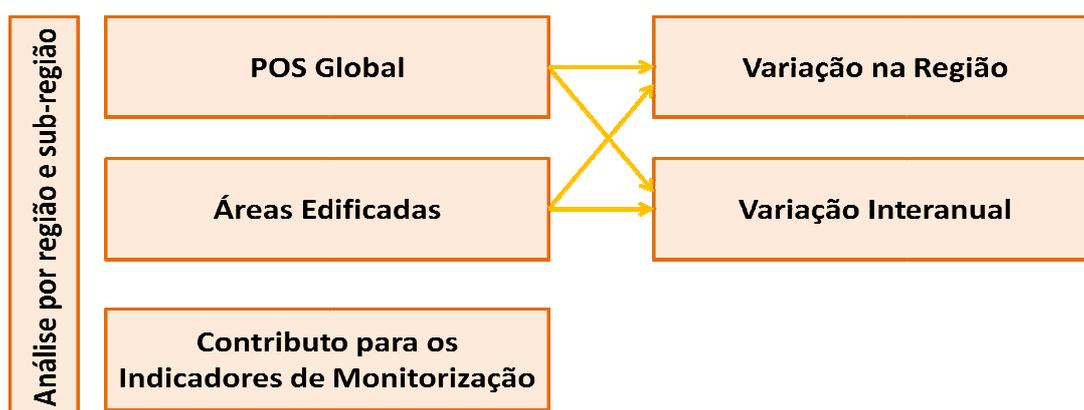
Optou-se por desagregar a análise em três pontos, abordando no primeiro uma leitura global da atualização dos padrões de ocupação do solo, no segundo uma abordagem mais focada na dinâmica das tipologias de áreas edificadas e um terceiro ponto dedicado aos indicadores de monitorização do PROT OVT que têm como base os padrões de ocupação do solo. A análise terá sempre por referência o conjunto da região e a desagregação por sub-regiões (Oeste, Médio Tejo e Lezíria do Tejo).

Nas duas abordagens, aos POS e às Áreas Edificadas, a partir dos dados obtidos foram efetuados dois tipos de análise:

- I. **De variação na região (ou evolução da relevância)** - que corresponde à diferença entre o valor do peso relativo de cada classe ou subclasse na região em 2010, face ao seu peso relativo em 2006;
- II. **De variação interanual** - que corresponde à diferença entre a área ocupada por cada classe ou subclasse, entre 2010 e 2006, em km², multiplicada por 100 e dividida pela sua área respetiva em 2006 - pretende-se com esta análise apurar a variação percentual do crescimento verificado tendo por base o valor de 2006.

Esta análise diferenciada permite apurar qual a relevância de uma determinada classe ou subclasse na região (I), mas também qual o crescimento efetivo verificado (II).

Figura 10 – Tipologia de análise dos resultados atualização dos Padrões de Ocupação do Solo



Neste Relatório focamos apenas alguns aspetos desta análise, estando todos os conteúdos disponíveis no Relatório autónomo “Atualização dos Padrões de ocupação do Solo produzidos no âmbito da elaboração do PROT OVT – Dinâmica da Ocupação do Edificado no OVT 2006 /2010”.

Padrões de Ocupação do Solo

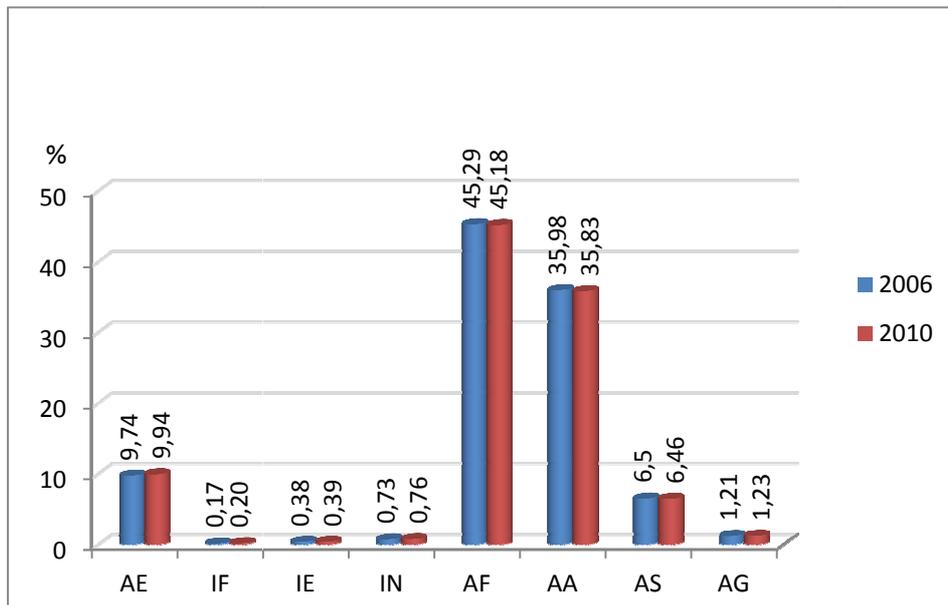
De uma forma geral as classes de ocupação do solo⁹ mantiveram o seu peso relativo no OVT, notando-se apenas ligeiras oscilações entre 2006 e 2010 (Gráfico 6). As Áreas Florestais (AF), Agrícolas (AA) e Silvestres (AS) foram as únicas classes a diminuir relativamente a 2006. Todas as outras classes aumentaram (Gráfico 7). Destacam-se as Áreas Edificadas (AE) que registaram o aumento mais expressivo (0,20%, passando a ter uma relevância na região de 9,94%) embora o contexto seja o de uma região predominantemente rural (86% de áreas agrícolas, florestais e silvestres).

Numa análise por NUTS III verifica-se que o Oeste foi a sub-região onde as áreas edificadas (AE) registaram maior crescimento (0.20%), acompanhado de um decréscimo das áreas agrícolas (- 0.15%) e florestais (- 0.11%) (Gráfico 9). Na Lezíria do Tejo o acréscimo das áreas edificadas (0.17%) teve como contrapartida o decréscimo das áreas agrícolas (- 0.18%), não se registando decréscimo nas áreas florestais. Quanto ao Médio Tejo, o maior acréscimo verificado também foi referente às áreas edificadas (0.11%), seguido das áreas de indústria, armazenagem comércio e logística (IN) (0.04%). Por outro lado as áreas florestais foram as que registaram uma diminuição mais expressiva (-0.09%) seguida das áreas agrícolas (- 0.07%) (Gráfico 9).

Não obstante estas variações, o Oeste continua a ser a sub-região onde as áreas agrícolas assumem maior relevância, seguidas das áreas florestais e das áreas edificadas. A Lezíria do Tejo e o Médio Tejo são as sub-regiões onde as áreas florestais têm maior relevância (53.70 % e 46.68 % respetivamente), seguidas das áreas agrícolas (32.80 % e 26.92 %) e das áreas silvestres no Médio Tejo (11.04%) (Gráfico 8).

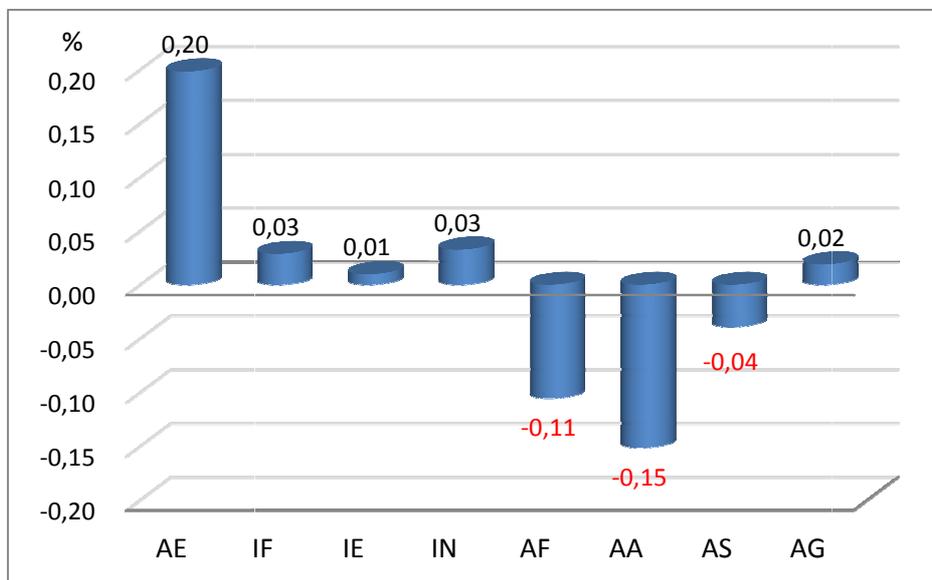
⁹ No Anexo 2 do relatório “Atualização dos Padrões de ocupação do Solo produzidos no âmbito da elaboração do PROT OVT – Dinâmica da Ocupação do Edificado no OVT 2006 /2010”, encontra-se explicitada a caracterização de todas as classes e subclasses consideradas no estudo

Gráfico 6 – Evolução da Relevância das Classes de Ocupação do Solo no OVT 2006/2010



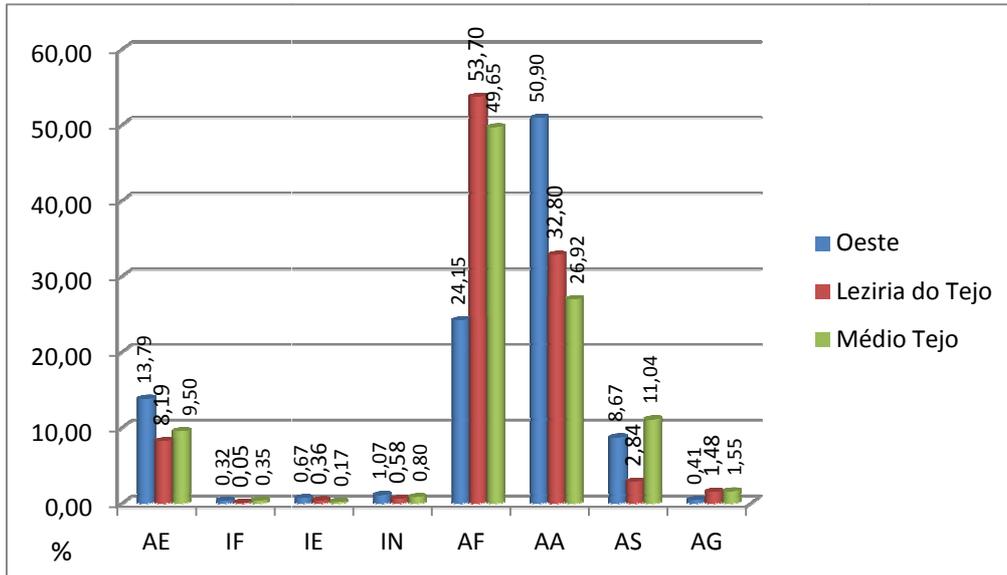
Fonte: Padrões de Ocupação do Solo 2006 e 2010, CCDR LVT.

Gráfico 7 – Variação Interanual das classes dos POS – 2006 / 2010



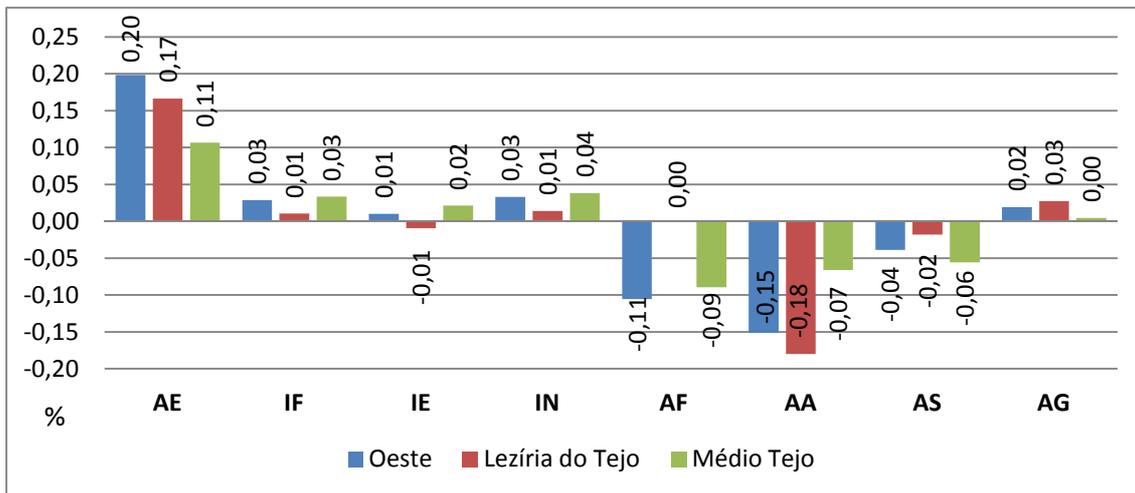
Fonte: Padrões de Ocupação do Solo 2006 e 2010, CCDR LVT.

Gráfico 8 - Relevância das classes de ocupação do solo por NUTS III, 2010 (%)



Fonte: Padrões de Ocupação do Solo 2010, CCDR LVT.

Gráfico 9 – Variação interanual das classes de ocupação do solo por NUTS III, 2006/2010 (%)



Fonte: Padrões de Ocupação do Solo 2006 e 2010, CCDR LVT.

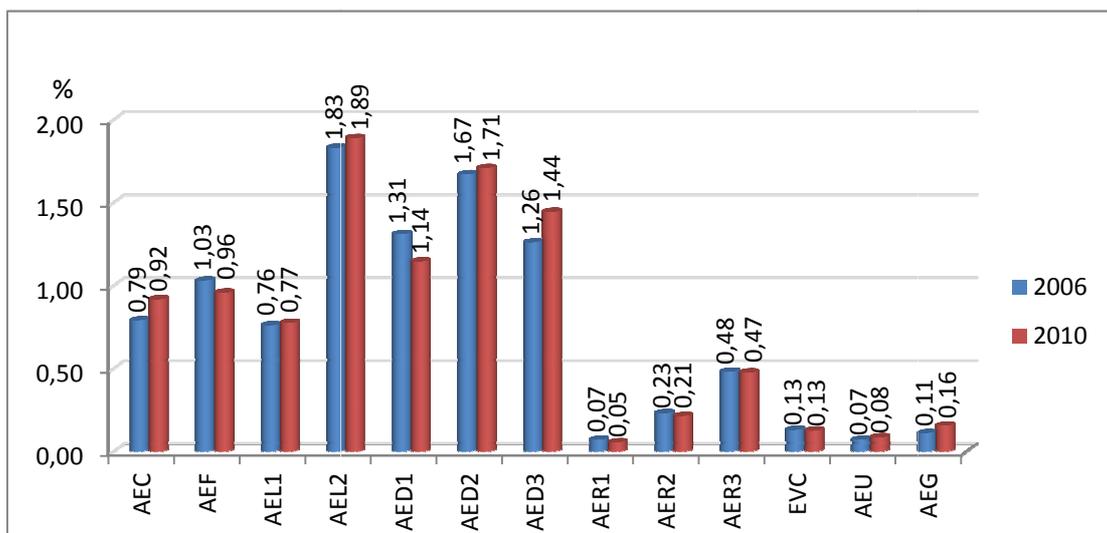
Dinâmica das Áreas Edificadas

O foco da atualização dos Padrões de Ocupação do Solo do Oeste e Vale do Tejo (POS OVT) foi a classe Áreas Edificadas (AE), pelo que os seus resultados merecem uma análise destacada.

Apesar do peso relativo das Áreas Edificadas na região manter-se em torno dos 10%, a área ocupada por estas tipologias aumentou 0,20% o que corresponde, em 2010, a 874,68 Km².

De acordo com a **análise de variação na região (evolução da relevância)**, de uma forma geral todas as subclasses edificadas mantiveram o seu peso relativo na região (Gráfico 10). Não obstante, as subclasses que mais cresceram foram as Áreas Edificadas Compactas (AEC) e as Áreas Edificadas Dispersas tipo 3 (AED3). As maiores diminuições registaram-se nas Áreas Edificadas Fragmentadas (AEF) e nas Áreas Edificadas Dispersas tipo 1 (AED1); este resultado advém sobretudo do processo de colmatação daquelas áreas e ainda de alguma afinação do critério de digitalização, conforme expresso no item da metodologia (Figura 9). Apesar destas variações na região, a subclasse das Áreas Edificadas Lineares Descontínuas (AEL2), continua a ser a mais representativa no OVT, seguida das Áreas Dispersas de tipo 2 e tipo 3 (AED 2 e 3).

Gráfico 10 - Evolução da Relevância das Áreas Edificadas no OVT 2006/2010

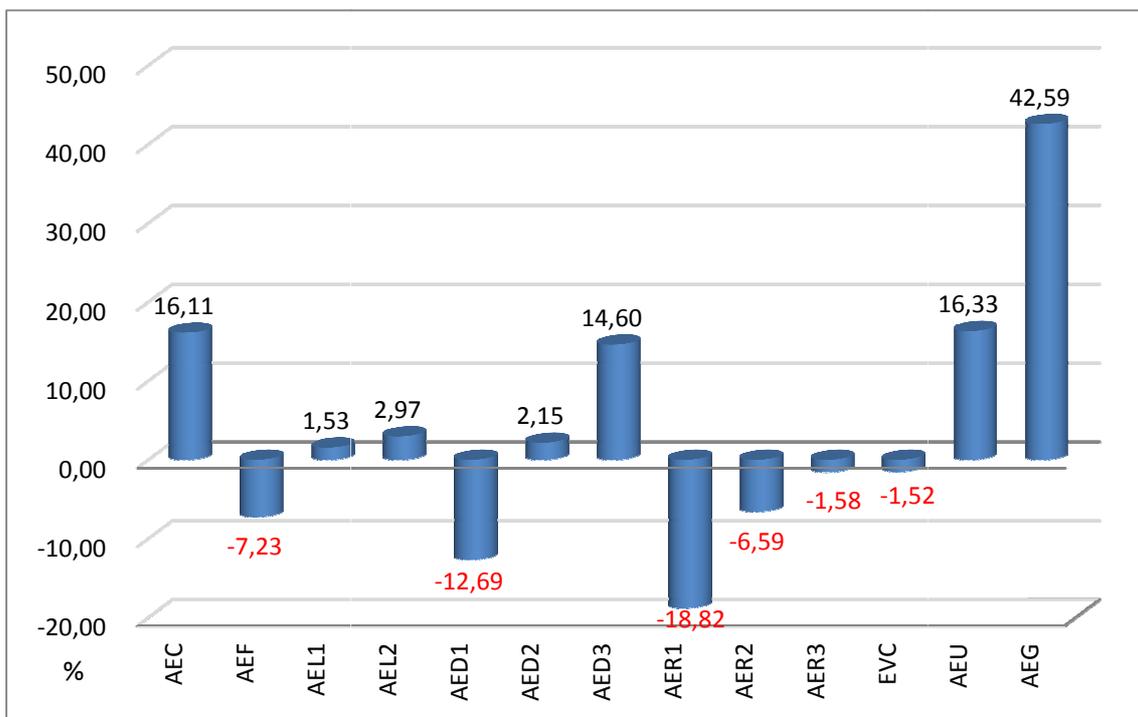


Fonte: Padrões de Ocupação do Solo 2006 e 2010, CCDD LVT.

Numa análise de **variação Interanual** das subclasses obtém-se uma leitura bastante diferente da anterior (Gráfico 11). Destaca-se pelo maior crescimento apresentado (42,59%), a subclasse Áreas Edificadas com Golfe Associado (AEG), seguida das

Áreas Edificadas Unifamiliares (AEU) (16.33%). Conclui-se que este facto está relacionado com o dinamismo do turismo na sub-região Oeste. As Áreas Edificadas Compactas (AEC) e as Áreas Edificadas Dispersas de tipo 3 (AED3) também registaram um crescimento significativo (16.11% e 14.6%, respetivamente). As reduções mais significativas correspondem às subclasses Áreas Edificadas em Espaço Rústico tipo 1 (AER1) (18,82%) e Áreas Edificadas Dispersas tipo 1 (AED1) (12,69%), sendo possível concluir que os seus núcleos transitaram para outro nível dentro da mesma subclasse.

Gráfico 11 – Variação Interanual das Áreas Edificadas no OVT, 2006/2010



Fonte: Padrões de Ocupação do Solo 2006 e 2010, CCDR LVT.

1.4. Monitorização do Limiar da Capacidade de Alojamento Turístico

Uma das atribuições da EMAG, definida no PROT OVT, diz respeito à monitorização, aferição e avaliação da concretização das capacidades de alojamento atribuídas a cada NUTS III

Em 2012 foi definida uma metodologia de recolha e reporte de informação, envolvendo o Turismo de Portugal, a CCDR LVT (Observatório), as CIM e as CM, e foram apresentados os primeiros resultados na monitorização do limiar da capacidade de alojamento (LCA).

Esta temática foi abordada na reunião da Comissão Temática do Turismo realizada a 05/11/2013, tendo sido reiterada a metodologia e indicados os prazos previstos para a recolha da informação relativa aos empreendimentos turísticos e respetivas camas dedutíveis no LCA.

Clarificou-se ainda que, para a monitorização do LCA deverão ser considerados todos os empreendimentos turísticos fora das áreas urbanas e urbanizáveis que correspondem a aglomerados urbanos existentes, licenciados após 01/11/2009, enquadráveis nas tipologias de aldeamentos turísticos, apartamentos turísticos, conjuntos turísticos (resorts) e estabelecimentos hoteleiros, desde que mantenham relação funcional (gestão conjunta), territorial (contiguidade territorial ou inserido na mesma área de intervenção) com alguma das tipologias anteriores.

A partir da integração dos conceito de NTL nas revisões / alterações dos PDM, e sempre que haja recurso à majoração da eventual expansão do perímetro urbano destes aglomerados, para acolher especificamente empreendimentos turísticos, metade das camas turísticas que lhe venham a ser afetadas serão considerados na monitorização do LCA nos termos do definido nas diretriz 2 dos NTL das normas específicas de caráter setorial – turismo e lazer do PROT OVT.

A informação recolhida pelo ORLVT em colaboração com o Turismo de Portugal IP, as Câmaras Municipais e as Comunidades Intermunicipais, relativa a empreendimentos turísticos, encontra-se sistematizada no quadro abaixo (período compreendido entre 01/11/2007 e dezembro de/2013).

Da leitura dos resultados obtidos neste processo de monitorização do LCA, pode concluir-se que, no período em análise houve projetos turísticos que tiveram desenvolvimento, todavia, o saldo das “camas turísticas distribuídas” a partir do LCA mantem-se inalterado, uma vez que:

- Os empreendimentos turísticos entretanto licenciados não se enquadram nas tipologias que se considerou deduzirem no LCA: (têm sido licenciados empreendimentos de alojamento local ou de tipologias de turismo em espaço rural, ou ainda estabelecimentos hoteleiros localizados em áreas urbanas);
- Os empreendimentos turísticos que se enquadram nas tipologias que deduzem no LCA foram licenciados antes de 01/11/2009;
- O processo de licenciamento de empreendimentos turísticos, que se enquadram nas tipologias que deduzem no LCA, ainda se encontra em curso, ou caducaram e foram arquivados
- Sublinha-se o facto do município de Óbidos, que apresenta o maior número de camas turísticas dedutíveis ao LCA, com parecer favorável do Turismo de Portugal (6 582), não ter reportado à CCDR-LVT, através da OesteCIM, o ponto de situação dos processos de licenciamento dos empreendimentos sinalizados pelo TdP. Por este facto considera-se que a conclusão do resultado da monitorização do LCA (saldo inalterado), poderá não corresponder aos resultados reais, só possíveis de apurar com a colaboração da CM de Óbidos.

Quadro 2 – Monitorização do Limiar da Capacidade de Alojamento do OVT - 2013¹⁰

Oeste						
Concelhos	Total	Camas em reserva (25% do LCA)	Camas distribuídas (75% do LCA)	Camas com parecer favorável do TdP após 01/11/2007	Camas licenciadas pela CM após 1/11/2009	Saldo
Alcobaça	16717	5999	10718			10718
Alenquer	7473	452	7021			7021
Arruda dos Vinhos	2282	452	1830			1830
Bombarral	2824	452	2372			2372
Cadaval	3666	452	3214	1788	Não licenciado (Caducado)	3214
Caldas da Rainha	10793	1197	9596		A informação remetida não se enquadra nas tipologias dedutíveis no LCA	9596
Lourinhã	5199	1197	4002			4002
Nazaré	10777	5999	4778			4778
Óbidos	13323	5999	7324	6580	Sem dados/resposta	7324
Peniche	7098	1197	5901			5901
Sobral de Monte Agraço	1840	452	1388	236	Procedimento em curso (dez 2013)	1388
Torres Vedras	18366	1255	17111	2793	Não licenciado (arquivado)	17111
Total	100358	25103	75255	11397	228	75027
Médio Tejo						
Concelhos	Total	Camas em reserva (25% do LCA)	Camas distribuídas (75% do LCA)	Camas com parecer favorável do TdP após 01/11/2007	Camas licenciadas pela CM após 1/11/2009	Saldo
Abrantes	3818	955	2863			2863
Alcanena	1008	252	756		A informação remetida não se enquadra nas tipologias dedutíveis no LCA	756
Constância	414	414	**			
Entroncamento	881	220	661			661
Ferreira do Zêzere	853	213	640		A informação remetida não se enquadra nas tipologias dedutíveis no LCA	640
Ourém	17722	4430	13292			13292
Sardoal	339	85	254			254
Tomar	4136	1034	3102			3102
Torres Novas	2169	542	1627			1627
Vila Nova da Barquinha	471	118	353	568	Arquivado	353
				402	Procedimento em cursos (dez 2013)	
Mação	1189	297	892			892
Total	33000	8560	24440	970	0	24440

¹⁰ Destacadas a cinza as alterações relativamente ao Relatório de 2012.

Lezíria do Tejo						
Concelhos	Total	Camas em reserva (50% do LCA)	Camas distribuídas (50% do LCA)	Camas com parecer favorável do TdP após 01/11/2007	Camas licenciadas pela CM após 1/11/2009	Saldo
Azambuja	2604	1302	1302			1302
Almeirim	622	311	311			311
Alpiarça	1894	947	947			947
Benavente	3492	1746	1746	1218	Licenciamento caducado e / ou sem alvará emitido	1746
Cartaxo	2180	1090	1090		A informação remetida não se enquadra nas tipologias dedutíveis no LCA	1090
Chamusca	2242	1121	1121			1121
Coruche	5036	2518	2518	884	Não Licenciado	2518
Golegã	464	232	232			232
Rio Maior	2870	1435	1435			1435
Salvaterra de Magos	1722	861	861	240	Procedimento em curso (dez 2013)	861
Santarém	9512	4756	4756	44	Não Licenciado	4756
Total	32638	16319	16319	2386	0	16319

Fonte: Observatório RLVT, com base nos dados do Turismo de Portugal IP e Câmaras Municipais / CIM (2013)

A monitorização entretanto efetuada ao LCA, embora reportando-se a um intervalo temporal ainda reduzido, permite-nos desde já constatar uma diminuição significativa das intenções de investimento em empreendimentos turísticos do tipo *resort*, situação que decorre da atual conjuntura económica e do conseqüente decréscimo da procura desta tipologia de empreendimentos.

1.5 Questões Frequentes

No âmbito do acompanhamento das revisões dos PDM foi detetada uma gralha na legenda da figura 17 (página 83) da versão editada em livro do PROT OVT, devendo ser considerada como correta a figura constante da RCM n.º 64A/2009, de 06 de agosto. Trata-se de um lapso que apenas diz respeito à legenda da figura referente à Rede Complementar da ERPVA, onde se encontra destacado o montado, sendo que a versão correta integra o montado nas “paisagens florestais de elevado valor ecológico”. Mais se esclarece que, esta nomenclatura constante da versão do PROT OVT editada em livro, também contém uma gralha, sendo que as “paisagens florestais de elevado valor ecológico”, são segundo o quadro 7 e legenda da figura 17 da RCM n.º64-A/2009 “Paisagens Florestais de Elevado Interesse”, sendo esta a designação correta.



2. Monitorização e Avaliação do Desempenho do PROT

2.1. Indicadores de Monitorização

A monitorização e avaliação do PROT OVT baseia-se numa bateria de 80 indicadores: 16 indicadores-chave de contexto do OVT face ao Continente que permitem aferir o desenvolvimento da região e estabelecer um termo comparativo com as restantes regiões; e 64 indicadores distribuídos por eixo estratégico do PROT OVT, que servem também os objetivos da avaliação e controle ambiental.

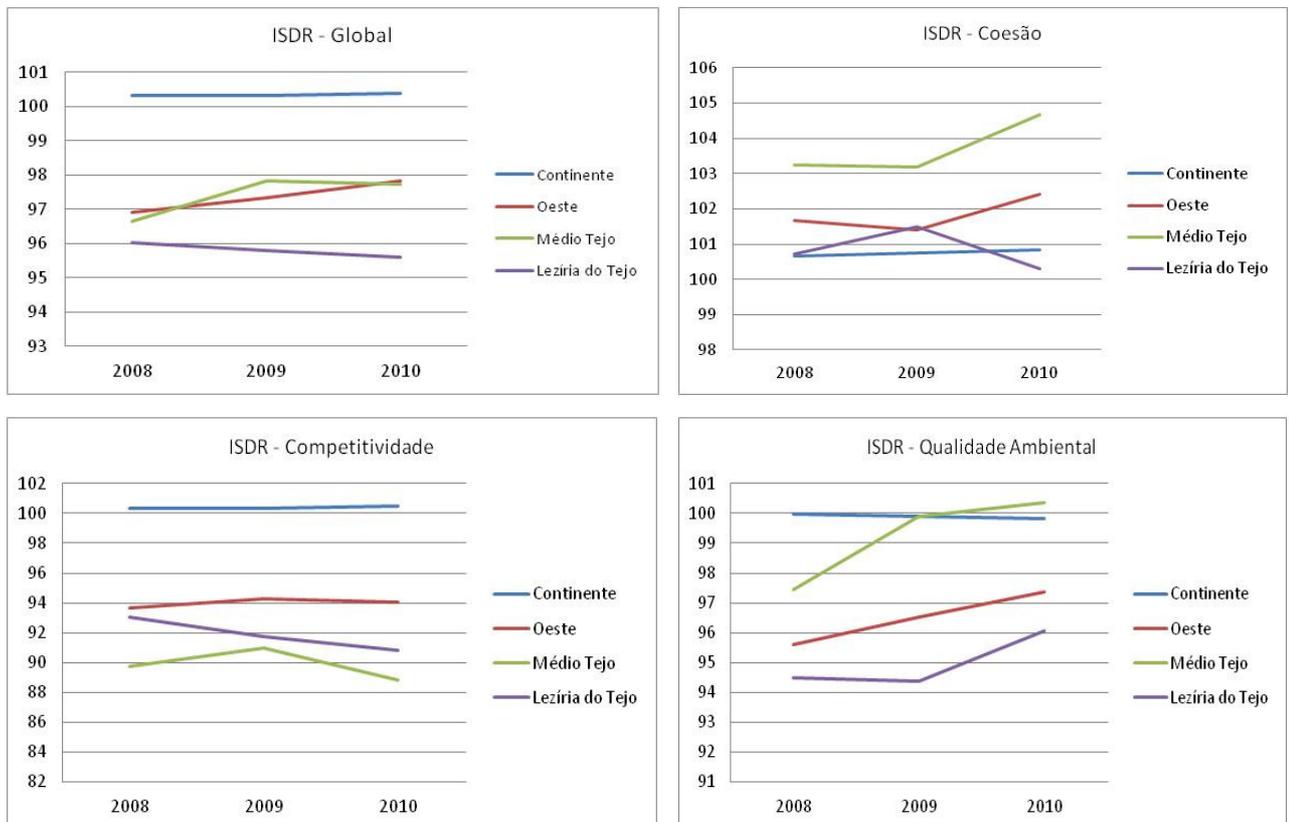
Neste ponto apresenta-se uma análise global dos indicadores-chave de contexto, bem como uma leitura dos indicadores por eixo estratégico, ilustrada com alguns gráficos ou quadros dos indicadores que evidenciaram maior dinâmica. A informação estatística referente à generalidade dos indicadores e respetivas notas metodológicas encontram-se disponíveis no [Anexo 3](#).

A informação estatística disponibilizada reporta dois períodos temporais distintos: o período de referência (sempre que possível, o ano de 2008, por ser o ano anterior à entrada em vigor do PROT OVT) e o último ano disponível. A informação é retratada ao nível de NUTSIII por se entender que assim se permite uma análise abrangente que admite verificar as diferenças entre as sub-regiões e fazer comparações mais fiáveis com as metas definidas para o OVT.

Indicadores-Chave de Contexto

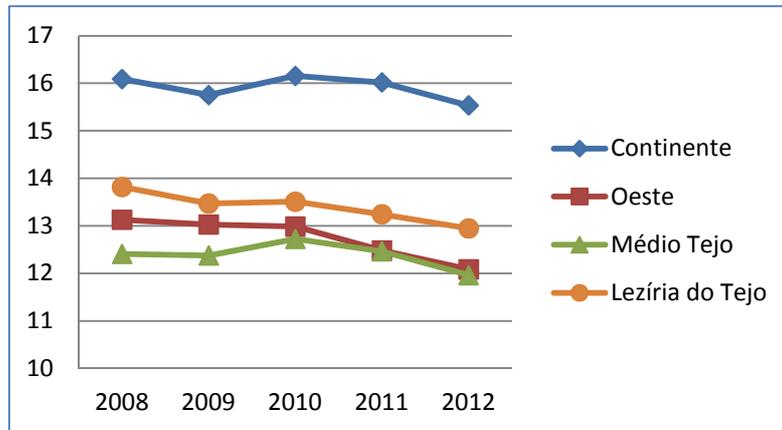
Em 2010, as 3 NUTS III do Oeste e Vale do Tejo apresentavam um Índice Sintético de Desenvolvimento Regional inferior à média nacional, sendo que o Oeste apresentava uma tendência crescente de aproximação à média nacional nos índices das três componentes do índice sintético – a competitividade, a coesão e a qualidade ambiental (Gráfico 12). No que respeita ao índice de coesão, os valores apontam para um retrato territorial mais equilibrado e superior à média do Continente, não obstante a Lezíria do Tejo ter registado, em 2010, um decréscimo na posição que detinha em 2009. Em relação à competitividade o índice revela uma evolução desfavorável das NUTS III da região face ao Continente, tendência também confirmada pela evolução do PIB per, o que reflete a atual conjuntura socioeconómica. Quanto ao índice de qualidade ambiental, os valores retratam uma evolução positiva da região, aproximando-se da média do Continente, com o Médio Tejo a superar aquele referencial

Gráfico 12 – Índice Sintético de Desenvolvimento Regional (ISDR)



Fonte: INE; Índice Sintético de Desenvolvimento Regional (2008 – 2010)

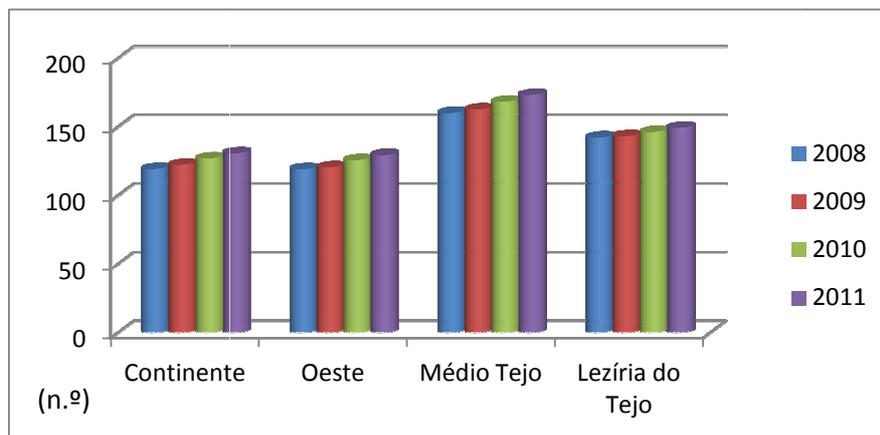
Gráfico 13 - Produto interno bruto por habitante a preços correntes (Base 2006 – Milhares€)



Fonte: INE; Contas Económicas Regionais; atualização de 24/01/2014, 2011: Dado preliminar; 2012: Dado provisório

Em termos demográficos, o Oeste e Vale do Tejo segue a tendência de envelhecimento da população do Continente, sendo essa realidade mais acentuada no Médio Tejo. Acresce que, entre 2011 e 2012 o Oeste e Vale do Tejo registou um crescimento populacional negativo (-0.46%) (INE: Anuários Estatísticos Regionais; 2012).

Gráfico 14 – índice de Envelhecimento



Fonte: INE; Anuários Estatísticos (2008 – 2011)

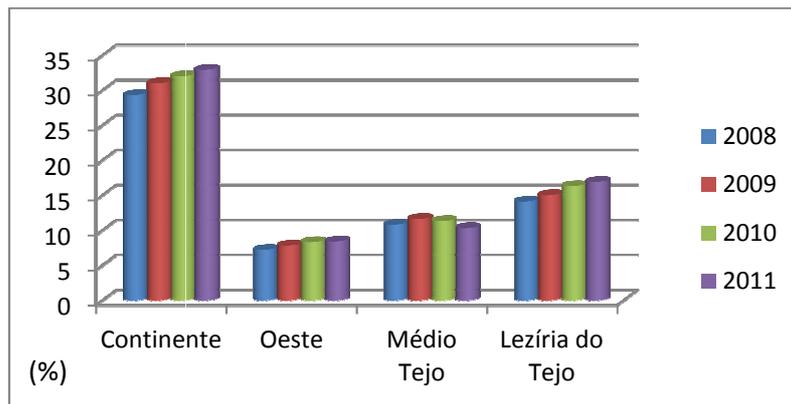
Quanto à qualificação da população os níveis das taxas de escolarização do ensino superior do Oeste e Vale do Tejo (Gráfico 15), apesar de registarem uma tendência de crescimento (10.7% em 2008 e 11.9% em 2011), encontram-se bastante abaixo da média do Continente (32.9% - 2011). No ensino secundário, existe também uma menor frequência face à média do Continente, todavia a disparidade é bastante menor, com exceção do Médio Tejo onde a frequência do secundário é superior à

registada nacionalmente (Gráfico 16). Verifica-se contudo um decréscimo generalizado das taxas de escolarização do ensino secundário, relacionadas com o alargamento da escolaridade obrigatória de 9 para 12 anos (Lei n.º85/2006 de 27 de agosto).

Mais de 95% da população que habita a região encontra-se servida por sistemas de abastecimento de água, à semelhança do que acontece no resto do país. Relativamente à drenagem de águas residuais e às estações de tratamento, registam-se ainda fortes disparidades entre as NUTSIII do OVT. No último ano reportado, regista-se que o Oeste apresenta valores de cobertura superiores aos do Continente, por oposição ao Médio Tejo e à Lezíria que registam valores abaixo dessa referência.

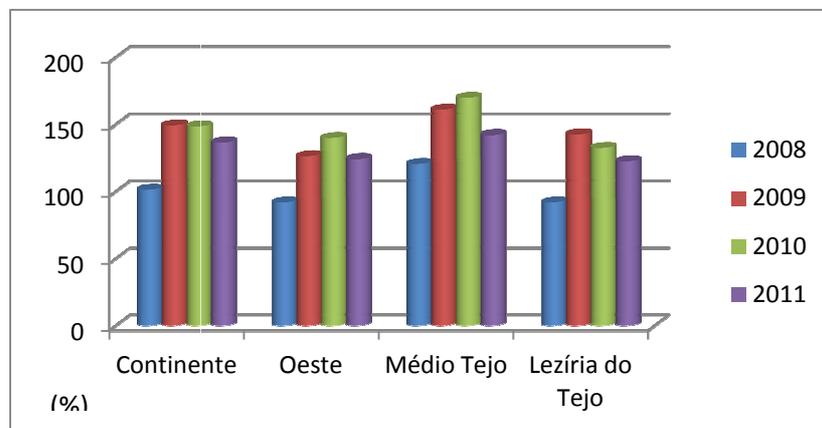
No património natural verifica-se que os valores registados se mantêm praticamente inalterados no período em análise e também se pautam por registarem valores inferiores à referência continental.

Gráfico 15 - Taxa bruta de escolarização do ensino superior



Fonte: Gabinete de Estatística e Planeamento da Educação (2008 – 2011)

Gráfico 16 - Taxa bruta de escolarização do ensino secundário



Fonte: Gabinete de Estatística e Planeamento da Educação (2008 – 2011)

Indicadores de Monitorização do PROT

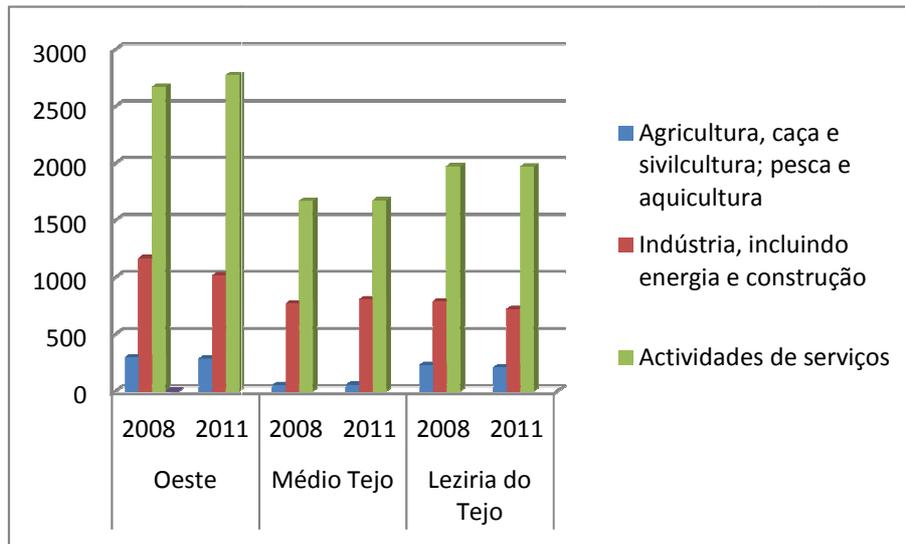
Eixo Estratégico 1 – Ganhar a aposta da inovação, competitividade e internacionalização

A estratégia de valorização da inovação, competitividade e internacionalização do Oeste e Vale do Tejo assenta no crescimento a partir da valorização dos recursos endógenos e na aposta em segmentos industriais e de serviços que permitam cadeias de valor mais alargadas e geradoras de maior valor acrescentado. A estratégia de desenvolvimento regional releva também a aposta em formas inovadoras de turismo sustentável centradas na valorização do património, nos nichos da agricultura estimulada pela distribuição em mercados exigentes e intensiva em conhecimento; percebendo a importância decisiva na obtenção de massa crítica de serviços empresariais avançados.

Ganhar a batalha da inovação, competitividade e internacionalização exige, igualmente, uma aposta na mobilidade externa e intrarregional, bem como o fomento da formação de novas competências, e na intensificação do esforço de Investigação e desenvolvimento tecnológico, procurando uma maior cooperação entre as empresas e os centros de saber.

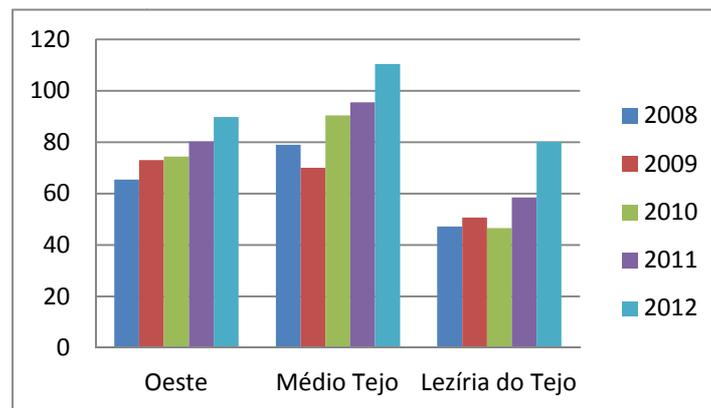
Analisando os resultados da monitorização, a estrutura do VAB (Gráfico 17) revela uma região com uma especialização centrada nos serviços nas três NUTS III, em especial no Oeste, sendo o setor primário o que regista valores menos expressivos e com tendência ligeiramente decrescente. Por outro lado, a capacidade de internacionalização da região, materializada através do reforço das exportações em detrimento das importações (Gráfico 18) tem registado uma tendência positiva desde 2008.

Gráfico 17 – VAB por Ramo de Atividade



Fonte: INE - Contas Económicas Regionais

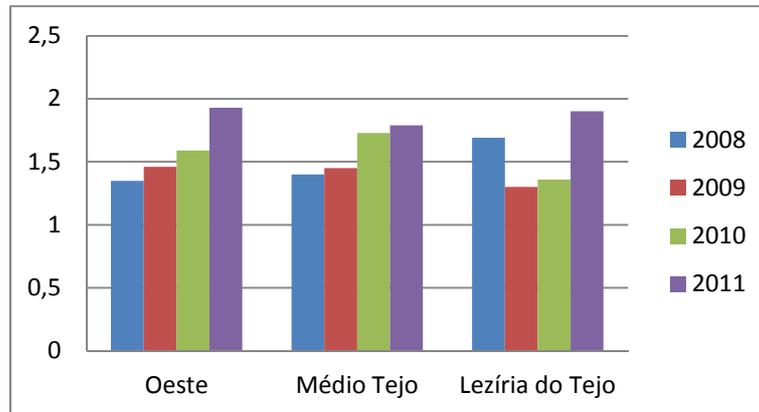
Gráfico 18 – Taxa de Cobertura das Importações pelas Exportações



Fonte: INE - Estatísticas do Comércio Internacional de bens

A iniciativa empresarial revela os efeitos da conjuntura económica desfavorável, registando-se um ligeiro aumento do número de novas empresas, todavia a capacidade das mesmas de subsistirem tem vindo a diminuir substancialmente, já que apenas cerca de 50% das empresas continua ativa nos dois anos subsequentes à sua criação. Nos sectores de alta e média alta tecnologia, salienta-se uma tendência crescente dos nascimentos de empresas neste sector, com um interregno na Lezíria do Tejo nos anos 2009 e 2010 (Gráfico 19).

Gráfico 19 - Proporção de nascimentos de empresas em sectores de alta e média-alta tecnologia (Série CAE Rev. 3 - %)



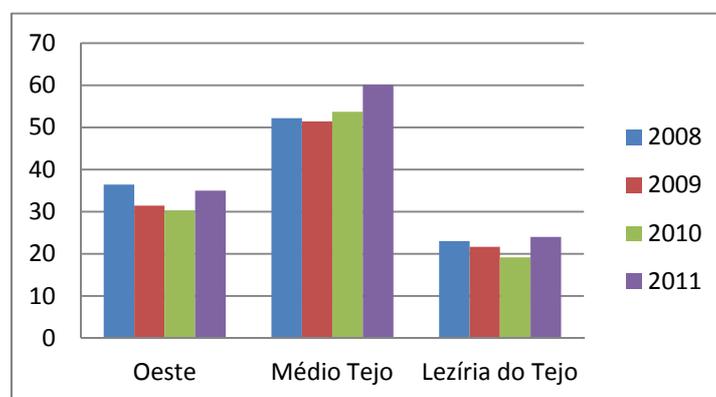
Fonte: INE - Demografia das Empresas (2008 – 2011)

O emprego em serviços intensivos em conhecimento está bastante aquém do previsto para as metas definidas (igual ao nacional), apresentando valores que estão muito abaixo do registado para Portugal (cerca de 1% na região face aos 3% no país). Já o emprego em setores industriais de elevada tecnologia demonstra um comportamento positivo com a Lezíria a apresentarem, para o último ano disponível, valores acima da média nacional (15,7%), o que reflete uma possibilidade de, em caso de manutenção do comportamento, se ir de encontro à meta definida para 2020 (1% acima do nacional).

A utilização das TIC revela uma tendência positiva, apresentando crescimento nos dois setores analisados, educação e agregados familiares.

Na vertente turismo na ótica da competitividade e internacionalização que aqui analisamos, regista-se um ligeiro acréscimo na proporção de hóspedes estrangeiros o que confirma a atratividade crescente da região (Gráfico 20).

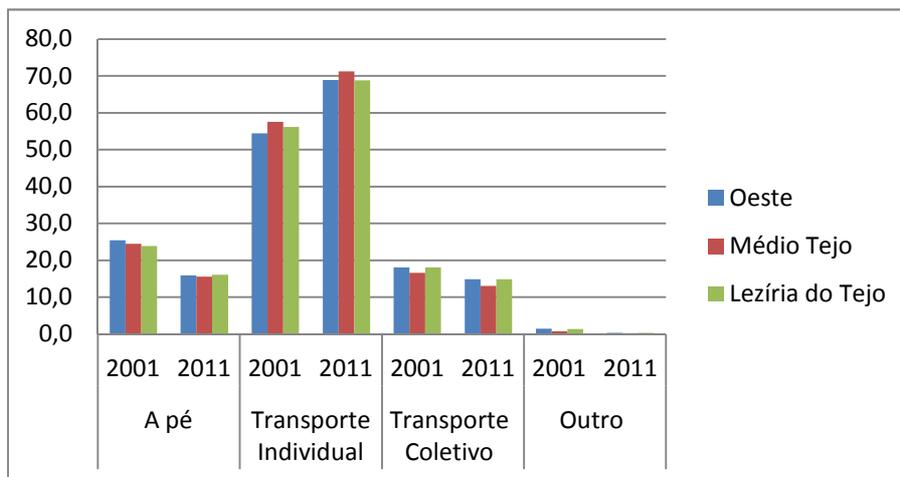
Gráfico 20 - Proporção de hóspedes estrangeiros



Fonte: INE - Inquérito à Permanência de Hóspedes e Outros Dados na Hotelaria)

Em termos de mobilidade, no último período intercensitário verificou-se o aumento do número de pessoas que trabalha ou estuda noutra município que não o da sua área de residência. A par desse facto, regista-se um acréscimo significativo no peso relativo do transporte individual como meio de transporte mais utilizado nos movimentos pendulares no Oeste e Vale do Tejo, correspondendo a cerca de 70% dessas deslocações.

Gráfico 21 - Meio de transporte mais utilizado nos movimentos pendulares



Fonte: INE, Recenseamento da População e Habitação (2001 e 2011)

Eixo Estratégico 2 – Potenciar as vocações territoriais num quadro de sustentabilidade

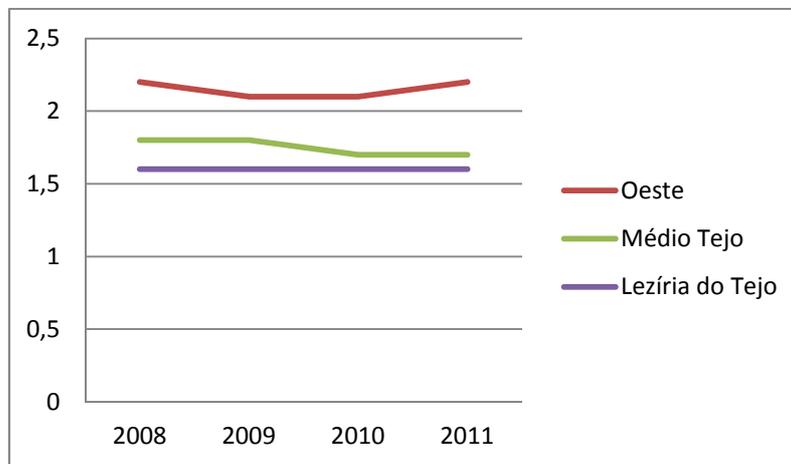
Neste eixo estratégico o PROT destaca o recreio, lazer e turismo integrados nos valores naturais, patrimoniais e paisagísticos como uma oportunidade para o Oeste e Vale do Tejo, O turismo e o lazer poderão contribuir, para a minimização de desequilíbrios entre o litoral e o interior, e entre as duas margens do Tejo. É pois prioritário promover a qualificação, valorização e a promoção do território e das pessoas com vista ao garante da identidade e ao acréscimo da competitividade territorial. Neste sentido a Estrutura Regional de Proteção e Valorização Ambiental (ERPVA) constitui uma das estruturas centrais da competitividade e sustentabilidade da região.

Num contexto de valorização dos recursos regionais, os objetivos para a região pautam-se pela inovação nos domínios da prevenção e gestão de riscos, e por adotar

ações estratégicas e pró-ativas no domínio da energia, nas vertentes da oferta e do consumo.

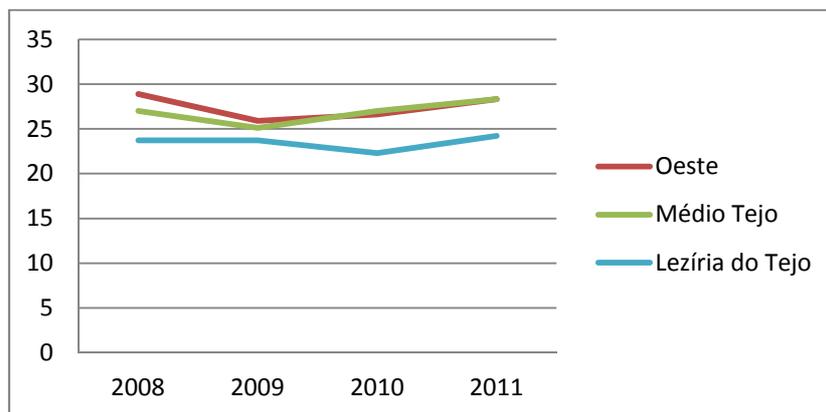
Tendo presente os indicadores de monitorização que concorrem para este eixo estratégico, e no que respeita ao setor do turismo, regista-se, depois de um período de quebra no final da década passada, um ligeiro acréscimo na estada média e em especial na taxa de ocupação dos estabelecimentos hoteleiros, retomando ou mesmo superando os valores de 2008, o que revela a atratividade da região, designadamente a sub-região Oeste.

Gráfico 22 - Estada média nos estabelecimentos hoteleiros



Fonte: INE - Inquérito à Permanência de Hóspedes e Outros Dados na Hotelaria

Gráfico 23 - Taxa líquida de ocupação cama nos estabelecimentos hoteleiros



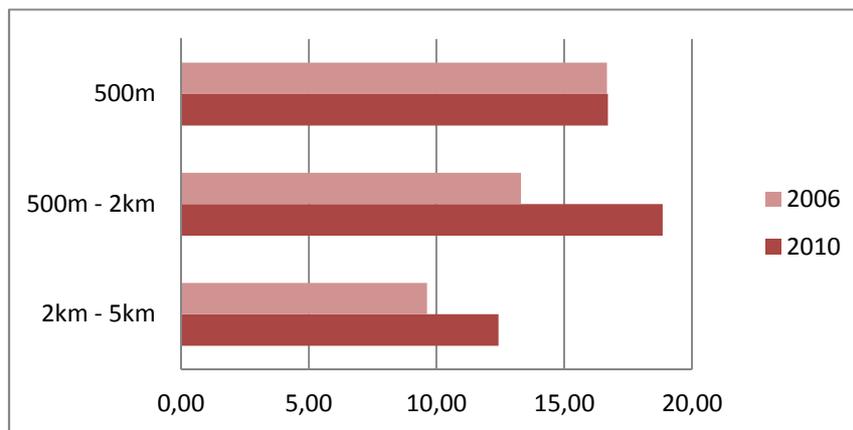
Fonte: INE - Inquérito à Permanência de Hóspedes e Outros Dados na Hotelaria (2008 – 2011)

Numa análise da estrutura ecológica, verifica-se que a ERPVA tem vindo a ser reforçada, através a constituição de áreas protegidas de âmbito regional e local. No Oeste e na Lezíria do Tejo, entre 2009 e 2013, registou-se um acréscimo de cerca de

1250 hectares. Esta dinâmica revela uma maior valorização e reconhecimento do património natural.

A atualização dos Padrões de Ocupação do Solo (POS), efetuada em 2013 conforme descrito no ponto 1.3, contribuiu também para a atualização dos indicadores de monitorização do PROT OVT. Este exercício permitiu aferir que, entre 2006 e 2010, aumentaram as edificações no corredor estruturante do litoral, sobretudo na zona costeira devido às Áreas Edificadas com Golfe Associado, tendo aumentado também as Áreas Edificadas em áreas litorais de perigosidade elevada e moderada. As Áreas Edificadas em áreas de perigo de inundação por cheia rápida diminuíram, embora não por redução da edificação, mas por afinação de critério de digitalização, já as áreas edificadas localizadas em áreas consideradas no PROT com perigo de instabilidade de vertentes aumentaram¹¹.

Gráfico 24 - Evolução da Proporção de áreas edificadas no corredor estruturante do litoral, OVT, 2006/2010



Fonte: CCDR LVT; Padrões de Ocupação do Solo (2006; 2010)

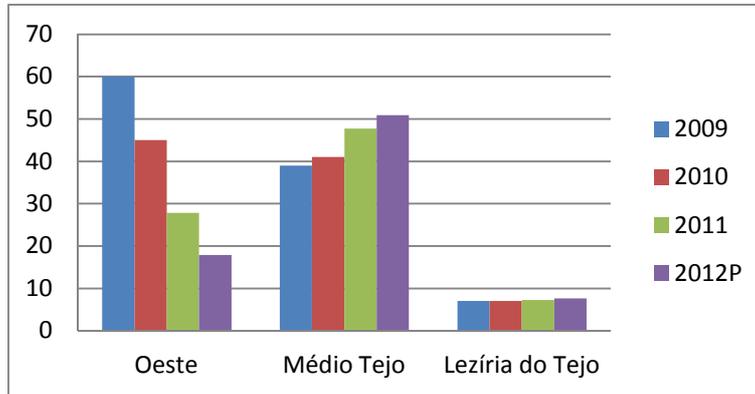
Quanto às questões energéticas, e concretamente a taxa de incorporação endógena que traduz o saldo energético¹², salientam-se os dados positivos registados no Médio Tejo, que apresenta um valor superior à meta definida para 2020 para o OVT (40%), mas também é de ressaltar a taxa registada na Lezíria do Tejo que está bastante aquém dessa meta. No caso do Oeste verificam-se alterações significativas no saldo

¹¹ A análise de “risco” efetuada a partir do cruzamento das áreas edificadas com as áreas de perigo identificadas no PROT, constituiu um referencial meramente indicativo, na medida em que, tem por base uma identificação das ocorrências à escala regional e, naturalmente, sem precisão de limites, e sem consideração de particularidades e especificidades que uma análise de risco efetivo não dispensa.

¹² Energia Total Produzida localmente a partir de recursos endógenos / energia total consumida (ambas expressas em energia primária) *100

energético, relacionadas com a diminuição ocorrida ao nível das grandes fontes de produção (Central Termoelétrica do Carregado).

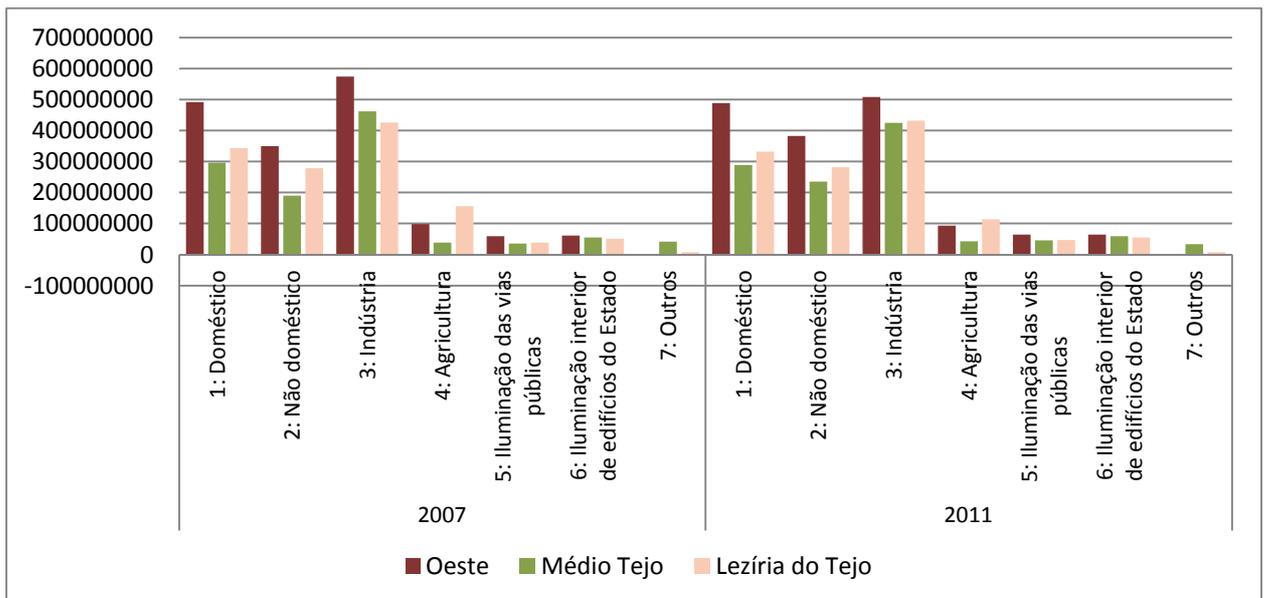
Gráfico 25 – Taxa de Incorporação Endógena – Saldo Energético



Fonte: Direcção-Geral de Geologia e Energia

Em termos de consumo de energia elétrica o setor industrial é o mais consumidor, seguido do doméstico, tendência que se tem mantido nos últimos anos, sem grandes oscilações. A NUTS III Oeste é a que apresenta maiores consumos em todos os setores com exceção da Agricultura, em que se destaca a Lezíria do Tejo, apesar de uma ligeira quebra em 2011 face aos valores de 2007.

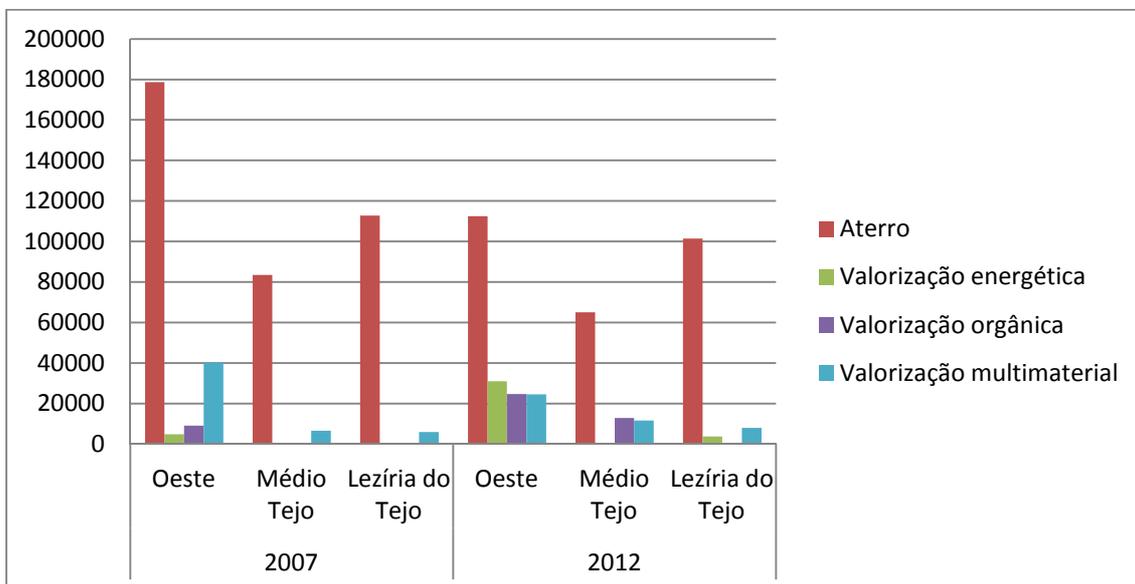
Gráfico 26 - Consumo de energia elétrica (kWh) por Localização geográfica e Tipo de consumo



Fonte: Direcção-Geral de Geologia e Energia

Os dados recolhidos sobre resíduos urbanos no OVT, entre 2007 e 2012, apontam para uma diminuição da quantidade de resíduos recolhidos por habitante e aumento de resíduos recolhidos seletivamente *per capita*. Esta tendência é acompanhada pela diminuição de depósito de resíduos em aterro. A Lezíria do Tejo é a sub-região que apresenta resultados menos favoráveis na quantidade de resíduos recolhidos por habitante que na sua maioria são depositados em aterro. No entanto, a sub-região do Oeste, apesar de diversificar o destino dos resíduos urbanos recolhidos, através da valorização energética, orgânica e multimaterial, mantém valores superiores nos resíduos destinados a aterro.

Gráfico 27 - Resíduos urbanos recolhidos (t) por Tipo de destino



Fonte: INE, Estatísticas dos Resíduos Municipais

Eixo Estratégico 3 – Concretizar a visão policêntrica e valorizar a qualidade de vida urbana

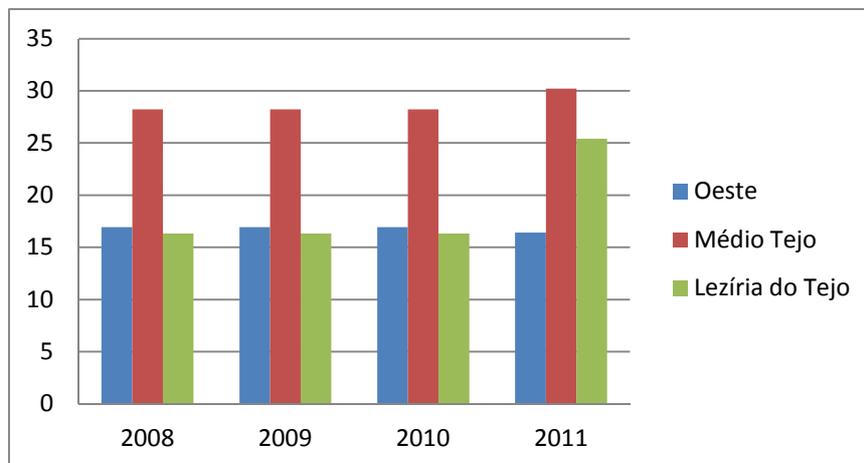
No Oeste e Vale do Tejo pretende-se um sistema urbano denso, qualificado e articulado, capaz de assegurar funções avançadas à Área Metropolitana de Lisboa, de potenciar as vocações e especializações regionais de forma competitiva e de consolidar as complementaridades urbanas sub-regionais. Neste eixo destaca-se também a importância de fomentar a relação urbano-rural, afirmando as densidades relacionais entre estes espaços.

A visão policêntrica passa pelo reforço e consolidação dos subsistemas urbanos regionais, mitigando a dicotomia litoral/ interior, integrando soluções de carácter plurimunicipal no âmbito dos sectores do abastecimento público de água e saneamento de águas residuais e reforçando complementaridades e sinergias em redes de equipamentos para as áreas da saúde, educação, cultura, desporto e lazer.

As apostas neste eixo versam também sobre a qualificação dos centros urbanos através da valorização dos recursos patrimoniais e frentes ribeirinhas, da recuperação dos espaços urbanos desqualificados e da criação de condições para o aparecimento de estruturas de nível concelhio vocacionadas para a reabilitação urbana, e promoção e recuperação do parque habitacional dos centros urbanos e históricos, de modo a melhorar a sua atractividade.

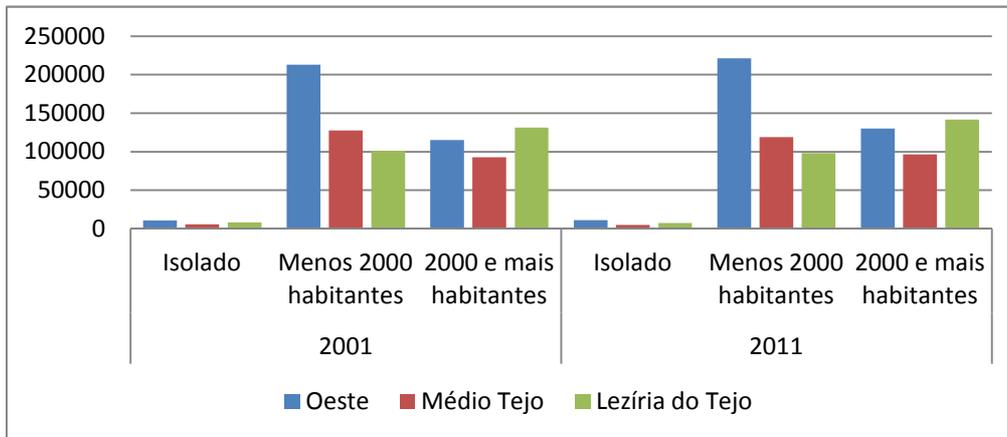
Os indicadores seleccionados que concorrem para a monitorização deste eixo estratégico apontam para o reforço, entre 2010 e 2011, de centros urbanos com mais de 10 000 habitantes, sobretudo na Lezíria do Tejo e no Oeste. Não obstante, o sistema urbano do OVT caracteriza-se também por uma rede capilar de aglomerados de menores dimensões. No último período intercensitário (2001, 2011), registam-se na região duas tendências: i) na Lezíria do Tejo e Médio Tejo, a diminuição de habitantes nos aglomerados com menos de 2000 habitantes e isolados e o reforço dos aglomerados com 2000 e mais habitantes; ii) no Oeste, um acréscimo populacional em todas as tipologias, incluindo o isolado.

Gráfico 28 – Proporção de População residente em centros urbanos com mais de 10 mil habitantes (%)



Fonte: INE; Anuários Estatísticos Regionais

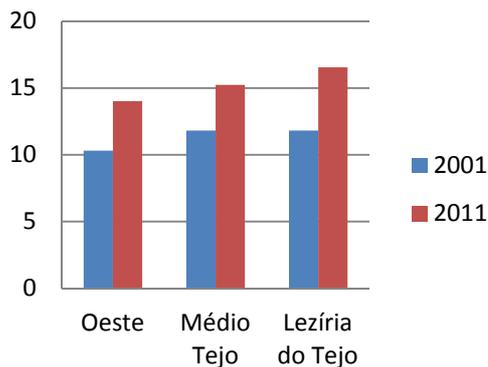
Gráfico 29 – População por dimensão dos lugares (n.º)



Fonte: INE - Recenseamento da População e Habitação (2001, 2011)

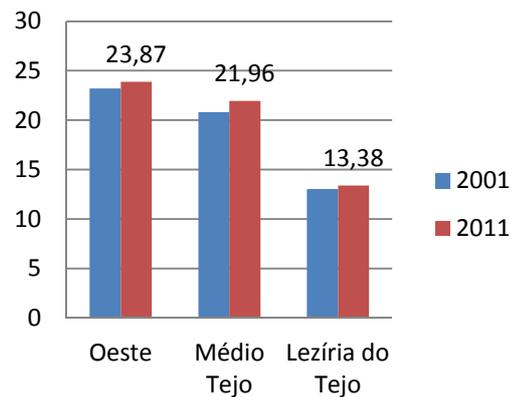
Relativamente à utilização dos alojamentos, entre 2001 e 2011, verifica-se em todas as NUTS III um acréscimo de cerca de 5% na proporção de alojamentos clássicos vagos, sendo essa proporção em 2011 na ordem dos 15% no OVT. No período intercensitário a proporção de alojamentos familiares de uso sazonal também aumentou ligeiramente em toda a região, em 2011 representavam 24% do parque habitacional do Oeste, 22% do parque do Médio Tejo e 13% na Lezíria do Tejo.

Gráfico 30 - Proporção de Alojamentos familiares clássicos vagos (%)



Fonte: INE - Recenseamento da População e Habitação (2001, 2011)

Gráfico 31 - Proporção de alojamentos familiares clássicos de uso sazonal



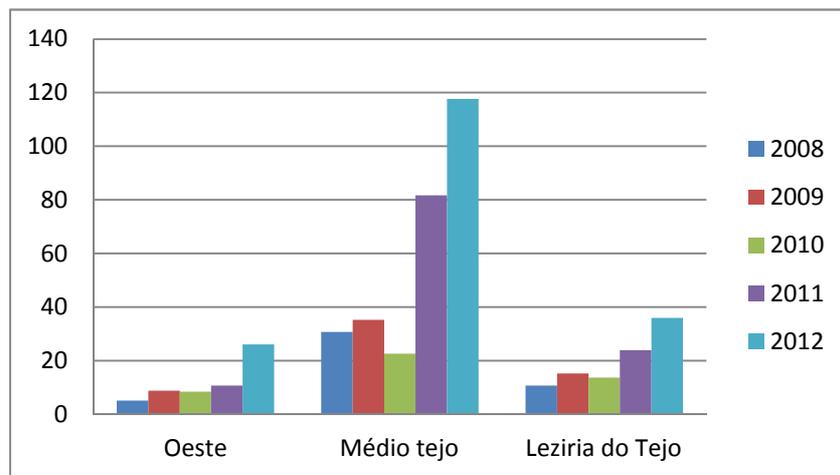
Fonte: INE - Recenseamento da População e Habitação (2001, 2011)

A reabilitação urbana e a recuperação do parque habitacional é uma das apostas do PROT referenciadas no eixo estratégico em análise. Neste domínio registam-se progressos muito expressivos. Em 2009 existiam na região seis Áreas de Reabilitação

Urbana legalmente constituídas, no entanto, os diplomas legais entretanto aprovados, introduziram medidas que dinamizaram e agilizaram a reabilitação urbana, com resultados visíveis no OVT, que em 2013 tinha legalmente constituídas 50 Áreas de Reabilitação Urbana, 35 das quais na Lezíria do Tejo, que tem desenvolvido esforços significativos neste âmbito, nomeadamente a constituição de uma Sociedade de Reabilitação Urbana intermunicipal (integra os municípios de Almeirim, Alpiarça, Azambuja, Cartaxo, Chamusca, Coruche, Golegã, Rio Maior e Santarém)

Quanto à dinâmica de reabilitação do edificado, entre 2008 e 2012, a região apresenta uma tendência crescente (apenas interrompida em 2010) da proporção de fogos reabilitados, face aos fogos licenciados para habitação nova. Nos dois últimos anos em análise, o Médio Tejo destaca-se em larga escala, com uma proporção de fogos reabilitados na ordem dos 115%, em 2012, evidenciando uma aposta na reabilitação e um abrandamento no ritmo de construção nova.

Gráfico 32 – Proporção de fogos licenciados para Alteração, ampliação e reconstrução nos fogos licenciados para habitação nova (%)

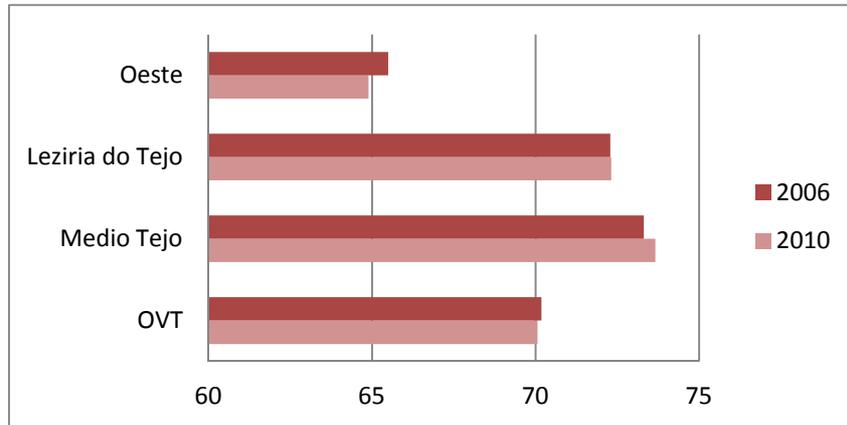


Fonte: INE: Anuários Estatísticos Regionais

No que respeita à distribuição e organização espacial das áreas edificadas, a atualização dos Padrões de Ocupação do Solo (ver ponto 1.3) permitiu concluir que, com exceção do Médio Tejo, as áreas edificadas dispersas diminuíram proporcionalmente ao total das áreas edificadas, indicando a ocorrência de colmatação dos núcleos, mas sobretudo o aumento da relevância de outras subclasses de áreas edificadas. Ainda assim, a proporção das áreas edificadas dispersas é bastante expressiva, correspondendo a 70% da área ocupada pelo total

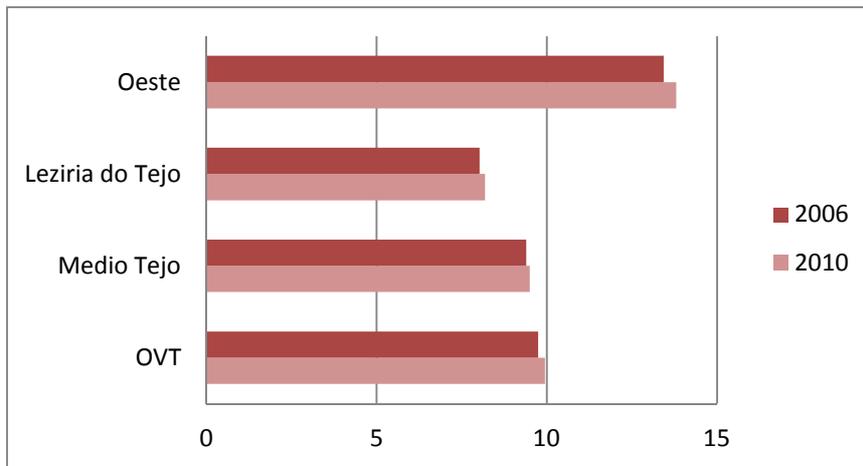
das áreas edificadas (Gráfico 33). Por outro lado, as áreas edificadas aumentaram ligeiramente a sua relevância em todas as NUTS III (Gráfico 34 e Gráfico 6).

Gráfico 33 - Proporção das Áreas Edificadas Dispersas nas Áreas Edificadas



Fonte: CCDR LVT; Padrões de Ocupação do Solo (2006; 2010)

Gráfico 34 - Proporção das Áreas Edificadas na Unidade Territorial de Referência (NUTSIII)



Fonte: CCDR LVT; Padrões de Ocupação do Solo (2006; 2010)

Eixo Estratégico 4 – Descobrir as Novas Ruralidades

Devido à capacidade competitiva do sector agrícola e florestal e simultaneamente à fragilidade dos territórios rurais face ao consumo de solo rural para atividades turísticas e urbanas ao nível regional, desenvolveu-se um eixo estratégico específico. Neste sentido, o PROT OVT aposta na convergência da multifuncionalidade das explorações agrícolas com a competitividade económica dos respetivos sistemas de agricultura de forma a assegurar a futura sustentabilidade económica, ambiental e social quer do sector agro-florestal, quer das zonas rurais do Oeste e Vale do Tejo.

Neste eixo a visão estratégica do tipo multifuncional visa a concretização dos três seguintes objetivos:

- Promover sistemas de produção agrícolas e florestais economicamente competitivos e ambientalmente sustentáveis;
- Viabilizar sistemas de ocupação e uso do solo que valorizem os recursos naturais, paisagísticos e patrimoniais das zonas rurais;
- Incentivar a diversificação e reforço do tecido económico e social das zonas rurais e contribuir para a melhoria da sua qualidade de vida.

A especificidade que decorre da necessidade de cruzar variáveis de competitividade com variáveis de multifuncionalidade, resulta numa dificuldade acrescida de obtenção de dados relevantes para este eixo. Os indicadores que podem caracterizar a dinâmica da região no quadro das novas ruralidades coincidem em grande parte com os reportados nos eixos anteriores e para a maioria dos indicadores, apenas existem dados para o ano de referência.

No que respeita à distribuição das áreas edificadas analisada no ponto anterior, no contexto deste eixo importa referir que os valores apurados apontam para uma estabilização dos padrões de dispersão do edificado pré-existent. Refira-se que embora exista uma fragmentação territorial dos espaços agrícolas e florestais, este modelo de ocupação pode também ser entendido como evolução natural e consolidação das formas de povoamento características destas zonas rurais.

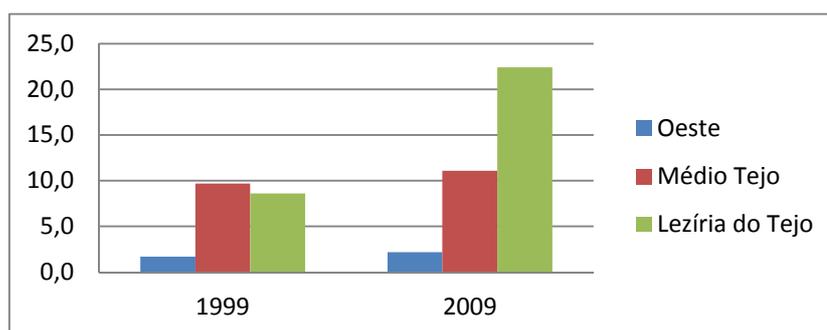
Relativamente à diversificação e reforço do tecido económico das zonas rurais na perspetiva da multifuncionalidade importa relevar as recentes dinâmicas de licenciamento de empreendimentos de turismo em espaço rural.

No contexto da multifuncionalidade a agricultura é a atividade âncora, todavia, grande parte dos indicadores relacionados com o setor dependem de informação que advém do Recenseamento Agrícola, com periodicidade decenal, sendo o mais recente de 2009, ano de aprovação do PROT OVT. Assim, não é possível obter informação atualizada dos indicadores deste setor, contudo, dada a relevância de alguns domínios são analisados os dados referentes a 1999 e a 2009, apurando as dinâmicas de evolução anteriores ao PROT, que pode destacar algumas tendências com continuidade após 2009.

O indicador do grau de extensificação agrícola, que relaciona as superfícies de prados e pastagens permanente pobres (SPPP) com a superfície agrícola utilizável (SAU), revela uma tendência de extensificação da agricultura no OVT, já que entre 1999 e 2009, diminuiu a SAU em todas as NUTS III e aumentou a SPPP e todas as sub-regiões com maior expressão na Lezíria do Tejo. Sublinha-se que o PROT OVT define como meta para 2020 a diminuição do grau de extensificação.

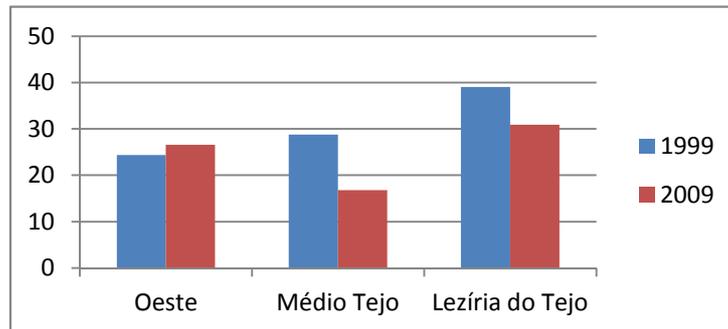
Por outro lado, analisando a evolução da superfície irrigável, entre 1999 e 2009 (últimos anos disponíveis) regista-se uma diminuição da proporção das áreas irrigáveis sobre a superfície agrícola utilizável na Lezíria e no Médio Tejo e um acréscimo no Oeste, provavelmente relacionado com os empreendimentos hidroagrícolas entretanto construídos.

Gráfico 35 - Grau de Extensificação Agrícola (%)



Fonte: INE: Recenseamento Agrícola (1999, 2009)

Gráfico 36 – Superfície irrigável (%)



Fonte: INE, Recenseamento Agrícola (1999, 2009)

Quanto à certificação ambiental das atividades agrícolas e florestais, reporta-se alguns dados fornecidos pela DGADR relativa a Modos de Produção Sustentável, que são sistemas de produção que consistem, nomeadamente da aplicação das boas práticas agrícolas na preservação dos ecossistemas e nos princípios associados aos modos de Produção Integrada e da Produção Biológica e a sua importância para a sustentabilidade da agricultura.

A produção integrada é um sistema agrícola de produção de alimentos e de outros produtos alimentares de alta qualidade, com gestão racional dos recursos naturais e privilegiando a utilização dos mecanismos de regulação natural em substituição de fatores de produção, contribuindo, deste modo, para uma agricultura sustentável.

A prática da proteção e produção integradas pressupõe que técnicos e agricultores tenham conhecimentos específicos, certificados por Organismos de Controlo e Certificação reconhecidos para Produção Integrada. Em 2012 registavam-se 858 operadores com certificação em produção integrada a operar no Oeste e Vale do Tejo.

A agricultura biológica é um modo de produção agrícola que procura utilizar práticas agrícolas que fomentem a manutenção e melhoria da fertilidade do solo, baseando-se no funcionamento e equilíbrio do ecossistema, permitindo uma gestão sustentável do ambiente e da paisagem. Em 2012, na região encontravam-se 188 operadores certificados em modo de produção biológica. Este valor respeita a produtores, transformadores e distribuidores de diversos produtos, por exemplo; mel, frutas e hortícolas diversas, cereais, cogumelos, leguminosas, frutos secos, azeite, carnes etc.

2.2. Programa de Execução

O reporte agora efetuado do Programa de Execução (PE) do PROT OVT regista o acumulado das prioridades 1 e 2 (2008 a 2010 e 2011 a 2013, respetivamente), consubstanciando-se no período temporal entre 2008 e dezembro de 2013.

A metodologia definida para a recolha de informação em 2011, foi mantida para o período em apreço, não se encontrando completamente terminada à data da conclusão deste Relatório. Alguns setores não reportaram a informação em tempo útil, não sendo possível considerá-la (campos realçados a cinzento nas tabelas de ponto de situação), tendo-se optado, nestes casos, por referenciar como em execução a informação reportada nos anos anteriores, apesar de não ter sido atualizada.

Considerando os dados globais recolhidos, verifica-se que do total das Ações previstas no PE para o período em análise, cerca de **57% estão em execução** ou já foram executadas.

Em termos globais, regista-se que o nível de execução é superior ao registado em 2012, e o nível de financiamento associado apresenta um acréscimo de 180.288.872€. No acumulado das duas primeiras prioridades (2008 a 2013) estão executadas ou em execução 70 ações estruturantes do PE com um montante associado de 703.905.324 €. Note-se que o montante estimado no PROT OVT para a execução das 143 ações era de 2.724.200.000€.

Para além do Sistema de Governação, focado na criação e funcionamento da EMAG e na constituição do Observatório Regional de Lisboa e Vale do Tejo (execução de 100%), o Sistema Urbano e Competitividade é o que apresenta maior grau de execução das ações previstas (65%), e o Sistema Ambiental o que regista a menor taxa (45.8%). Este valor está também relacionado com as maiores dificuldades em obter reporte de informação dos setores que integram os domínios deste Sistema (Quadro 3)..

Os valores apurados apresentam diferenciais negativos entre 2013 e 2012 em alguns domínios do Sistema Ambiental e no Sistema de Mobilidade (Quadro 4), justificados, em termos genéricos, por rescisões ou alterações dos contratos de financiamento comunitário de projetos, nomeadamente ao nível dos Planos Operacionais Regionais

(MaisCentro e InAlentejo) e pelo acerto de valores que foram considerados para o total dos Programas de Ação e que foram agora ajustados aos projetos / ações listadas.

Nos restantes domínios e sistemas do PE verificaram-se diferenciais positivos entre 2013 e 2012, relacionadas com o acréscimo de ações em execução, com acertos nos valores mencionados no ano transato, ou ainda devido a alterações nas taxas de IVA

A análise detalhada por sistemas e domínios encontra-se disponível no Anexo 4

Quadro 3 - Dados globais da monitorização do Programa de Execução

SISTEMA	DOMÍNIO	Nº de Ações Previstas	Nº de Ações em execução / Executadas	Investimento (Euros)	Grau de execução (%)
SISTEMA DE GOVERNAÇÃO	Institucional	1	1	78.448 €	100
SISTEMA URBANO E COMPETITIVIDADE	Sistema Urbano - Rede Urbana	3	2	141.800.559 €	66,7
	Sistema Urbano - Educação	5	4	399.056.010 €	80,0
	Sistema Urbano - Saúde	6	5	ND	83,3
	Sistema Urbano - Segurança Social	3	ND	ND	
	Sistema Urbano - Outros Serviços	5	4	10.820.432 €	80,0
	Competitividade Económica	7	5	35.321.200 €	71,4
	Tecnologias de Comunicação e Informação	9	5	17.652.562 €	55,6
	Turismo, Lazer e Cultura	14	12	58.161.964 €	85,7
	Agricultura e Florestas	8	2	10.186.000 €	25,0
	Subtotal	60	39	672.998.727 €	65,0
SISTEMA AMBIENTAL	ERPVA, Conservação da Natureza e Biodiversidade	10	6	8.134.679 €	60,0
	Recursos Hídricos, Abast. Água, Saneamento, Resíduos	13	5	17.138.330 €	38,5
	Energia	14	3	51.814 €	21,4
	Riscos	11	8	3.400.000 €	72,7
	Subtotal	48	22	28.724.823 €	45,8
SISTEMA DE MOBILIDADES	Transportes e Mobilidade	14	8	2.103.326 €	57,1
TOTAIS		123	70	703.905.324 €	56,9

Quadro 4 – Montantes de investimento das ações executadas ou em execução por domínio - 2013 e 2012

SISTEMA	DOMÍNIO	Investimento 2012	Investimento 2013	Diferença entre 2013 e 2012
SISTEMA DE GOVERNAÇÃO	Institucional	78.448 €	78.448 €	0 €
SISTEMA URBANO E COMPETITIVIDADE	Sistema Urbano - Rede Urbana	68.879.771 €	141.800.559 €	72.920.788 €
	Sistema Urbano - Educação	322.857.592 €	399.056.010 €	76.198.418 €
	Sistema Urbano - Saúde	ND	ND	ND
	Sistema Urbano - Segurança Social	ND	ND	ND
	Sistema Urbano - Outros Serviços	10.754.531 €	10.820.432 €	65.901 €
	Competitividade Económica	27.373.016 €	35.321.200 €	7.948.184 €
	Tecnologias de Comunicação e Informação	17.611.004 €	17.652.562 €	41.558 €
	Turismo, Lazer e Cultura	46.464.683 €	58.161.964 €	11.697.281 €
	Agricultura e Florestas	ND	10.186.000 €	10.186.000 €
	Subtotal		493.940.597 €	672.998.727 €
SISTEMA AMBIENTAL	ERPVA, Conservação da Natureza e Biodiversidade	6.854.813 €	8.134.679 €	1.279.866 €
	Recursos Hídricos, Abast. Água, Saneamento, Resíduos	17.184.983 €	17.138.330 €	-46.653 €
	Energia	52.993 €	51.814 €	-1.179 €
	Riscos	3.400.000 €	3.400.000 €	0 €
	Subtotal		27.492.789 €	28.724.823 €
SISTEMA DE MOBILIDADES	Transportes e Mobilidade	2.104.618 €	2.103.326 €	-1.292 €
TOTAIS		523.616.452 €	703.905.324 €	180.288.872 €

2.3. Avaliação e Controle Ambiental

Conforme já expresso no 2.º Relatório de Monitorização, a CCDR LVT é responsável pela execução e monitorização da avaliação ambiental (AA) do PROT, concretamente das medidas / diretrizes constantes da Declaração Ambiental (DA). Esta fase coincide com a implementação do plano, e visa monitorizar e pós-avaliar de forma documentada os efeitos do plano no ambiente. Através desta monitorização pretende-se, por um lado, verificar se os efeitos produzidos pelo plano são os que foram previstos pela AA e, por outro lado, criar condições para a eventual adoção de medidas de mitigação ou de correção, adicionais às que estão previstas na DA e que se revelem necessárias (n.º1, do artigo 11.º do D.L. n.º 232/2007, de 15 de junho).

É opção da CCDR que o processo de avaliação e controlo ambiental seja desenvolvido no âmbito da monitorização e avaliação global do PROT OVT, apoiada na Estrutura de Monitorização, Avaliação e Gestão (EMAG) e noutras entidades com responsabilidades ambientais específicas e com relevância no quadro de governança.

Assim, este capítulo integra o **programa de seguimento** que sintetiza o acompanhamento da adoção das medidas previstas na Declaração Ambiental do PROT OVT, dando cumprimento ao art.º 11.º do diploma supra referido.

A avaliação e controlo ambiental esboçado neste programa de seguimento assume-se como um **processo contínuo**, pelo que os objetivos e metodologia definidos no 2.º Relatório de Avaliação e Monitorização do PROT (2012), não se esgotam naquele documento. Este exercício implica um trabalho continuado e permanente de articulação entre entidades, que deve ser reportado anualmente à APA e divulgado no sítio da CCDR (dando cumprimento ao disposto no artigo 11.º do D.L. n.º 232/2007, de 15 de junho, na sua atual redação).

De modo a concretizar os objetivos da avaliação e controlo ambiental foi definida e **aplicada em 2012** a seguinte **metodologia**:

1. **Verificação de todas as diretrizes** constantes do Relatório e Declaração Ambiental, identificando o instrumento de avaliação proposto para a sua apreciação e seguimento, a entidade responsável pelo reporte de informação sobre a sua execução e o ponto de situação da execução;

2. Verificação da eficácia e operacionalidade do **quadro de governança para a ação** e proposta de ajustamento, tendo presente a listagem de entidades responsáveis pelo reporte de informação;
3. **Consulta às entidades** identificadas no **quadro de governança para a ação** com o objetivo de avaliar se as responsabilidades identificadas na AA se mantêm atuais e identificar os aspetos institucionais mais relevantes para a implementação do PROT OVT;
4. Identificação das **principais alterações ao Quadro de Referência Estratégico e às Questões Estratégicas** que estiveram na base da elaboração da AAE do PROT OVT.

Seguindo esta metodologia, foram desenvolvidos em 2013, algumas trabalhos e estudos que contribuem para o programa de seguimento da AA do PROT OVT, que aqui reportamos.

Relativamente à **verificação das diretrizes** (ponto 1), em 2012 foi definido que a verificação de seguimento seria efetuada essencialmente através de 3 instrumentos de avaliação:

- 1) Apuramento de indicadores, a informação estatística apurada consta do Quadro 6 e, no próximo relatório de Monitorização e Avaliação do PROT OVT será objeto de uma análise por fator crítico, tendo por referência as principais preocupações da AAE expressas em oportunidades e riscos;
- 2) Concretização de ações definidas no Programa de Execução, cujo reporte consta do ponto 2.2 e respetivos anexos;
- 3) ou ainda através da definição de uma **check list para o acompanhamento dos PMOT**, nos termos que a seguir se descrevem.

Nas situações em que a avaliação da diretriz é efetuada no âmbito do acompanhamento de políticas, planos e programas setoriais, são as entidades competentes pela sua elaboração que têm a responsabilidade de definir o instrumento e forma de reporte. Nestas situações a CDDR deve ter em consideração a preocupação expressa na diretriz e pugnar pela sua consideração no âmbito do acompanhamento e pareceres que emite a esses planos e programas e respetivos Relatórios Ambientais

A check list para o acompanhamento dos PMOT, deve ser utilizada como apoio à AA dos processos de elaboração, alteração e revisão dos PMOT, em particular dos PDM.

Na sequência do 2.º Relatório de Monitorização do PROT, foi elaborado um documento técnico para apoio à revisão dos PDM do OVT que visa dois objetivos essenciais: i) complementar o conteúdo do “Guia orientador da apreciação de propostas de revisão de PDM”, no que respeita ao domínio da Avaliação Ambiental ; e ii) contribuir para o Programa de Seguimento da AA do PROT, promovendo a adoção das medidas previstas na sua Declaração Ambiental.

Os resultados do preenchimento da check-list serão tratados em cada ano e divulgados nos Relatórios de Monitorização e Avaliação do PROT OVT, enquanto reporte da avaliação e controlo ambiental.

O apuramento de indicadores foi outro instrumento de avaliação objeto de ajustamento durante o ano de 2013. Por forma a melhor servir os objetivos da avaliação e controlo ambiental, foi adicionada à lista global de indicadores, uma coluna com a indicação do Fator Crítico para a Decisão (FCD) a que diz respeito cada indicador (quando aplicável). Assim, a lista global de indicadores de monitorização do PROT permite agora focar a avaliação do desempenho quer por eixos estratégicos quer por FCD definidos no âmbito da AA.

Por fim, tendo em vista a simplificação e objetividade deste processo de avaliação e controlo ambiental, optou-se por centrar o programa de seguimento nas diretrizes cuja aplicação seja passível de ser monitorizada de forma abrangente, devidamente mensurável e com periodicidade regular. Este processo de simplificação teve também por referência as principais preocupações da AA expressas em oportunidades e riscos, por Fator Crítico para a Decisão (FCD) constantes do **Anexo 5**. Com recurso a esta metodologia operacionalizou-se uma redução de 26 diretrizes: 15 diretrizes de planeamento e gestão por FCD e 11 diretrizes de monitorização. Estas últimas foram eliminadas na totalidade por se considerar que as preocupações constam das diretrizes por FCD. A lista de diretrizes de seguimento e respetivos instrumentos de avaliação está disponível no Quadro 1, **Anexo 6**.

Quanto ao **Quadro de Governança para a Ação** (pontos 2 e 3) definido no relatório ambiental, propõe-se a **criação de uma Comissão Temática dedicada à Avaliação Ambiental** (CT AA), composta pelas seguintes entidades: Núcleo Base (CCDR LVT e

as três comunidades intermunicipais) +, APA¹³, DGT, DGEG, ARSLVT, ANPC, TdP, DGADR, ICNF, IMT, ONGA (consoante as especificidades do fator crítico, podem ser consultadas outras entidades).

Esta Comissão Temática terá com principais funções: i) monitorizar e pós-avaliar de forma documentada os efeitos do PROT OVT no ambiente; ii) verificar se os efeitos produzidos pelo plano são os que foram previstos pela AA e; iii) criar condições para a eventual adoção de medidas de mitigação ou de correção, adicionais às que estão previstas na DA e que se revelem necessárias. A composição e funções da Comissão Temática da AA foram colocadas à consideração da Comissão de Acompanhamento da EMAG (em reunião de 13/12/2013) que validou esta proposta, A Comissão Temática será formalizada e reunirá no decurso do ano.

No que respeita às alterações ao **Quadro de Referência Estratégico** (ponto 4), tal como expresso no 2.º Relatório de Monitorização, a verificação das alterações ocorridas implica um conhecimento aprofundado dos vários, planos, políticas e programas considerados (25), pelo que só será possível através de contactos com as entidades responsáveis pela sua elaboração e aplicação. Deste a aprovação do PROT OVT, vários planos e programas considerados no QRE foram já alterados (Ex. PERSU, PEASAR, PENT, PNAC, etc). Pretende-se no âmbito da Comissão Temática da AAE visitar os planos e programas entretanto alterados e com o apoio das entidades responsáveis pela sua implementação, identificar as alterações verificadas. Este trabalho será desenvolvido no âmbito da Comissão Temática da AA.

As **Questões Estratégicas**, que tiveram como base os elementos apresentados na Visão do PROT, foram sintetizadas, e atualizadas, para efeito da AA nas seguintes cinco questões cruciais e condicionadoras do desenvolvimento da Região:

- Novo Aeroporto Internacional no Campo de Tiro de Alcochete.
- Desenvolvimento turístico
- Intensificação das atividades e produções verdes
- Reforço da rede logística
- Estruturação de uma rede urbana polinucleada

No 2.º Relatório de Monitorização do PROT OVT (2012) registou-se que relativamente a estas cinco questões e tendo presente a conjuntura socioeconómica e financeira

¹³ Nas vertentes de alterações climáticas, ambiente e saúde, ar, e resíduos, para além da água já representada na CA da EMAG pela ex ARH Tejo

atual, verifica-se um abrandamento nas dinâmicas de investimento na região, com maior relevância nas questões do turismo e da logística.

Por outro lado, o Plano Estratégico dos Transportes (PET) para o horizonte 2011 – 2015 (Resolução do Conselho de Ministros n.º 45/2011), estabelece alterações para o setor, com implicações para a região, designadamente no que respeita ao setor rodoviário, ferroviário e sobretudo no que se refere ao novo aeroporto de Lisboa, cujos pressupostos em que se baseou a decisão de construção do NAL, são hoje bastante diversos. Nos termos do PET o Governo assume que *“irá dar orientações para que sejam revistos os pressupostos que serviram de base à decisão de construção do novo aeroporto de Lisboa, dando prioridade à rentabilização da capacidade disponível no aeroporto da Portela e à introdução de medidas que potenciem a sua capacidade de captação de tráfego e desenvolvimento de rotas de modo a movimentar mais passageiros e carga, incrementando a vida útil da infra-estrutura já existente e a rentabilização dos sucessivos investimentos realizados de modo a corresponder às demandas operacionais de segurança mas igualmente à crescente procura”*.

Na avaliação e controlo ambiental é importante estudar o seguimento da estratégia e detetar as mudanças (de estratégia e de conceito), que se registam na sua implementação. Nos termos do Guia de Melhores Práticas para AAE (APA; 2012), a deteção atempada de mudanças de contexto permite reagir rapidamente com mudanças de caminho estratégico, dando continuidade ao papel facilitador da AA.

Ora, face às alterações detectadas e tendo presente a estrutura legislativa inerente a um Instrumento de Gestão Territorial como o PROT, deverá a Comissão Temática abordar e debater esta temática, eventuais ajustamentos e quais os procedimentos a adotar no sentido de ajustar a estratégia às mudanças de contexto.

3. Conclusões

Finalizado o ano de 2013 e concluídos três anos de funcionamento da EMAG o presente Relatório de Monitorização e Avaliação do PROT OVT reflete a evolução dos trabalhos realizados, relata os aspetos marcantes desta experiência de interlocução estruturada entre entidades e atores regionais, torna mais evidentes as dificuldades de monitorização da execução de políticas públicas e do desempenho dos instrumentos de desenvolvimento territorial e permite-nos gradualmente progredir nas metodologias de trabalho e nos modelos de atuação, no sentido da gestão do PROT OVT.

Assumimos como principais objetivos para este trabalho: fomentar a interpretação e a leitura adequada das orientações do plano; coligir e divulgar dados e informação que permitam juízos de valor mais objetivos sobre o desempenho do plano, da região e dos atores que os gerem e, sobretudo, fomentar o processo de planeamento. Visa-se manter o plano válido enquanto base estratégica do desenvolvimento territorial e enquanto referencial territorial para a conceção e execução das estratégias de crescimento inteligente, sustentável e inclusivo que guiam a aplicação dos fundos comunitários em 2014-2020.

Concluído o exercício de monitorização e avaliação do PROT OVT relativo ao ano de 2013, salientam-se seguidamente as conclusões gerais deste exercício e as linhas de atuação para o ano de 2014.

1. Num quadro geral de fraca dinâmica dos instrumentos de gestão territorial, patente, nomeadamente, na muito lenta progressão da revisão dos PDM, a EMAG tem contribuído para que o PROT OVT se mantenha como um referencial que serve de enquadramento e suporte à discussão de matérias de interesse comum e que permite a formação de posturas e tomadas de decisão mais discutidas e consensualizadas.

2. Durante o ano de 2013 as CCDR e as CIM apontaram os seus esforços para a definição das estratégias regionais e sub-regionais de enquadramento dos Programas Operacionais Regionais e dos Pactos para o Desenvolvimento e Coesão Territorial inerentes aos investimentos territoriais integrados, tendo o PROTOVT sido considerado como um referencial estratégico do desenvolvimento territorial. Em 2014 será necessário desenvolver um trabalho de articulação e conciliação do Programa de Execução do PROTOVT com o quadro das prioridades de investimento e objetivos específicos dos Programas Operacionais 2014-2020, dando seguimento ao acordado

em reunião do Núcleo Base com a participação das CIM, Lezíria, Médio Tejo e Oeste, e das CCDR Alentejo e Centro.

Neste trabalho importa ter em atenção que a gestão do território do Oeste e Vale do Tejo apresenta uma complexidade acrescida, adveniente da descoincidência entre a área de atuação da CCDRLVT para fins de desenvolvimento regional, planeamento estratégico e gestão territorial nos domínios do ordenamento do território e ambiente e a sua área de atuação para fins de aplicação de fundos comunitários. No que concerne ao Oeste e Vale do Tejo a responsabilidade da gestão de fundos pertence à CCDR Alentejo, na área da Lezíria do Tejo, e à CCDR Centro, na área do Médio Tejo e do Oeste. Neste contexto a EMAG será um importante fórum para discutir e apontar modelos de governação territorial adequados à conciliação dos vários instrumentos de planeamento, programação e financiamento, numa base territorial.

3. Desde 2009, depois da entrada em vigor do PROTOVT, ainda não foi concluído nenhum processo de revisão de PDM no OVT, sendo que a média do período de vigência é muito superior aos 10 anos estabelecidos como referencia para a vigência do PDM (No OVT, dos 34 municípios apenas existe 1 PDM com menos de 10 anos e 19 têm mais de 18 anos).

A fraca dinâmica dos processos de planeamento territorial, em particular dos PDM, tem consequências negativas na operacionalidade do sistema de gestão territorial e na racionalidade dos instrumentos de planeamento em causa, resultando numa falha do princípio da interação coordenada dos instrumentos de planeamento da iniciativa do estado e das autarquias locais e na obsolescência natural dos planos municipais vinculativos das transformações da ocupação e uso do solo.

No caso concreto do PROTOVT o processo de monitorização demonstra que, por um lado, as orientações mais estratégicas e propositivas do plano regional não tiveram ainda possibilidade de ser ponderadas e desenvolvidas nos PDM e, por outro lado, as diretrizes eminentemente restritivas e cautelares, que originaram adaptações e suspensões transitórias dos planos vigentes à data de entrada em vigor do PROT, imperaram ao longo do tempo, sem que se tivesse efetivado a sua modelação e ajustamento à escala local, como seria desejável. Como resultado temos uma desvalorização do carácter flexível e orientador do plano e uma majoração da vertente precaucionista do PROT que resulta numa perceção desajustada quanto à natureza e objetivos do plano regional.

Não sendo este um assunto em que a EMAG possa interferir de forma decisiva, interessa, em 2014, aprofundar o conhecimento das causas desta inércia e apontar estratégias e medidas que ajudem a recuperar a dinâmica natural do sistema de planeamento.

4. Dos trabalhos promovidos pela CCDRLVT em 2013, no quadro da EMAG, salientam-se os destinados a disponibilizar informação sobre o território, a aprofundar o conhecimento das dinâmicas territoriais regionais e a facilitar a assimilação e interpretação das orientações do PROT OVT:

- Atualização dos Padrões de Ocupação do Solo do OVT – Na elaboração do PROTOVT revelou-se de grande importância a análise dos padrões de ocupação do solo para a estruturação do modelo territorial, para a identificação de relações funcionais espaciais e para definição de orientações e diretrizes específicas no domínio do ordenamento do território. Considerando a importância desta informação de base para a monitorização das dinâmicas territoriais e dando cumprimento a orientações do próprio plano, a CCDR LVT promoveu em 2013 a atualização do estudo dos padrões de ocupação do solo tendo em vista disponibilizar informação para o processo de monitorização do PROT OVT e para os trabalhos de revisão dos PDM em curso na região;
- Documento técnico de apoio aos PMOT no domínio do Turismo e Lazer – Considerando a complexidade das matérias relacionadas com o turismo e lazer no PROT e as dificuldades de leitura integrada e de interpretação identificadas ao longo do tempo, entendeu-se oportuno elaborar um guia técnico que clarifica a leitura, mediante reorganização da informação e associação de notas complementares resultantes de entendimentos formulados durante o processo de monitorização e avaliação do PROT;
- Análise das dinâmicas de planeamento no domínio do turismo – Num quadro de fraca dinâmica dos instrumentos de planeamento a CCDRLVT considerou útil analisar os processos de planeamento mais dinâmicos na região para aferir do seu fundamento e resultados de execução.

A dinamização deste tipo de trabalhos visa dar seguimento a orientações de estudo e desenvolvimento do PROT OVT e, também, enriquecer o processo de monitorização com a produção de informação útil para as diversas entidades envolvidas na EMAG.

5. De salientar em 2013 o trabalho desenvolvido pela CIM da Lezíria do Tejo no âmbito da identificação de Áreas de Vocação Turística para o conjunto dos municípios que a

integram, o qual constitui um auxílio para a discussão da temática do turismo e do seu contributo para multifuncionalidade dos territórios rurais e para a identificação de constrangimentos ao planeamento, programação e execução de núcleos de desenvolvimento turístico. Este trabalho permitirá que a discussão da temática em cada um dos PDM seja mais fundamentada e integrada.

6. No domínio da avaliação ambiental a monitorização do PROT OVT fez progressos significativos desde 2011 que nos permitiram focar o exercício de seguimento e controlo ambiental do plano. Em 2013 foi efetuada a simplificação e redução do número de diretrizes de seguimento e efetuado um ajustamento aos indicadores de monitorização do PROT por forma a servirem melhor os objetivos da avaliação e controlo ambiental. Foram também desenvolvidas as principais ferramentas de apoio ao programa de seguimento, nomeadamente o quadro de indicadores e a *check-list* de acompanhamento dos PMOT.

7. Em termos de resultados do desempenho do PROT OVT a análise efetuada alicerça-se na bateria de indicadores de monitorização e no reporte do programa de execução. A informação recolhida nos indicadores dá conta de uma dinâmica económica no OVT que acompanha as tendências nacionais, apesar de registar-se no período em análise um aumento na proporção de nascimentos de empresas em setores de alta e média tecnologia, bem como, uma taxa de cobertura das importações pelas exportações. Saliencia-se ao nível do turismo uma retoma dos valores registados em 2008, sobretudo no Oeste. Ao nível do sistema urbano destaca-se uma forte dinâmica de reabilitação do edificado, em detrimento de construções novas, e das medidas que agilizaram a reabilitação urbana com a criação de Sociedades e Áreas de Reabilitação Urbana, sobretudo na Lezíria do Tejo.

Quanto ao Programa de Execução, durante o ano de 2013, verifica-se um acréscimo de 180 milhões de euros de realização financeira, contrariando a retração verificada no ano transato. Considerando o período em análise referente às duas primeiras prioridades (2008 a 2013), verifica-se que do total das ações previstas, cerca de 57% encontram-se em execução ou já foram executadas.

Importa reiterar que os resultados da monitorização neste âmbito estão muito dependentes do contributo das entidades responsáveis pela execução das políticas públicas e pela gestão dos instrumentos de planeamento, programação e gestão. Assim sendo, os resultados obtidos retratam o empenhamento dos vários setores da

administração do Estado e dos municípios na partilha e disponibilização da informação.

8. Para o ano de 2014 destacam-se como atividades relevantes a dinamizar no quadro da EMAG a constituição da Comissão Temática da Avaliação Ambiental Estratégica e o início dos trabalhos da Comissão Temática dos Transportes, bem como o desenvolvimento do trabalho de articulação e conciliação do Programa de Execução do PROTOVT com o quadro das prioridades de investimento e objetivos específicos dos Programas Operacionais 2014-2020, a realizar no âmbito do Núcleo Base com a participação das CIM, Lezíria, Médio Tejo e Oeste, e das CCDR Alentejo e Centro.



4. Anexos

Anexo 1 - Documento de Apoio à Elaboração e Revisão de PMOT sobre Turismo e Lazer (documento autónomo)

Anexo 2 – Atualização dos Padrões de Ocupação do Solo – Dinâmica do Edificado no OVT 2006/2010 (documento autónomo)

Anexo 3 – Indicadores de Monitorização

Quadro 5 – Indicadores- chave de Contexto

Indicadores –chave de contexto do PROT OVT							
Nº	Designação	Referência	Localização Geográfica	Situação de Referência		Último ano disponível	
				Ano	Valor	Ano	Valor
1	Índice Sintético de Desenvolvimento Regional – índice Global	ORLVT T22010001	Continente	2008	100,32	2010	100,38
			Oeste		96,92		97,85
			Médio Tejo		96,65		97,73
			Lezíria do Tejo		96,02		95,06
2	Índice Sintético de Desenvolvimento Regional – Coesão	ORLVT T22010002	Continente	2008	100,65	2010	100,84
			Oeste		101,67		102,42
			Médio Tejo		103,24		104,68
			Lezíria do Tejo		100,71		100,29
3	Índice Sintético de Desenvolvimento Regional – Competitividade	ORLVT T22010003	Continente	2008	100,3	2010	100,47
			Oeste		93,64		94,02
			Médio Tejo		89,71		88,94
			Lezíria do Tejo		93,01		90,81
4	Índice Sintético de Desenvolvimento Regional – Qualidade Ambiental	ORLVT T22010004	Continente	2008	99,98	2010	99,90
			Oeste		95,61		97,37
			Médio Tejo		97,46		100,36
			Lezíria do Tejo		94,48		96,06
5	PIB <i>per capita</i> ¹⁴ (mil €)	ORLVT O07010011	Continente	2008	16,09	2012	15,54
			Oeste		13,13		12,09
			Médio Tejo		12,41		11,96
			Lezíria do Tejo		13,82		12,95
6	Esperança média de vida à nascença (nº)	ORLVT P00040018	Continente	2008	79,4	2011	79,66
			Oeste		78,7		79,01
			Médio Tejo		79,2		80,13
			Lezíria do Tejo		78,3		79,09
7	Índice de envelhecimento (nº)	ORLVT P00020001	Continente	2008	118,10	2011	130,5
			Oeste		124,1		129,2
			Médio Tejo		160,8		173
			Lezíria do Tejo		147,8		149,1
8	Taxa de mortalidade infantil (‰)	ORLVT P00040003	Continente	2008	3,3	2010	2,5
			Oeste		3,4		1,8
			Médio Tejo		3,7		2,3
			Lezíria do Tejo		3,4		2,2
9	Taxa bruta de escolarização no ensino secundário (%)	ORLVT P01010002	Continente	2008	101,2	2011	136,3
			Oeste		91,7		124
			Médio Tejo		120,4		141,9
			Lezíria do Tejo		91,7		122,3
10	Taxa bruta de escolarização do ensino superior (%)	ORLVT P01010011	Continente	2008	29,3	2011	32,9
			Oeste		7,2		8,4
			Médio Tejo		10,8		10,3
			Lezíria do Tejo		14,1		16,9

¹⁴ Os valores para o último ano divulgado são preliminares

Indicadores –chave de contexto do PROT OVT

Nº	Designação	Referência	Localização Geográfica	Situação de Referência		Último ano disponível	
				Ano	Valor	Ano	Valor
11	População servida por sistemas de abastecimento de água (%)	ORLVT T14010001	Continente	2008	94	2009	96
			Oeste		98		97
			Médio Tejo		97		95
			Lezíria do Tejo		87		95
12	População servida por sistemas de drenagem de águas residuais (%)	ORLVT T14010002	Continente	2008	94	2009	84
			Oeste		90		91
			Médio Tejo		68		67
			Lezíria do Tejo		72		72
13	População servida por estações de tratamento de águas residuais (%)	ORLVT T14010003	Continente	2008	74	2009	73
			Oeste		82		84
			Médio Tejo		66		65
			Lezíria do Tejo		67		66
14	Alojamentos familiares clássicos (nº)	ORLVT T15040003	Continente	2008	5 559 425	2012	5 668 904
			Oeste		220 123		225 584
			Médio Tejo		131 054		138 080
			Lezíria do Tejo		136 449		138 268
15	Proporção da superfície dos sítios (%) da Rede Natura 2000	ORLVT T16010004	Continente	2008	17	2010	17,1
			Oeste		5,3		5,3
			Médio Tejo		8,2		8,2
			Lezíria do Tejo		5,4		5,4
16	Proporção de superfície das áreas protegidas (%)	ORLVT T16010003	Continente	2008	7,8	2010	7,9
			Oeste		4,4		4,4
			Médio Tejo		4,1		4
			Lezíria do Tejo		2,6		2,6



Quadro 6 – Indicadores de monitorização do PROT OVT, por Eixo Estratégico e por Fator Crítico para a Decisão (FCD)

Nº	Eixos Estratégicos ¹⁵				FCD AAE ¹⁶	Indicadores de Monitorização do PROT OVT									
	1	2	3	4		Designação	Referência	NUTSIII	Situação de Referência		Último ano disponível		Meta 2020	Fundamento do Indicador (o que mede)	
									Ano	Valor	Ano	Valor			
17	✓				VAB por ramo de atividade ¹⁷ (milhões €)	ORLVT 007010012	Oeste	2008	a) 296,4; b) 1168,3; c) 2669,9	2011	a) 284,7; b) 1016,2; c) 2771,4	↗	Especialização económica		
							Médio Tejo							a) 52; b) 768,8; c) 1669,2	a) 56,4; b) 805,3; c) 1734,9
							Lezíria do Tejo							a) 229,3; b) 788,4; c) 1973,6	a) 207,7; b) 720,5; c) 1969,4
18	✓				Produtividade aparente do trabalho (Base 2000 - €) (Euro-Milhares)	ORLVT 007030005	Oeste	2007	23,50	2010	24,45	↗	Eficiência da economia		
							Médio Tejo							26,23	27,28
							Lezíria do Tejo							28,86	30,73
19	✓				Taxa de cobertura das importações pelas exportações (%)	ORLVT 007040001	Oeste	2008	65,5	2012	89,8	↗	Internacionalização da economia		
							Médio Tejo							78,9	110,4
							Lezíria do Tejo							47,2	80,1
✓					Taxa de natalidade das	ORLVT	Oeste	2008	12,88	2011	11,26	na	Dinâmica		

¹⁵ Eixo Estratégico 1 – Ganhar a aposta da inovação, competitividade e internacionalização; Eixo 2 – Potenciar as vocações territoriais num quadro de sustentabilidade ambiental; Eixo 3 – Concretizar a visão policêntrica e valorizar a qualidade de vida urbana; Eixo 4 – Descobrir as novas ruralidades

¹⁶ FCD 1 – Recursos Naturais e culturais; 2 – Energia; 3 – Qualidade do ambiente; 4 – Potencial humano; 5 – Acessibilidades e mobilidade; 6 – Desenvolvimento rural / Relação urbano – rural; 7 – Fragmentação territorial

¹⁷ a) Agricultura, caça e silvicultura; pesca e aquicultura; b) Indústria, incluindo energia e construção; c) Atividades de serviços

Nº	Eixos Estratégicos ¹⁵				FCD AAE 16	Indicadores de Monitorização do PROT OVT								
	1	2	3	4		Designação	Referência	NUTSIII	Situação de Referência		Último ano disponível		Meta 2020	Fundamento do Indicador (o que mede)
									Ano	Valor	Ano	Valor		
20					empresas CAE Rev3 (%)	006010009							empresarial	
							Médio Tejo		12,49		10,66			
							Lezíria do Tejo		13,65		11,92			
21	✓				Taxa de sobrevivência das empresas nascidas 2 anos antes CAE Rev3 (%)	ORLVT 006010011						↗	Sucesso das empresas recém-criadas	
							Oeste	2008	59,76	2011	50,48			
							Médio Tejo		59,69		53,56			
22	✓				Proporção de nascimentos de empresas em sectores de alta e média-alta tecnologia CAE Rev3 (%)	ORLVT 006010008						↗	Empreendedorismo em sectores de alta tecnologia	
							Oeste	2008	1,35	2011	1,93			
							Médio Tejo		1,4		1,79			
23	✓				Despesas em I&D em % do PIB	ORLVT 009010001						↗	Intensidade tecnológica	
							Oeste	2007	1,2	2010	0,40			
							Médio Tejo		0,2		0,26			
24	✓				Proporção de pessoal ao serviço em serviços intensivos em conhecimento de alta tecnologia no total do pessoal ao serviço em serviços (Série CAE Rev. 3 - %)	ORLVT 008020008						1% acima do nacional	Emprego em serviços intensivos em conhecimento	
							Lezíria do Tejo	2008	0,3	2011	0,41			
							Continente		2,76		3,01			
							Oeste		1		1,22			
						Médio Tejo		0,5		0,77				
						Lezíria do Tejo		1,2		1,25				

Nº	Eixos Estratégicos ¹⁵				FCD AAE 16	Indicadores de Monitorização do PROT OVT									
	1	2	3	4		Designação	Referência	NUTSIII	Situação de Referência		Último ano disponível		Meta 2020	Fundamento do Indicador (o que mede)	
									Ano	Valor	Ano	Valor			
25	✓				Proporção de pessoal ao serviço nas indústrias de alta e média-alta tecnologia no total do pessoal ao serviço nas indústrias transformadoras (Série CAE Rev. 3 - %)	ORLVT 008020007	Continente	2008	2011	15,65	Igual ao nacional	15,69		Emprego em setores industriais de elevada tecnologia	
							Oeste			11,3		12,64			
							Médio Tejo			10,3		9,4			
							Lezíria do Tejo			17,1		17,95			
26	✓	✓			Variação do emprego nas atividades do sector Ambiental	ORLVT 008020010	Oeste	2009	N/D	N/D	↗		Dinâmica de geração de emprego em empresas do setor ambiental		
							Médio Tejo							-15,12	-16,12
							Lezíria do Tejo							-6,91	-6,91
27	✓	✓			Variação do emprego nas atividades do sector Cultural	ORLVT 008020011	Oeste	2009	N/D	N/D	↗		Dinâmica de geração de emprego em empresas do setor cultural		
							Médio Tejo							1,43	3,73
							Lezíria do Tejo							-25	-25
28	✓		✓		Número médio de alunos no 1º Ciclo do ensino básico por computador com ligação à internet (nº)	ORLVT P02010001	Oeste	2008	2012	1		3,1	Utilização das TIC na educação		
							Médio Tejo							13,2	7,4
							Lezíria do Tejo							13,7	13,7
29	✓		✓		Proporção de declarações fiscais do IRS - Modelo 3 entregues <i>on-line</i> (%)	ORLVT P02010006	Oeste	2008	2010	100%		84,3	Utilização das TIC nos agregados		
							Médio Tejo							78,4	73,5

Nº	Eixos Estratégicos ¹⁵				FCD AAE 16	Indicadores de Monitorização do PROT OVT								
	1	2	3	4		Designação	Referência	NUTSIII	Situação de Referência		Último ano disponível		Meta 2020	Fundamento do Indicador (o que mede)
									Ano	Valor	Ano	Valor		
							Lezíria do Tejo		76,7		85,9		familiares	
30	✓	✓			Capacidade de alojamento turístico por tipologia ¹⁸ (nº)	ORLVT O10010001	Oeste	2008	a)3922; b)1548; c)87; d)18; e)0; f)166; g) 830; h) 0	2011	a)3911; b)1169; c)85; d)18; e)0; f)166; g)726; h)1019	na	Capacidade de alojamento turístico	
							Médio Tejo		a)4196; b)2539; c)258; d)60; e)0; f)0; g)0; h)0		a)6134; b)1244; c)170; d)60; e)0; f)0; g)0; h)0			
							Lezíria do Tejo		a)558; b)445; c)132; d)0; e)20; f)0; g)0; h)0		a)871; b)229; c)0; d)0; e)16; f)0; g)0; h)0			
31	✓	✓			Estada média por tipologia de alojamento ¹⁹ (nº/dias)	ORLVT O10020001	Oeste	2008	a)2,2; b)1,8; c)n/d; d)n/d; e)0; f)n/d; g)0; h)4,1	2011	a)2; b)1,8; c)n/d; d)n/d; e)0; f)3.5; g)4; h)n/d	↗	Permanência de turistas	
							Médio Tejo		a)1,8; b)1,8; c)n/d; d)n/d; e)0; f)0; g)0; h)0		a)1,8; b)1.8; c)n/d; d)n/d; e)0; f)0; g)0; h)0			
							Lezíria do Tejo		a)n/d ²⁰ ; b)1,8; c)n/d; d)0; e)n/d; f)0; g)0; h)0		a)1,6; b)0; c)0; d)0; e)0; f)0; g)0; h)0			
32	✓	✓			Taxa líquida de ocupação cama por tipologia de alojamento ²¹ (%)	ORLVT O10020007	Oeste	2008	a)33,7; b)20,8; c) n/d; d) n/d; e) n/d; f) n/d;	2011	a)34.4; b)17,5; c)n/d; d) n/d; e) n/d; f)11,8; g) 26.7; h) n/d	60%	Ocupação do alojamento turístico	

¹⁸ Tipologia dos alojamentos: a)Hotéis; b)Pensões; c)Estalagens; d)Pousadas; e)Motéis; f) Hotéis-Apartamento; g) Apartamentos Turísticos; h) Aldeamentos Turísticos.

¹⁹ *Ibidem* Nota 2.

²⁰ n/d Não disponível

Nº	Eixos Estratégicos ¹⁵				FCD AAE 16	Indicadores de Monitorização do PROT OVT								
	1	2	3	4		Designação	Referência	NUTSIII	Situação de Referência		Último ano disponível		Meta 2020	Fundamento do Indicador (o que mede)
									Ano	Valor	Ano	Valor		
									g)22,1; h) n/d					
							Médio Tejo	2008	a)28,7; b)23,1; c) n/d; d) n/d; e) n/d; f) n/d; g) n/d; h) n/d	2011	a)29,5; b) 22; c)n/d; d) n/d; e) n/d; f) n/d; g) n/d; h) n/d			
							Lezíria do Tejo	2008	a)n/d; b)25,7; c) n/d; d) n/d; e) n/d; f) n/d; g) n/d; h) n/d	2011	a)25,7; b)n/d; c)n/d; d) n/d; e) n/d; f) n/d; g) n/d; h) n/d			
33	✓					Proporção de hóspedes estrangeiros (%)	ORLVT O10020006	Oeste	2008	36,4	2011	35	↗	Internacionalização turística
								Médio Tejo		52,2		60.1		
								Lezíria do Tejo		23		24		
34	✓		✓		5	Meio de transporte mais utilizado nos movimentos pendulares ²² (%)	ORLVT T12030006	Oeste	2001	a)25,4; b)18,1; c)54,4; d)1,5	2011	a)15.9; b)14.9; c)68.9; d)0.3	TC ↗ TI ↘	Modo de transporte mais utilizado nas deslocações
								Médio Tejo		a)24,4; b) 16,6; c)57.6; d) 0,7		a)15.5; b) 13.0; c)71.2; d) 0,2		
								Lezíria do Tejo		a)23.8; b)18,0; c)56.2; d)1,4		a)16.0; b)14.9; c)68.8; d)0.3		
35	✓		✓		5	Duração média dos	ORLVT	Oeste	2001	17,58	2011	18,31	↘	Mobilidade

²¹ Tipologia dos alojamentos: a)Hotéis; b)Pensões; c)Estalagens; d)Pousadas; e)Motéis; f) Hotéis-Apartamento; g) Apartamentos Turísticos; h) Aldeamentos Turísticos.

²² Modos de transporte utilizados: a) Nenhum - vai a pé; b) Transporte coletivo (Autocarro, elétrico ou metropolitano, comboio, transporte coletivo da empresa ou da escola e barco); c) Transporte Individual (automóvel ligeiro como condutor e como passageiro, motociclo e bicicleta). d) Outro meio;

Nº	Eixos Estratégicos ¹⁵				FCD AAE 16	Indicadores de Monitorização do PROT OVT								
	1	2	3	4		Designação	Referência	NUTSIII	Situação de Referência		Último ano disponível		Meta 2020	Fundamento do Indicador (o que mede)
									Ano	Valor	Ano	Valor		
						movimentos pendulares (min) da população residente empregada ou estudante por Local de residência (à data dos Censos)	T12030008	Médio Tejo		18,25		17,72		sub-regional e regional
								Lezíria do Tejo		20,64		20,05		
36	/		/			Proporção da população residente que trabalha ou estuda noutro município (%)	ORLVT T12030001	Oeste		23,5		27,1	N.A.	Grau de dependência do exterior do município no emprego e educação
								Médio Tejo	2001	22,9	2011	27,5		
								Lezíria do Tejo		25,4		28,7		
37	/			/		Produtividade económica nas explorações agrícolas (euros / UTA)	ORLVT 007030004	Oeste		25.668,1	N/D	N/D	N/D ²³	Produtividade das explorações agrícolas
								Médio Tejo	2009	12.396,2				
								Lezíria do Tejo		35.387,6				
38	/			/		Produtividade Económica dos Sistemas de Produção (euros / SAU)	ORLVT 007010018	Oeste		6.473,2	N/D	N/D	N/D	Produtividade dos sistemas de produção agrícolas
								Médio Tejo	2009	2.449,8				
								Lezíria do Tejo		2.211,6				
39		/	/			Frentes Ribeirinhas valorizadas (km) ²⁴	ORLVT T15050005	Oeste		1,2	N/D	N/D	N.A. ²⁵	Recuperação e proteção ambiental das
								Médio Tejo	2011	1,53				

²³ Devido à alteração ao método de cálculo anteriormente explicitada, será necessária a definição de novas metas, através da articulação com o sector

²⁴ As PRU aqui reportadas são: Recuperação do Fosso da Muralha e Espaços Envolventes - Frente Ribeirinha e Centro Histórico de Peniche, no Oeste; o Programa Integrado de Valorização Urbana de Tomar e a Operação individual de Vila Nova da Barquinha, no Médio Tejo.

²⁵ N. A. – Não aplicável

Nº	Eixos Estratégicos ¹⁵				FCD AAE 16	Indicadores de Monitorização do PROT OVT									
	1	2	3	4		Designação	Referência	NUTSIII	Situação de Referência		Último ano disponível		Meta 2020	Fundamento do Indicador (o que mede)	
									Ano	Valor	Ano	Valor			
							Lezíria do Tejo		0				frentes ribeirinhas		
40	/	/		2 e 5	Consumo de combustível automóvel por habitante (tep/hab)	ORLVT T13010001	Oeste	2008	2011	0,9	↘	0,6		Nível de motorização / consumo energético automóvel	
							Médio Tejo			1		1,6			
							Lezíria do Tejo			1,6		1,2			
41	/			7	Estrutura Ecológica (ha)	ORLVT T15080003	Oeste- Torres Vedras	2007	N/D	N/D	N.A.		Proteção e valorização ambiental		
							Médio Tejo							N/D	
							Lezíria do Tejo							N/D	
42	/			1 e 7	Proporção das áreas edificadas no corredor estruturante do litoral (%)	ORLVT T15070007	Oeste - Orla costeira 500 m	2006	2010	Manutenção da área		16,71	Edificação e impermeabilização		
							Oeste - Zona costeira 2 km							13,31	18,85
							Oeste - Faixa litoral 5 km							9,63	12,42
43	/			1 e 3	Áreas Protegidas regionais ou locais (ha)		Oeste	2009	2013	↗		5070,261	Expansão das áreas de proteção ambiental		
							Médio Tejo					0		0	
							Lezíria do Tejo					0		1139.80	
44	/			3 e 7	Evolução das áreas ocupadas		OVT - perigo de	2006		Variação		35,96	2010	35,67	Monitorização

Nº	Eixos Estratégicos ¹⁵				FCD AAE ¹⁶	Indicadores de Monitorização do PROT OVT								
	1	2	3	4		Designação	Referência	NUTSIII	Situação de Referência		Último ano disponível		Meta 2020	Fundamento do Indicador (o que mede)
									Ano	Valor	Ano	Valor		
						por edificação em áreas de risco		inundação por cheia rápida (km)					inferior ou igual a zero	da edificação em áreas de risco
							OVT - litoral com perigosidade moderada e elevada (Ha)		56,56		57,27			
							OVT - Instabilidade de vertentes (Ha)		3249,34		3305,73			
45		/			2 e 5	Taxa de incorporação endógena (%)	ORLVT T13020005	Oeste	2009	60	2012 ²⁶	17.88	40%	Saldo energético
								Médio Tejo		39		50.92		
								Lezíria do Tejo		7		7,60		
46		/			1	Perdas de água (%)		Águas do Oeste	2008	3,2	2010	2,5	<5%	Eficiência do sistema de abastecimento de água
								Águas do Ribatejo ²⁷		N/D		35,5		
								Águas do Centro		9,5		5,5		
								EPAL		5,5		6,1		
47		/			1	Aplicação de águas residuais		Oeste					>15%	Reutilização

²⁶ Dados provisórios

²⁷ As perdas de água registadas para a Águas do Ribatejo são referentes ao ano de 2011.

Nº	Eixos Estratégicos ¹⁵				FCD AAE 16	Indicadores de Monitorização do PROT OVT								
	1	2	3	4		Designação	Referência	NUTSIII	Situação de Referência		Último ano disponível		Meta 2020	Fundamento do Indicador (o que mede)
									Ano	Valor	Ano	Valor		
						depuradas em usos compatíveis		Médio Tejo						de águas residuais
							Lezíria do Tejo							
48	✓					Proporção de resíduos urbanos recolhidos seletivamente (%)	ORLVT T14020003	Oeste	2008	7	2011	9	≥	Eficiência da recolha seletiva de RSU
								Médio Tejo		9		11		
								Lezíria do Tejo		5		6		
49	✓		✓			Taxa de superfície florestal ardida (%)	ORLVT T14040001	Oeste	2007	0,68	2012	1,72	< área registada em 2007	Superfície florestal ardida
								Médio Tejo		1,99		5,11		
								Lezíria do Tejo		0,99		0,19		
50	✓		✓			Taxa de Abandono Agrícola (%)	ORLVT T15030018	Oeste	2009	2,92	N/D	1,9		Abandono da atividade agrícola
								Médio Tejo		2,54				
								Lezíria do Tejo		2,5				
51	✓		✓	3		Grau de Extensificação Agrícola (GEA) (%)	ORLVT T15030019	Oeste	1999	1,7	2009	2,2	Redução do GEA	Extensificação agrícola
								Médio Tejo		9,7		11,1		
								Lezíria do Tejo		8,6		22,4		
52	✓		✓			Apoio às atividades agrícolas e florestais de elevado valor ecológico		Oeste				Área elegível do SNAC	Qualidade e certificação ambiental da	
								Médio Tejo						

Nº	Eixos Estratégicos ¹⁵				FCD AAE 16	Indicadores de Monitorização do PROT OVT								
	1	2	3	4		Designação	Referência	NUTSIII	Situação de Referência		Último ano disponível		Meta 2020	Fundamento do Indicador (o que mede)
									Ano	Valor	Ano	Valor		
							Lezíria do Tejo							produção agrícola e florestal
53	✓	✓	✓	✓	Certificação ambiental das atividades agrícolas e florestais		Oeste					20%		
							Médio Tejo							
							Lezíria do Tejo							
							Lezíria do Tejo							
54	✓	✓	✓	1	Dinâmica de reabilitação urbana		Oeste	2009	ARU - 1; SRU - 0	2013	ARU - 12; SRU - 0	↗	Reabilitação urbana	
							Médio Tejo							
							Lezíria do Tejo							
55	✓	✓	✓	1 e 7	Dinâmica de reabilitação do edificado (Fogos licenciados para Alteração, ampliação e reconstrução/fogos licenciados para habitação nova*100)	ORLVT T15050007	Oeste	2008	5,0	2012	26.10	↗	Reabilitação urbana	
							Médio Tejo							
							Lezíria do Tejo							
56	✓	✓	✓	5	Serviços de transporte coletivo urbano		Oeste		N/D	2013	N/D ²⁸	↗	Mobilidade urbana	
							Médio Tejo							
							Lezíria do Tejo							
57	✓	✓	✓	7	Proporção das áreas edificadas na unidade territorial de referência (%)	ORLVT T15070006	Oeste	2006	13,43	2010	13,79	na	Expressão territorial das áreas	
							Médio Tejo							

²⁸ Não foi possível calcular para o Oeste por falta de informação a remeter pelos municípios.

Nº	Eixos Estratégicos ¹⁵				FCD AAE 16	Indicadores de Monitorização do PROT OVT								
	1	2	3	4		Designação	Referência	NUTSIII	Situação de Referência		Último ano disponível		Meta 2020	Fundamento do Indicador (o que mede)
									Ano	Valor	Ano	Valor		
							Lezíria do Tejo		8,02		8,18		edificadas	
58			✓	✓	7	Proporção das áreas dispersas no total das áreas edificadas (%)	ORLVT T15070005	Oeste	2006	2010	65,49	<70%	Dispersão do edificado	
	Médio Tejo	73,31												
	Lezíria do Tejo	72,28												
59			✓		7	População residente em centros urbanos com mais de 10 mil habitantes (%)	ORLVT T15030002	Oeste	2008	2011	16,9	na	População urbana (aglomerados com mais de 10 mil hab.)	
	Médio Tejo	28,2												
	Lezíria do Tejo	16,3												
60			✓	✓	7	Proporção da população residente por tipologias de áreas urbanas (%) ²⁹	ORLVT T15030020	Oeste	2009	N/D	a)45,5; b)35; c)19,5	na	Tipologias de áreas urbanas	
	Médio Tejo	a)52; b)15,8; c)32												
	Lezíria do Tejo	a)52,9; b)19,1; c)28												
61			✓		1, 6 e 7	Superfície de uso do solo urbano identificado nos PMOT (ha)	T15030014	Oeste	2008	2010	27573,9	↘	Evolução dos perímetros urbanos	
	Médio Tejo	21226												
	Lezíria do Tejo	16269,5												
62			✓		1, 6	Execução da urbanização ³⁰	Oeste					85%	Programação	

²⁹ a) Área predominantemente urbana, b) Área medianamente urbana, c) Área predominantemente rural

³⁰ O cálculo deste indicador não foi possível por falhas de informação. Ver esclarecimento no item “Notas sobre os indicadores de monitorização”

Nº	Eixos Estratégicos ¹⁵				FCD AAE 16	Indicadores de Monitorização do PROT OVT								
	1	2	3	4		Designação	Referência	NUTSIII	Situação de Referência		Último ano disponível		Meta 2020	Fundamento do Indicador (o que mede)
									Ano	Valor	Ano	Valor		
					e 7			Médio Tejo						da urbanização
								Lezíria do Tejo						
63				J	6 e 7	Construção de habitação em solo rural ³¹		Oeste					↘	Construção isolada
								Médio Tejo						
								Lezíria do Tejo						
64				J	2	Superfície Irrigável (%)	ORLVT T15030021	Oeste	1999	24,4	2009	26,6	27,9	Regadio
								Médio Tejo		28,8		16,8		
								Lezíria do Tejo		39		30,9		
65					1	Património imóvel classificado como monumento nacional	ORLVT T16020001	Oeste	2010	30	2012	30	↗	Valorização Patrimonial
								Médio Tejo		20		21		
								Lezíria do Tejo		21		22		
66		J			2 e 5	Emissões de GEE per capita (Ton / habitante ano)		Oeste	2009					
								Médio Tejo						
								Lezíria do Tejo						
67		J			2 e 5	Emissões de GEE por setor (ton)		Oeste	2009					

³¹ O cálculo deste indicador não foi possível por falhas de informação. Ver esclarecimento no item “Notas sobre os indicadores de monitorização”

Nº	Eixos Estratégicos ¹⁵				FCD AAE 16	Indicadores de Monitorização do PROT OVT								
	1	2	3	4		Designação	Referência	NUTSIII	Situação de Referência		Último ano disponível		Meta 2020	Fundamento do Indicador (o que mede)
									Ano	Valor	Ano	Valor		
							Médio Tejo							
							Lezíria do Tejo							
68	✓				2	Consumo de energia Elétrica, segundo o tipo de consumo (kwh) ³²		Oeste	2007	1634169347	2011	1601770578	na	Tipo de consumo de energia elétrica
						Médio Tejo	1119912494	1130326049						
						Lezíria do Tejo	1301020841	1267634176						
69	✓				2	Consumo de energia por habitante (kWh/ hab.)		Oeste	2007	4531,6	2011	4418,2	↘	Consumo energia por habitante
						Médio Tejo	4842,7	5122,5						
						Lezíria do Tejo	5225,2	5122,7						
70	✓				3	Qualidade da água para consumo humano (n.º)		Oeste	2009	99,54	2012	99,81	↗	Qualidade da água
						Médio Tejo	99,09	99,60						
						Lezíria do Tejo	98,63	99,08						
71	✓				3	Resíduos urbanos recolhidos por habitante (kg/ hab.)	ORLVT T14020004	Oeste	2007	496	2012	427	↘	Capitação de Resíduos
						Médio Tejo	403	410						
						Lezíria do Tejo	482	461						
72	✓				3	Resíduos urbanos recolhidos (t)		Oeste	2007	a)178630; b) 4995;	2012	a) 112510; b) 31039;	na	Resíduos por

³² - De modo a facilitar a leitura dos dados, apresentam-se nesta tabela apenas os valores totais, A informação desagregada por tipo de consumo está disponível no 3.º Relatório de Monitorização no item dos Indicadores de Monitorização

Nº	Eixos Estratégicos ¹⁵				FCD AAE 16	Indicadores de Monitorização do PROT OVT								
	1	2	3	4		Designação	Referência	NUTSIII	Situação de Referência		Último ano disponível		Meta 2020	Fundamento do Indicador (o que mede)
									Ano	Valor	Ano	Valor		
					por Tipo de destino ³³				c) 9125; d) 40408		c) 24800; d) 24570		tipo de destino	
							Médio Tejo	2008	a) 83594; b) 0; c) 0; d) 6601		a) 65052; b) 0; c) 12904; d) 11690			
							Lezíria do Tejo		a) 112760; b) 0; c) 0; d) 6000		a) 101541; b) 3828; c) 481; d) 8046			
73				4	Índice de dependência total (n.º)	ORLVT P00020008		2008	Oeste	53	2011	53,7	↘	
							Médio Tejo		58,5			58,8		
							Lezíria do Tejo		56,3			57,6		
74				4	Taxa bruta de escolarização do ensino básico (%)	ORLVT P01010007		2008	Oeste	118,9	2010	122,9	↘	Escolarização
							Médio Tejo		117,6			122,1		
							Lezíria do Tejo		126,5			129,7		
75		/	/		Tempo médio de deslocação entre sedes de concelho em transporte público coletivo (minutos) ³⁴									
76		/	/		Tempo mínimo de deslocação entre sedes de concelho em transporte individual (minutos) ³⁵									

³³ - a) Aterro; b) Valorização energética; c) Valorização orgânica; d) Valorização multimaterial

³⁴ O cálculo deste indicador carece ainda de ajustamentos

³⁵ Existe informação de base cedida pelo IMT. A riqueza e complexidade dessa informação merece uma análise mais abrangente do que o cálculo do indicador, que será objeto do Relatório referente a 2014.

Nº	Eixos Estratégicos ¹⁵				FCD AAE 16	Indicadores de Monitorização do PROT OVT								
	1	2	3	4		Designação	Referência	NUTSIII	Situação de Referência		Último ano disponível		Meta 2020	Fundamento do Indicador (o que mede)
									Ano	Valor	Ano	Valor		
77			✓		6 e 7	Proporção de alojamentos familiares clássicos vagos (%)	ORLVT T15040011	Oeste	2001	10,3	2011	14		
							Médio Tejo	11,8		15,24				
							Lezíria do Tejo	11,8		16,55				
78			✓		6 e 7	População por dimensão dos lugares (n.º) ³⁶	ORLVT T15030003	Oeste	2001	a)10665; b)212803; c) 115243	2011	a) 11255; b) 221086; c) 130199		
							Médio Tejo	a) 5756; b) 127425; c) 92909		a) 4946; b) 119077; c) 96638				
							Lezíria do Tejo	a) 8267; b) 101233 c) 131332		a) 7406; b) 98238c) 141809				
79			✓		6 e 7	Proporção de alojamentos familiares clássicos de uso sazonal (%)	ORLVT T15040010	Oeste	2001	23,22	2011	23,87	n.a	Sazonalidade dos alojamentos
							Médio Tejo	20,8		21,96				
							Lezíria do Tejo	13,04		13,38				
80		✓			1	Proporção de águas residuais tratadas	ORLVT T14010005	Oeste	2008	95	2009	96	↗	Saneamento ambiental
							Médio Tejo	99		99				
							Lezíria do Tejo	95		97				

³⁶ A) Isolada; b) Menos de 2000 habitantes; c) 2000 e mais habitantes

Notas sobre os Indicadores de Monitorização

- **Indicador 5: PIB per capita** - Foram atualizados os valores com base em informação constante nas Contas Económicas Regionais (INE), última atualização de 24 de janeiro de 2014. Os valores de 2011 são provisórios e de 2012 são preliminares.
- **Indicador 14: Alojamentos familiares clássicos (nº)** - Foram atualizados os valores para 2012 com base nas Estimativas das Obras Concluídas; INE; 2013
- **Indicador 17: Estrutura do VAB por ramo de atividade (milhões €)** – A designação deste indicador foi atualizado para “VAB por ramo de atividade – Base 2006 (milhões €)”
- **Indicador 18: Produtividade económica (milhares €)** – A designação do indicador foi ajustada para “Produtividade aparente do trabalho (Base 2000 - €) (Euro-Milhares)”, com a respetiva afinação de valores com base nas Contas Económicas Regionais (INE)
- **Indicador 20: Taxa de natalidade das empresas (%) CAE Rev3** – Foram atualizados os valores tendo em conta a classificação CAE rev3
- **Indicador 22: Proporção de nascimentos de empresas em sectores de alta e média-alta tecnologia CAE Rev3 (%)** - Foram atualizados os valores tendo em conta a classificação CAE rev3
- **Indicador 34: Meio de transporte mais utilizado nos movimentos pendulares 37(%)** – Foi atualizado com informação dos Censos 2011 e clarificada a agregação utilizada correspondendo a: Modos de transporte utilizados: a) Nenhum - vai a pé; b) Transporte coletivo (Autocarro, elétrico ou metropolitano, comboio, transporte coletivo da empresa ou da escola e barco); c) Transporte Individual (automóvel ligeiro como condutor e como passageiro, motociclo e bicicleta). d) Outro meio;
- **Indicador 35: Duração dos Movimentos Pendulares por local de residência e escalão de duração** – Este indicador produzido no âmbito dos Censos 2001 não consta desta forma nos Censos 2011 pelo que foi ajustado para “Duração média dos movimentos pendulares (min) da população

residente empregada ou estudante por Local de residência (à data dos Censos)”;

- **Indicador 39: Frentes ribeirinhas valorizadas** - (tratamento ambiental e paisagístico) em centros urbanos - (Km de Frentes ribeirinhas valorizadas (tratamento ambiental e paisagístico) / Total de Km de Frentes ribeirinhas por centro urbano) * 100. A alteração, deveu-se à dificuldade em fazer a monitorização do indicador com o método de cálculo descrito no 1º relatório de monitorização. Assim, optou-se por usar os dados dos PO regionais MaisCentro e InAlentejo relativos às Parcerias para a Regeneração Urbana que tivessem incidência sobre frentes ribeirinhas. O método de cálculo do indicador é -“ Km de Frente Ribeirinha abrangida pela intervenção PRU”
- **Indicador 43: Áreas Protegidas regionais ou locais (ha)** – Este indicador foi calculado com base em informação remetida pelas Câmaras Municipais, complementada pela lista de Rede Nacional de Áreas Protegidas (ICNF). Importa sublinhar que são consideradas para este indicador apenas as áreas protegidas de âmbito local ou regional. Em 2009 foram consideradas o Paul da Tornada, a Serra de Montejunto, em 2013 foram consideradas a Serra do Socorro e Archete e o Açude da Agolada e Açude do Monte da Barca
- **Indicador 44: Proporção das áreas edificadas no corredor estruturante do litoral** - Em todos os indicadores que têm por base os Padrões de Ocupação do Solo, o ano da situação de referência foi alterado de 2007 para 2006, por ser este o ano em que se realizou o voo dos ortofotomapas utilizados.
O método de cálculo deste indicador é o seguinte: Área edificada / Área total da orla costeira 500m*100; Área edificada / Área total da zona costeira 2km*100; Área edificada / Área total da faixa litoral 5km*100“
Para qualquer uma destas desagregações do indicador, foi considerado o somatório de todas as subclasses das áreas edificadas constantes dos Padrões de Ocupação do Solo do PROT OVT (2006 e 2010).
Para o indicador referente à orla costeira foi considerada a superfície territorial compreendida entre a linha de costa (com base na CAOP 2012) e os 500m.
Para o indicador referente à zona costeira foi considerada a superfície territorial compreendida entre os 500m e os 2km.
Para o indicador referente à faixa litoral foi considerada a superfície territorial compreendida entre os 2km e os 5km

- **Indicador 44: Evolução das áreas ocupadas por edificação em áreas de risco** – Em todos os indicadores que têm por base os Padrões de Ocupação do Solo, o ano da situação de referência foi alterado de 2007 para 2006, por ser este o ano em que se realizou o voo dos ortofotomapas utilizados.

Optou-se por tratar neste indicador apenas três tipos de perigos cruzando-os com as áreas edificadas, na medida em que o PROT define normas de ocupação do solo mais restritivas para estas áreas. Assim, este indicador foi desagregado em: cheia rápida (km); perigosidade litoral (ha) e instabilidade de vertentes (ha)

Para o cálculo da evolução das áreas ocupadas por edificação em áreas com perigo de inundação por cheia rápida, foram consideradas as frentes, em km, de todas as subclasses das áreas edificadas (constantes dos Padrões de Ocupação do Solo do PROT OVT -2006 e 2010) contiguas com as linhas de água classificadas no PROT com perigo de inundação por cheia rápida.

Para o cálculo da evolução das áreas ocupadas por edificação em áreas com perigo elevado de instabilidade de vertentes foi considerado: i) o somatório de todas as subclasses das áreas edificadas constantes dos Padrões de Ocupação do Solo do PROT OVT (2006 e 2010); ii) as áreas consideradas com perigo elevado de instabilidade de vertentes pelo PROT OVT.

Para o cálculo da evolução das áreas ocupadas por edificação em áreas com tipo de litoral com perigosidade moderada e elevada foi considerado: i) o somatório de todas as subclasses das áreas edificadas constantes dos Padrões de Ocupação do Solo do PROT OVT (2006 e 2010); ii) a área territorial compreendida no buffer de sensivelmente 200 metros, estimado para as áreas de costa com tipo de litoral arenoso ou rochoso com perigosidade moderada e elevada.

Nota: a análise de “risco” efetuada a partir do cruzamento das áreas edificadas com as áreas de perigo identificadas no PROT, constituiu um referencial meramente indicativo, na medida em que, tem por base uma identificação das ocorrências à escala regional e, naturalmente, sem precisão de limites, e sem consideração de particularidades e especificidades que uma análise de risco efetivo não dispensa.

- **Indicador 49: Taxa de superfície florestal ardida (%)** – Foi alterado o ano de referência de 2008 para 2007 e respetivos valores, na medida em que a meta estava definida tendo por base o ano 2007
- **Indicador 51: Grau de Extensificação Agrícola (GEA)** - Este indicador suscitou dúvidas na sua interpretação, designadamente face à meta definida no PROT OVT, na medida em que:
 - O indicador tinha a seguinte fórmula de cálculo:
Superfície Agrícola (SA) – (área culturas permanentes + área culturas temporárias + área prados e pastagens permanentes melhorados)/SA*100
 - No PROT OVT foi definida uma meta para 2020 de 27.9.
 - Nos trabalhos de monitorização, solicitou-se informação ao INE para o cálculo deste indicador para o ano de 2009. Os valores obtidos e apresentados no 2.º Relatório de Monitorização (2012) são: Oeste - 85.2, Médio Tejo - 76.9, Lezíria do Tejo - 68.9.

Face ao exposto colocaram-se dúvidas quanto à interpretação do indicador, bem como dos resultados obtidos face à meta definida para 2020. Deste modo, com o apoio da equipa responsável pela elaboração do PROT OVT, no domínio da Agricultura e Florestas, foi necessário clarificar o método de cálculo do indicador e ajustar os valores em conformidade.

O indicador tem agora a seguinte expressão:

$$GEA = \frac{SAU - (STA + SHF + SCP + SPPMS)}{SAU} \times 100$$

em que,

SAU – superfície agrícola utilizada

STA – superfície com terras aráveis (culturas temporárias e pousios)

SHF – superfície com hortas familiares

SCP – superfície com culturas permanentes (pomares, vinha e olival)

SPPMS – superfície com prados e pastagens permanentes melhorados e semeados

Assim sendo, o numerador desta expressão corresponde às superfícies com prados e pastagens permanentes pobres (SPPP). A meta foi ajustada em conformidade

- **Indicador 54: Dinâmica de reabilitação urbana** – Este indicador passou a ter em conta apenas as Áreas de Reabilitação Urbana e as Sociedades de Reabilitação Urbana. Os valores utilizados são os disponibilizados pelo IHRU, no Portal da Habitação, em articulação com a informação disponibilizada pela Sociedade de Reabilitação Urbana da Lezíria do Tejo. Foram consideradas apenas as áreas de reabilitação urbana aprovadas, com procedimento concluído. Foram utilizados os conceitos referidos no Portal da Habitação (disponível em <http://www.portaldahabitacao.pt/pt/portal/reabilitacao/index.html>)
 - Área de Reabilitação Urbana - área territorialmente delimitada que, em virtude da insuficiência, degradação ou obsolescência dos edifícios, das infraestruturas, dos equipamentos de utilização coletiva e dos espaços urbanos e verdes de utilização coletiva, designadamente no que se refere às suas condições de uso, solidez, segurança, estética ou salubridade, justifique uma intervenção integrada, através de uma operação de reabilitação urbana aprovada em instrumento próprio ou em plano de pormenor de reabilitação urbana.
 - Sociedade de Reabilitação Urbana - entidade especialmente encarregue da operacionalização de ações de reabilitação ou de renovação de uma área previamente delimitada, como meio de maximizar a captação de investimento e a mobilização dos privados
- **Indicador 55: Dinâmica de reabilitação do edificado** - $N.^{\circ}$ de licenças para reabilitação do edificado (ampliações, alterações e reconstruções) / total de novas licenças de construção, foi alterado para “Fogos licenciados para reabilitação por 100 fogos licenciados para construção nova” – o método de cálculo é: $\text{Fogos licenciados para alteração, ampliação e reconstrução} / \text{fogos licenciados para habitação nova} * 100$
- **Indicador 56: Serviços de transporte coletivo urbano** – O método de cálculo deste indicador é o seguinte: $\text{localidades com mais de 5000 habitantes com sistemas de transporte coletivo urbano} / \text{localidades com mais de 5000 habitantes} \times 100$. O cálculo deste indicador foi apurado com base na informação das Câmaras Municipais, recolhida pelas Comunidades Intermunicipais. Não foi possível calcular o indicador para o Oeste por falta de informação a remeter pelos municípios. Os valores enviados pela CIM do

Médio Tejo vieram incompletos, pelo que a informação foi complementada por informação relativa à dimensão dos lugares populacionais, tendo por base os Censos 2011. Assim, apurou-se que o Médio Tejo tem 5 lugares com mais de 5000 habitantes (Abrantes, Entroncamento, Ourém, Tomar e Torres Novas), sendo que apenas Abrantes e Entroncamento dispõe de transportes coletivos urbanos.

- **Indicador 57: Proporção das áreas edificadas na unidade territorial de referência** - Em todos os indicadores que têm por base os Padrões de Ocupação do Solo, o ano da situação de referência foi alterado de 2007 para 2006, por ser este o ano em que se realizou o voo dos ortofotomapas utilizados.

Para o cálculo deste indicador foi considerado: i) o somatório de todas as subclasses das áreas edificadas constantes dos Padrões de Ocupação do Solo do PROT OVT (2006 e 2010); ii) a superfície territorial de cada NUTS III (Oeste, Médio Tejo e Lezíria do Tejo), tendo por referência a CAOP 2012.

- **Indicador 58: Proporção das áreas dispersas no total das áreas edificadas:** Em todos os indicadores que têm por base os Padrões de Ocupação do Solo, o ano da situação de referência foi alterado de 2007 para 2006, por ser este o ano em que se realizou o voo dos ortofotomapas utilizados.

Para o cálculo deste indicador foi considerado; i) o somatório de todas as subclasses das áreas edificadas constantes dos Padrões de Ocupação do Solo do PROT OVT (2006 e 2010); ii) o somatório das áreas edificadas dispersas de tipo 1, 2 e 3 e das áreas edificadas lineares contínuas e descontínuas (subclassas das áreas edificadas constantes dos Padrões de Ocupação do Solo). A meta foi alterada pois 6% é o total das áreas dispersas pela totalidade do território OVT

- **Indicador 61: Área destinada a usos de solo urbano** - Foi alterado o indicador de “área destinada a usos de solo urbano” para “Superfície de uso de solo Urbano Identificada nos PMOT”, uma vez que não existia informação disponível para a primeira referência enquanto para este último existe informação disponível no Sistema de Informação do Observatório da Região de Lisboa e Vale do Tejo (SIORLVT)

- **Indicador 62: Execução da Urbanização** – Tendo em conta as diferenças nas tipologias de espaço e conceitos utilizados nos vários PDM em vigor no OVT, o cálculo do indicador revela alguma complexidade e necessita de harmonização. Assim, foi solicitada às CM a seguinte informação desagregada:
 - área do solo urbano (m²), referente ao ano de publicação do PDM
 - área do solo urbanizável (m²), referente ao ano de publicação do PDM
 - área urbanizável objeto de alvará de loteamento ou objeto de obras de urbanização (nos termos do RJUE) fora dos alvarás de loteamento. Pretende-se o valor acumulado até 2009 (ano da aprovação do PROT OVT) e o valor anual até 2013.

A informação solicitada foi sistematizada pela Comunidade Intermunicipal da Lezíria do Tejo (com base no trabalho de recolha dos municípios de (Almeirim, Alpiarça, Azambuja, Benavente, Cartaxo, Chamusca, Rio Maior, Salvaterra de Magos e Santarém) e pela Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo (com base no trabalho de recolha dos municípios de Constância, Entroncamento, Ferreira do Zêzere, Ourém e Vila Nova da Barquinha) e também pela OesteCIM (com a recolha de informação dos municípios de Alenquer, Arruda dos Vinhos, Bombarral, Cadaval, Lourinhã, Sobral de Monte Agraço e Torres Vedras)

A informação disponibilizada representa um progresso significativo para a construção do indicador, todavia, a existência de falhas de cobertura não permite, no presente ano, calcular o indicador. Apenas no caso da Lezíria do Tejo será possível concretizar o indicador de forma fidedigna.

- **Indicador 63: Construção de habitação em solo rural** - Não obstante os esforços desenvolvidos na recolha de informação, sobretudo pelas Comunidades Intermunicipais da Lezíria do Tejo e do Médio Tejo, a informação recolhida não permite apurar de forma sistemática o cálculo do indicador. Dos 33 municípios apenas 14 enviaram informação
- **Indicador 64: Infraestrutura de regadio** - Foi alterada a designação do indicador de Infraestrutura de regadio para superfície irrigável por sugestão da DGADR em reunião de 07/03/2013

- **Indicador 68: Consumo de energia Elétrica, segundo o tipo de consumo (kwh)** - De modo a facilitar a leitura dos dados na tabela de síntese dos indicadores apresenta-se apenas os valores totais, Apresenta-se neste ponto a informação desagregada por tipo de consumo

Anexo 4 – Monitorização do Programa de Execução

SISTEMA DE GOVERNAÇÃO

DOMÍNIO: INSTITUCIONAL

DESIGNAÇÃO DO PROJECTO/ACÇÃO	ENTIDADE(S) RESPONSÁVEL(EIS)	Prioridades			Execução	OBSERVAÇÕES	Investimento	Fonte
		1	2	3				
ORLVT	CCDRLVT	X	X	X	Em Execução	O Observatório Regional de Lisboa e Vale do Tejo entrou em funcionamento a 14 de Dezembro de 2010 (apresentação pública). O ORLVT assegura as funções de monitorização associadas à “Estratégia Regional – Lisboa 2020”, ao “Centro de Observação das Dinâmicas Regionais” (QREN/PO) e ao Ordenamento do Território que contempla a monitorização dos Planos Regionais de Ordenamento do Território (PROT-AML e PROT-OVT). Na aferição do investimento aqui reproduzida, contemplou-se um terço do orçamento do ORLVT para os anos de 2009 a 2012, que se imputa à vertente de análise Ordenamento do Território. O respeitante ao período temporal correspondente a 2011 e 2012 (até ao mês de agosto) é de 30.970,90€.	78.448,46 €	ORLVT/CCDRLVT

SISTEMA URBANO E COMPETITIVIDADE

DOMÍNIO: SISTEMA URBANO

DESIGNAÇÃO DO PROJECTO/ACÇÃO	ENTIDADE(S) RESPONSÁVEL(EIS)	Prioridades			Execução	OBSERVAÇÕES	Investimento	Fonte
		1	2	3				
Rede Urbana								
1.1. Constituição de redes inter-urbanas que reforcem o posicionamento diferenciado e competitivo das aglomerações urbanas	Municípios de Tomar; Batalha; Alcobaça; IPLs de Tomar e Leiria; IGESPAR	X	X		Em execução	Rede de Mosteiros Património da Humanidade, Candidatura inter-regional (PO Centro e PO Lisboa) (Os valores apresentados correspondem às operações aprovadas e não aos valores totais imputáveis aos Programas de Acção)	Total 5.732.472€	MaisCentro - Regulamento: Redes Urbanas para a Competitividade e Inovação; InAlentejo
							Elegível 4.407.972,6€	
						Fundo 3.746.776,71€		
						Total 3.152.867,45€		
	Municípios do Entroncamento; Águeda; FMNF					Património Ferroviário Nacional: O Turismo Científico e Cultural como Produto Estratégico, Candidatura regional (PO Centro). (Os valores apresentados correspondem às operações aprovadas e não aos valores totais imputáveis aos Programas de Acção)	Elegível 3.152.867,45€	
							Fundo 2.522.293,95€	

	Municípios de Óbidos; Montemor-o-Velho; Montemor-o-Novo; Tondela; Seia; Fundação Bissaya Barreto				Economias Criativas, Rede Inter-regional (PO Centro, e PO Alentejo).	Total NA	
	Municípios de Moura; Óbidos; Peniche; Torres Vedras; Serpa; Beja; Silves				Rede ECOS- Energia e Construção Sustentáveis, Rede Inter-regional (PO Centro, PO Alentejo e PO Algarve). (Os valores apresentados correspondem às operações aprovadas e não aos valores totais imputáveis aos Programas de Acção)	Elegível 6.925.000,00€	
						Fundo 4.501.250,00€	
						Total 459.287,76€	
						Elegível 414.287,76€	
						Fundo 352.144,6€	
1.2. Constituição de parcerias intra-urbanas para o desenvolvimento de programas integrados de regeneração urbana, que valorizem o património, a base económica e a qualidade de vida nos centros urbanos	LT, Sociedade de Reabilitação Urbana, EM		Em execução		Elaboração dos programas estratégicos das Áreas de Reabilitação Urbana dos municípios da Lezíria (1.ª e 2ª fase)	Total 659.417,76€	
						Elegível 536.112,00€	
						Fundo 455.695,20€	
	CIMLT				Projecto de Delimitação de Áreas de Reabilitação Urbana	Total 86.400€	InAlentejo - Regulamento: Promoção e Capacitação Institucional
						Elegível 86.400€	
							Fundo 73.440€
Oeste CIM				Brevemente será constituída uma equipa para elencar projectos a desenvolver na Região Oeste no âmbito da regeneração urbana e acompanhar o seu desenvolvimento, com possível recurso aos fundos estruturais comunitários postos à disposição dos Estados membros a favor de projectos inseridos em intervenções integradas de desenvolvimento urbano.	NA	OesteCIM - Dados reportados para o 1º Relatório de Monitorização	
Municípios de Torres Novas; Tomar; Entroncamento; Ourém; Torres Vedras; Peniche; Caldas da Rainha; Alcobaça; Parceiros locais				Oito Programas de Acção aprovados: Torres Novas - Cidade Criativa - 1ª Fase; Programa Integrado de Valorização Urbana de Tomar; Programa de Acção para a Regeneração Urbana da Cidade do Entroncamento; Programa de Acção para a Regeneração Urbana de Fátima; Regeneração Urbana no Centro Histórico de Torres Vedras - Torres ao Centro; Recuperação do Fosso da Muralha e Espaços Envolventes - Frente Ribeirinha e Centro Histórico; Caldas Comércio & Cidade; Regeneração Urbana da Cidade de Alcobaça. (Os valores apresentados correspondem às operações aprovadas e não aos valores totais imputáveis aos Programas de Acção)	Total 84.942.768,68 €	MaisCentro - Regulamento: Parcerias para a Regeneração Urbana	
					Elegível 69.544.504,24 €		
					Fundo 57.783.226,57 €		
Municípios de Alenquer; Sobral de Monte Agraço; Cadaval; Óbidos; Arruda dos Vinhos; Bombarral; Ferreira do Zêzere; Vila Nova da Barquinha				Municípios de Alenquer; Sobral de Monte Agraço; Cadaval; Óbidos; Arruda dos Vinhos; Bombarral; Ferreira do Zêzere; Vila Nova da Barquinha. (Os valores apresentados correspondem aos totais das operações aprovadas)	Total 14.569.118,42 €	MaisCentro - Regulamento: Parcerias para a Regeneração Urbana - Operações Individuais	
					Elegível 12.291.770,71 €		
					Fundo 10.387.171€		

	Municípios de Coruche; Azambuja; Golegã; Rumo 2020 EM; Municípios de Almeirim; Rio Maior; Santarém; STR-URBHS, Sociedade de Gestão Urbana de Santarém, EM, SA; CUL.TUR, Empresa Municipal de Cultura e Turismo de Santarém, EEM; Turismo de Lisboa e Vale do Tejo; Direcção Regional de Cultura de Lisboa e Vale do Tejo				Designação das operações: Projecto Integrado de Regeneração Urbana de Coruche; Projecto Integrado de Regeneração Urbana de Azambuja; GOLEGÃ: IDENTIDADE E INOVAÇÃO; PRUC - Parque Central União dos Jardins; PRUC - Requalificação Ribeira Cartaxo e da Quinta Santa Eulália; Requalificação do Centro Civico - Praça Lourenço de Carvalho; Requalificação do Centro Civico de Almeirim - Parque Desportivo Municipal; Requalificação do Centro Civico da Cidade de Almeirim - Largo General Guerra; Requalificação da Ligação da Rua do Arraial ao Largo do Outeiro - F8; Recuperação e Modernização do Mercado Municipal - F6; Requalificação do edifício do antigo Matadouro; Beneficiação do Ginásio do Seminário; Espaço polivalente com funções cívicas, lúdicas e sociais - F3; Projectos e Obras (Intervenção em Imóveis Degradados) - Palácio de Landal; Reabilitação do Palácio João Afonso; Plano de promoção e divulgação para o Centro Histórico de Santarém; Cobertura de Ligação das Cavalariças 1 e 4; Requalificação do Espaço Público de Percurso da Procissão Via Sacra ou Passos de Rio Maior - F2; Envolvente da Igreja de Santa Cruz; Repavimentação e requalificação dos arruamentos; Requalificação da Igreja de Santa Clara de Santarém; REQUALIFICAÇÃO DA ZONA ENVOLVENTE AO JARDIM DE INFÂNCIA Nº 3 EM ALMEIRIM; Estrada da Estação; Requalificação da Sé de Santarém - Rota das Catedrais. Ordenamento das margens do Rio Almonda e instalação de Açude e Escada de Peixes; Requalificação da zona envolvente ao Pavilhão Gimnodesportivo de Benfca do Ribatejo; Requalificação Urbana da Avenida do Sorraia; Arranjos Exteriores dos Paços do Concelho.	Total 25.273.226,75 € Elegível 23.750.445,89 € Fundo 19.460.001,34 €	InAlentejo - Regulamento: Parcerias para a Regeneração Urbana
1.3. Criação de um grupo temático/comissão no sistema de governação do PROT OVT para a animação das redes inter-urbanas e com o objectivo de organizar e articular a rede de equipamentos e serviços regional.	CCDRLVT; Comunidades Intermunicipais	X	X	Execução não iniciada	Integrado no Sistema de Governação do PROT OVT. Ponderar no âmbito dos instrumentos de programação 2014-2020 da Política de cidades.		CCDRLVT
Educação							
2.1. Reestruturação e valorização das redes de educação pré-escolar e de ensino básico e organização de uma rede de escolas integradas a nível regional.	Municípios	X		Em execução	Requalificação da Escola Básica dos 2º e 3º ciclos D. Nuno Alvares Pereira Requalificação da Escola EB 2,3 D. Miguel de Almeida Requalificação da Escola EB2,3 Dr. Chora Barroso Requalificação Global da EB 2/3 e Secundária de S. Martinho do Porto Construção da Nova Escola Básica do 2º e 3º Ciclos Dr. Ruy De Andrade Escola Básica Dr João das Regras, Miragaia - Lourinhã Remodelação da Escola EB 2,3/S D. Maria II e do Pavilhão Desportivo Requalificação da Escola Básica 2,3 Manuel Figueiredo - Torres Novas Requalificação e Ampliação da Escola Básica e Secundária Josefa de Óbidos	Total 54.567.152,47 € Elegível 47.194.424,38 € Fundo 40.115.260,73 €	
					Escola Básica 2+3 do Cartaxo - EB Marcelino Mesquita	Total 6.140.204,07€ Elegível 5.376.040,09€	InAlentejo - Regulamento: Requalificação da Rede de Escolas do 2º e 3º ciclo do Ensino Básico

					Fundo 4.569.634,08€	
				<p>Concepção/Construção do Centro Escolar de Assentis, Concepção/Construção do Centro Escolar de Pedrogão Concepção/Construção do Centro Escolar de Riachos - ampliação e grande remodelação, Conservação e Reparação do Jardim de Infância de Sardoal - Construção de Cantina Construção do Centro Educativo do Bombarral, Construção do Centro Escolar de Vila Verde dos Francos E.B 1+ J.I- DE ATALAIA EB1 e JI de S. Mamede da Ventosa EB1/JI de Casais, EBI D. Nuno Álvares Pereira (EB1), Empreitada - Centro Escolar de Santa Margarida da Coutada, EMPREITADA DE AMPLIAÇÃO DA ESCOLA DO OUTEIRO DA CABEÇA, Empreitada de Concepção/Construção da EB1 e Jardim de Infância de Dois Portos Empreitada de Concepção/Construção da Escola EB1-JI Padre Francisco Soares Empreitada de Concepção/Construção de Ampliação da EB1 de Boavista-Olheiros (Padre Vítor Melícias), Empreitada de Concepção/Construção de Ampliação da EB1 e Jardim de Infância de Santa Cruz, Empreitada de Concepção/Construção de Ampliação da EB1 e Jardim de Infância do Barro Escola Básica da Zona Verde do Entroncamento, ESCOLA BÁSICA DE RIBAMAR, Escola Básica do 1º Ciclo + Jardim de Infância Sul ESCOLA BÁSICA DO 1º CICLO DA LOURINHÃ, Escola Básica Norte do Entroncamento Escola do 1º Ciclo do Ensino Básico nº 4 - Chainça, Escola EB1 nº2 do Pego Escola EB1/JI de Rossio ao Sul do Tejo, Nova Escola Básica de 1º Ciclo de Vilar, Raqualificação e Ampliação da Escola Básica nº 1 do Tramagal Rede de Jardins de Infância de Óbidos - 1ª Fase, Remodelação da Escola Pré Primária da Moita</p>	<p>Total 130.910.563,59€</p> <p>Elegível 99.764.679,57€</p> <p>Fundo 84.608.536,87€</p>	<p>MaisCentro - Regulamento: Requalificação da Rede Escolar de 1º Ciclo do Ensino Básico e de Educação Pré-Escolar</p>
				<p>Construção do Centro Escolar de Almeirim; Centro Escolar de Alcanede; Centro Escolar de Jardim de Baixo; Construção do Centro Escolar de Azinhaga; Ampliação da EB1 de Golegã; Centro Escolar do Sacapeito; Construção do Centro Escolar de Alcobertas; Centro Escolar de Rio Maior - 1; Centro Escolar de Rio Maior - 2; Construção do Centro Escolar de Benavente; Construção do Centro Escolar de Samora Correia; Construção Centro Escolar de Alpiarça - 1.º Ciclo; Construção do Centro Escolar de Fazendas de Almeirim; Ampliação da Escola Básica do 1º Ciclo de Alcoentre; Construção Escola Básica 1º Ciclo e Jardim de Infância de Azambuja; Centro Escolar de Marinhas; Centro Escolar de Coruche; Centro Escolar de Salvaterra de Magos; Centro Escolar N.º 3 - Zona Sul do Concelho; Construção do Centro Escolar do Porto Alto; Centro Escolar de São José da Lamarosa; Centro Escolar da Fajarda. Ampliação e requalificação da EB1 nº1 de Benavente, Ampliação e requalificação da EB1 Fonte dos Escudeiros, em Samora Correia, Centro escolar nº4 - fráguas (Escola Básica do Nordeste do Concelho. Estes projetos encontram-se executados à exceção, do Centro Escolar de Marinhas (em execução) e das novas operações aprovadas (a azul).</p>	<p>Total 44.340.467,67€</p> <p>Elegível 39.487.955,77€</p> <p>Fundo 32.861.747,74€</p>	<p>InAlentejo - Regulamento: Requalificação da Rede Escolar de 1º Ciclo do Ensino Básico e de Educação Pré-Escolar; Comunidade Intermunicipal da Lezíria do Tejo (execução)</p>

2.2. Qualificação do parque de escolas secundárias (geral e tecnológico/ profissionalizante), em articulação com a rede de centros de formação profissional, com uma distribuição que contribua para a consolidação do sistema urbano e garanta níveis de equidade no acesso.	Parque Escolar, E.P.E.	X			Em execução	Modernização e Requalificação de Escolas com Ensino Secundário - Região do Alentejo, Lote1, Concelho Benavente; Modernização e Requalificação de Escolas com Ensino Secundário - Região Sul, Lote 2AS2, Concelho Santarém; Modernização e Requalificação de Escolas com Ensino Secundário - Região Sul, Lote 2AS4, Concelhos Tomar e Salvaterra de Magos (IT: 24.611.842,02; Elegível: 24.573.030,90; Fundo: 20.887.076,26); Lote 2AS5 - Modernização e Requalificação de Escolas com Ensino Secundário, Concelhos de Abrantes e Ourém (IT: 16.797.878,64; Elegível: 16.789.545,30; fundo: 14.271.113,50); Lote 2AL2 - Modernização e Requalificação de Escolas com Ensino Secundário, Concelhos de Bombarral e Caldas da Rainha (IT: 15.883.196,71; Elegível: 15.876.790,05; Fundo: 13.495.271,54); Lote 2AIL3 - Modernização e Requalificação de Escolas com Ensino Secundário, Concelho de Alcobaça (IT: 6.720.260,49; Elegível: 6.717.057,15; Fundo: 5.709.498,58); Lote 3EL3 – Modernização e Requalificação de Escolas com Ensino Secundário, Concelho de Torres Vedras (IT: 13.184.887,77; Elegível: 13.108.134,02; Fundo: 11.141.913,92); Escola Augusto Ferreira - ES12 - Modernização e Requalificação de Escolas com Ensino Secundário, Concelho de Rio Maior (IT: 10.278.608,30; Elegível: € 9.710.156,29; Fundo: 8.253.632,85); Escola Manuel Fernandes - ES12 - Modernização e requalificação de Escolas com Ensino Secundário, concelho de Abrantes (IT:15.182.471,01 €; Elegível: 14.172.340,75; Fundo : €12.046.489,64).O PE previa intervenção em 14 Escolas, sendo que foram intervencionadas 7, o que corresponde a 50% de execução (considerando só as escolas abrangidas pelo PROT OVT). Os valores apresentados respeitam à totalidade das operações aprovadas, que abrangem as escolas localizadas nesta região e outras escolas, não sendo possível distinguir os valores aprovados só para as escolas da região. Para as operações que abrangem, na totalidade, escolas localizadas na região, são indicados os respetivos valores	Total 131.223.443,27€	POVT - Regulamento: Requalificação da Rede de Escolas com Ensino Secundário.
						Elegível 126.187.994,01€		
						Fundo 107.259.794,91€		
2.3. Elaboração de Programas Educativos Intermunicipais, assentes em Conselhos Intermunicipais de Educação.	CIMLT	X			Executado	Elaboração das 11 Cartas Educativas Concelhias, programando: 25 Centros escolares novos e a Requalificação de 15; 12 Jardins de Infância novos e a requalificação de 7; 5 escolas EB1 novas e a requalificação de 6, com o investimento previsto de 103 a 115 milhões de euros. Fontes de financiamento: QCAIII, CIMLT (execução 100%).	80.000 €	Comunidade Intermunicipal da Lezíria do Tejo
						Oeste CIM	Em execução	A OesteCIM elaborou a Carta Educativa Regional, com base nas Cartas Educativas dos Municípios, a qual contempla as infra-estruturas existentes inerentes ao ensino básico, com abordagem ao ensino secundário. Do ponto de vista pedagógico, a OesteCIM desconhece qualquer trabalho de âmbito intermunicipal.
2.4. Elaboração de um diagnóstico prospectivo e de um Programa de Qualificação do Potencial Humano, incluindo as Escolas / Centros Profissionais e Institutos Politécnicos, e apoio à implementação do programa	Administração Central (Min. da Educação); Ins. Politécnicos; Escolas	X				Inclui a criação de Centros de Compet. (Rec. Florestais, Agro-Ind., Ambiente e Trat. de Resíduos, Design do Móvel, Mat.. de Construção), Escolas Tecnol. e Escolas de Negócios. Aferir com o setor o reporte de informação e eventual alteração de política.		
2.5. Concretização de Equipamentos Estruturantes para o Ensino Politécnico da Região	Instituto Politécnico de Leiria	X	X		Executado	Construção da II Fase do Edifício Pedagógico da ESTM	1.918.274,72 €	Conselho Coordenador dos Institutos Superiores Politécnicos

	Instituto Politécnico de Leiria				Executado	Construção da Cantina/Residência Pedagógica da ESTM	2.915.003,28 €	
	Instituto Politécnico de Leiria				Executado	Requalificação do Antigo Hospital Santo Isidoro em Biblioteca	647.728,75 €	
	Instituto Politécnico de Leiria				Em Execução	Requalificação do Edifício Pedagógico I	3.310.329,99 €	
	Instituto Politécnico de Santarém				Em Execução (99% execução física, 97% execução financeira)	Construção das Novas Instalações da Escola Superior de Desporto de Rio Maior	13.502.841,75 €	
	Instituto Politécnico de Tomar				Por executar	Novas Instalações da ESTA - Escola Superior de Tecnologia de Abrantes	9.500.000,00 €	
						Total dos investimentos	31.794.178,49 €	
Saúde								
3.1. Dotação da Rede Hospitalar e da Rede de Serviços de Urgência de meios e valências necessárias para a prestação de um serviço hospitalar e de emergência de qualidade	Ministério da Saúde	X	X	X	Em execução	Hospital Oeste/Norte (Alcobaça; Caldas da Rainha e Peniche): previa-se a criação de um novo hospital, que não foi efectuado, houve obras de requalificação em Caldas da Rainha (internamento). Hospital Torres Vedras/Requalificação: foram efectuadas obras de requalificação substanciais desde 2009; apenas pequenas obras de manutenção p.ex cirurgia de ambulatório 200,000€. Criado o Centro Hospitalar do Oeste englobando os hospitais de Torres Vedras, Caldas da Rainha e Peniche. Prevista uma reformulação dos serviços Hospital de Santarém/Urgência: Concluídas. O novo Centro Hospitalar do Oeste entrou em funções a 01/10/2012 e é resultante da fusão dos centros hospitalares de Caldas da Rainha e de Torres Vedras.	NA	ARSLVT
3.2. Dotação da rede de cuidados de saúde primários de meios e valências necessárias, de forma a garantir qualidade e igualdade de acesso aos serviços de saúde	Ministério da Saúde	X	X	X	Em execução	CS Alenquer: realizado (novo edifício); CS Cadaval: ainda não arrancou obra, projecto concluído, em fase de articulação com o Município; - foi abandonado o projecto referido; CS Sobral Monte Agraço: obras concluídas; CS Calda Rainha/ Desdobr: existe um projecto de construção de um edifício para instalação de duas unidades de saúde que actualmente se encontram no edifício único. Este processo encontra-se ainda em fase de projecto, não tendo sido iniciadas as obras; CS Cartaxo/ Ampliação: ampliação concretizada; CS Santarém/ Ext.Casais: a extensão de Casais pertence ao concelho de Tomar CS Santarém / USF Planalto: (desdobramento em 2) concluídas; CS Chamusca: não realizado.	NA	ARSLVT

3.3. Incremento do número de Unidades Móveis de Saúde sobretudo nos territórios de baixa densidade	Ministério da Saúde; Municípios	X			Executada	Coruche 1 unidade móvel adquirida em parceria com a CMC; Abrantes projecto em estudo à espera de financiamento QREN. Através de uma parceria entre a Câmara Municipal e o Centro de Saúde de Rio Maior, foram adquiridas duas viaturas unidades móveis de saúde. Através de uma parceria entre a Câmara Municipal e o Centro de Saúde de Óbidos, foi adquirida uma viatura unidade móvel de saúde.	NA	ARSLVT
3.4. Implementação de Serviços Comunitários de Proximidade, particularmente no apoio domiciliário	Administração Central (Ministério da Saúde)	X	X		Em execução	Ao nível dos Agrupamentos de Centros de Saúde estão implementadas as Unidades de Saúde na Comunidade	NA	ARSLVT
3.5. Alargamento e valorização da rede de "e-saúde" de forma a melhorar a qualidade e acessibilidade aos cuidados de saúde.	Administração Central (Ministério da Saúde)	X			Execução não iniciada	Não executado Tele-Medicina	NA	ARSLVT
3.6. Reforço do sistema de Viaturas Médicas de Emergência e Reanimação (VMER).	INEM	X			Em execução	Existem 4 viaturas na região: VMER de Abrantes, Centro Hospitalar do Médio Tejo; VMER de Santarém, Hospital de Santarém; VMER de Torres Vedras, Hospital de Torres Vedras; VMER de Caldas da Rainha, Centro Hospitalar Oeste Norte – Hospital das Caldas da Rainha . As VMER de Abrantes, Santarém e Caldas da Rainha foram atribuídas em 2005, 2004 e 2002, respectivamente, sendo que a de Torres Vedras o foi em 2009, o que corresponde a um reforço do sistema de 33,3% .	NA	Gabinete de Comunicação e Imagem, Instituto Nacional de Emergência Médica, IP
Segurança Social								
4.1. Elaboração, implementação e monitorização dos Planos de Desenvolvimento Social a nível regional, de forma a responder às necessidades sociais, sobretudo da infância, idosos, deficientes ou outros grupos vulneráveis.	Administração Central (Ministério da Solidariedade e da Segurança Social)	X	X			Necessário iniciar articulação com o setor.		
4.2. Implementação do Programa PARES 2	Administração Central (Ministério da Solidariedade e da Segurança Social)	X				Necessário iniciar articulação com o setor.		
4.3. Reforço da Rede de Cuidados Continuados Integrados, numa abordagem intersectorial, entre a segurança social e os serviços de saúde	Administração Central (Ministério da Solidariedade e da Segurança Social)	X	X			Necessário iniciar articulação com o setor.		
Outros serviços e equipamentos								
5.1. Desenvolvimento de Unidades Multi-serviços de Proximidade (nas áreas da saúde, educação, apoio social, cultura, lazer, ...)	Administração Central (Ministérios envolvidos)	X				Aferir com o setor o reporte de informação e eventual alteração de política.		
5.2. Elaboração de Cartas Desportivas Inter-municipais (NUTS)	CIMLT	X			Em execução	Carta Desportiva da Lezíria do Tejo	Total 74.990€	InAlentejo - Regulamento: Promoção e Capacitação Institucional

III)							Elegível 74.990€		
							Fundo 63. 741,5€		
5.3. Reforço do programa de segurança de proximidade e comunitário por parte das forças de segurança e alargamento do apoio a grupos de risco	PSP, Departamento de Operações, Núcleo de Policiamento de Proximidade	X	X		Em execução	Comando nacional da PSP e GNR ofício			
5.4. Alargamento da gama de oferta de serviços colectivos e de interesse público suportados na Internet e na utilização das TIC, nos domínios da saúde, educação, serviços sociais, cultura e administração, garantindo o acesso das populações nos espaços de baixa densidade	CIMLT				Em execução	Ribatejo Digital II - 1ª Fase	Total 845.053,02€	InAlentejo - Regulamento: Apoio à Modernização Administrativa	
	CIMLT; Municípios	X	X		Executado	2002 Ribatejo Digital I: Postos de Internet em todas as freguesias; disponibilização de serviços on-line nos sites dos municípios; sites dos municípios, CIMLT e portal regional. (O investimento é parte do total indicado no Domínio TIC, ponto 6). Fontes de financiamento: QREN; CIMLT; Municípios (execução 100%)	3.500.000 €		
					Em execução	2010 Ribatejo Digital II: Novos serviços on-line Mapas, Portais temáticos de Zonas Industriais, Sugestões e Turismo; Novos sites e plataforma electrónica Central de Compras. Fontes de financiamento: QREN; CIMLT (execução 80%) O projecto está também englobado e identificado pelo InAlentejo (acima) e na medida 6 do Domínio TIC.	845.000 €		
	Oeste CIM				Em execução	A OesteCIM desenvolveu o projecto "Rede de Espaços Internet" que consistiu na criação de 15 espaços com internet de acesso gratuito e com o apoio de monitores com conhecimento em TIC, postos à disposição dos munícipes, alguns deles, em locais de baixa densidade.	NA	OesteCIM - Dados reportados para o 1º Relatório de Monitorização	
5.5. Outros equipamentos para reforço da Rede Urbana	Municípios	X	X	X	Em execução	<p>Município de Abrantes: Bolsa de Estacionamento do Castelo de Abrantes (374.659,31€ - executado); VUCI (235.668,00 €); Cidade Desportiva - Campo de Futebol de Rossio ao Sul do Tejo (694 331,4€ - executado); Mercado Municipal de Abrantes (1.288.704,15€ - em execução); Construção de Quartel de Bombeiros Municipais de Abrantes (1.292.443,91€).</p> <p>Município de Sardoal: Colocação de Piso em Relva Sintética no Campo de Futebol - Parque Desportivo Municipal (326.113€)</p> <p>Município de Ferreira do Zêzere: Quinta do Adro - Parque de Lazer (1.134.203,36€)</p> <p>Município de Alcanena: Requalificação do Jardim Municipal de Alcanena (903.597,03€)</p> <p>Financiamento junto do programa do Mais Centro à excepção da Construção do Quartel de Abrantes, VUCI e colocação de piso em Relva Sintética no campo de futebol (Sardoal) que se encontram ao abrigo do POVT.</p>	Total 5.555.388,76€	MaisCentro; Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo	
							Elegível		
							Fundo		

DOMÍNIO: COMPETITIVIDADE ECONÓMICA

DESIGNAÇÃO DO PROJECTO/ACÇÃO	ENTIDADE(S) RESPONSÁVEL(EIS)	Prioridades			Execução	OBSERVAÇÕES	Investimento	Fonte
		1	2	3				
1. Porta Norte da Região de Polarização Metropolitana de Lisboa: Criar a plataforma logística-empresarial de articulação da Grande Região de Lisboa com as Regiões a Norte do território nacional e com o corredor de ligação ao centro da Europa	Municípios	X			Em execução	Municípios de Alcanena e Torres Novas: Decorre em ambas as Câmaras Municipais o processo de adaptação territorial ao nível dos PDM's para futura implementação dos projetos.	NA	Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo
2. Porta Norte da AML: Qualificar, reordenar e valorizar os espaços de acolhimento empresarial em articulação com Plataforma Logística localizada em Vila Franca de Xira	Ministério da Economia e da Inovação; Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações; Municípios; Privados		X			Localização: Oeste / Lezíria do Tejo (OesteCIM e CIMLT)		
4. Implementação e Desenvolvimento Articulado de uma Rede de Áreas de Acolhimento de Empresarial:						Inclui nomeadamente os Parques de Negócios de Ourém/Fátima, Torres Novas, Cartaxo/Santarém e Rio Maior		
4.1. Definição e desenvolvimento dos Parques de negócios - Áreas de localização empresarial de âmbito regional com forte articulação com a rede de centros urbanos de nível superior	Oeste CIM; Municípios de Caldas da Rainha; Abrantes	X	X		Em execução	AAE:3759 - ROE_Rede_Oeste_Empreendedor; AAE:3469 - Área de Acolhimento Empresarial das Caldas da Rainha; AAE:1738 - CIIDE - Centro de Inovação, Incubação e Desenvolvimento de Empresas	Total 2.891.322,74€ Elegível 2.674.787,27€ Fundo 2.146.527,69€	MaisCentro - Regulamento: Áreas de Acolhimento Empresarial e Logística
	Município do Cartaxo				Em execução	Parque de Negócios do Falcão - Infra-estrutura da Área de Ciência e Tecnologia do ValleyPark	Total 3.339.000€ Elegível 3.150.000€ Fundo 2.677.500€	InAlentejo - Regulamento: Áreas de Acolhimento Empresarial e Logística
4.2. Definição e desenvolvimento dos Parques de negócio - Áreas de localização empresarial de âmbito supra-concelhio com vocação para uma especialização em clusters ou segmentos específicos das principais cadeias de valor da região	Depomor				Executado	1ª fase do Parque de Negócios Rio Maior. Fonte de financiamento: Privados (execução 100%)	1.500.000 €	Comunidade Intermunicipal da Lezíria do Tejo
	Município TagusValley - Associação para a Promoção e Desenvolvimento do Tecnopolo do Vale do Tejo; Obitec Associação Óbidos	X	X		Em execução	EcoParque do Relvão, na Chamusca - Não sendo um Parque de Negócios esta Zona Industrial contém os CIRVER e tem impacto supra-regional. Fontes de financiamento: QREN; Município (execução 55%)	1.565.000 €	
					Em execução	TagusValley - INOV.TECH; Parque Tecnológico de Óbidos	Total 7.985.084€ Elegível 7.985.084€	MaisCentro - Regulamento: PCTI Incubadoras de Base Tecnológica

	Ciência e Tecnologia					Funto 6.787.322,11€	
	Óbidos Requalifica, E.E.M.; CIMT			Em execução	AAE:1160 - Parque Tecnológico de Óbidos; AAE:3925 - Médio Tejo_Empreendedorismo em Rede	Total 2.822.642,56€ Elegível 1.360.772,56€ Fundo 1.156.656,68€	MaisCentro - Regulamento: Áreas de Acolhimento Empresarial e Logística
4.3. Qualificação, reconversão e valorização das áreas de acolhimento empresarial de escala territorial concelhia	Município de Coruche	X	X	Executado	Urbanização e Infra-Estruturação da Zona Industrial do Monte da Barca (ZIMB)	Total 410.830,86€ Elegível 410.830,86€ Fundo 349.206,23€	InAlentejo - Regulamento: Áreas de Acolhimento Empresarial e Logística; Comunidade Intermunicipal da Lezíria do Tejo (execução)
	Município de Coruche			Execução não iniciada	2ª fase do Parque Industrial	4.857.042,00 €	Comunidade Intermunicipal da Lezíria do Tejo
5. Desenvolver um Programa de Fomento do empreendedorismo e da iniciativa empresarial que qualifique e promova a inovação no tecido empresarial regional	Associação Centro Comercial Ar Livre de Abrantes; NERSANT; ACSIA; Associação de Desenvolvimento Empresarial da Benedita; Airo; Associação Comercial dos Concelhos de Caldas da Rainha e Óbidos; Município de Torres Vedras TagusValley; CTIC; IPL				Operações: @brantesforum - plataforma digital AR LIVRE de Abrantes; Médio Tejo Empreendedor; SER INTERNACIONAL; Fábrica do Empresário; Oeste Activo; GREEN inova.comércio; Promoção da Actividade Económica do Centro Histórico de Torres Vedras; Inov.Linea-Desenvolvimento e aplicação de processos de conservação alternativos e inovadores; mais CTIC mais Competitividade; CETE MARES - Centro de I&D, formação e divulgação do conhecimento marítimo	Total 8.895.690,27€ Elegível 7.179.297,01€ Fundo 5.557.089,41€	MaisCentro - Regulamentos: Sistema de Incentivos às Acções Colectivas; Infra-estruturas Científicas e Tecnológicas
	NERSANT - Associação Empresarial da Região de Santarém	X		Em execução	Lezíria do Tejo Empreendedora	Total 802.878,68€ Elegível 802.878,68€ Fundo 602.159,01€	InAlentejo - Regulamento: Apoio a Acções Colectivas
	CIMT				AAE:3925 - Médio Tejo-Empreendedorismo em Rede (251.708,56€ - em execução=47,54%).. Este projecto está também englobado e identificado na medida 4.2 do Domínio Competitividade económica.	Total 251.708,56€ Elegível 251.708,56€ Fundo 213.952,28€	Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo
6. Elaboração e implementação de um Programa de reordenamento e dinamização da actividade empresarial integrando a "plataforma da Ota"	Ministério da Economia e do Emprego; Municípios; privados	X	X		Esta acção deve ser ponderada e interpretada em função do contexto atual e das decisões que venham a ser tomadas sobre grandes infraestruturas.		

DOMÍNIO: TIC

DESIGNAÇÃO DO PROJECTO/ACÇÃO	ENTIDADE(S) RESPONSÁVEL(EIS)	Prioridades			Execução	OBSERVAÇÕES	Investimento	Fonte
		1	2	3				
1. Elaborar regulamento de instalação de infra-estruturas de telecomunicações em espaço público	Município	X			Execução não iniciada	Apenas o município de Azambuja tem este regulamento aprovado. Os outros municípios trabalharam numa proposta de regulamento comum, mas ainda não se encontra aprovado.	NA	Comunidade Intermunicipal da Lezíria do Tejo
2. Elaborar Cadastro Regional de Infra-Estruturas de Telecomunicações de Banda Larga	ANACOM; Comunidades Intermunicipais	X			Em execução	Inquiriu-se ANACOM sobre ponto de situação do Sistema de Informação Central, já que o PE indicava que se deveria articular o cadastro regional com o nacional. A ANACOM aprovou, por deliberação de 11 de Novembro de 2010, a decisão final sobre a definição dos objectos cadastrais e dos termos e formato de disponibilização de informação no SIC. Nesta decisão, são designadamente definidos os objectos cadastrais e respectivos elementos de caracterização a incluir obrigatoriamente no SIC. São ainda estabelecidos, os termos em que os objectos cadastrais serão caracterizados geograficamente, assim como à sua geo-referenciação, expressa em coordenadas físicas. Entretanto, foi publicado, na 2ª série do DR de 23 de Novembro de 2010, o anúncio do concurso público internacional para implementação e gestão do SIC, cujo lançamento a ANACOM aprovou por deliberação, também de 11 de Novembro de 2010, encontrando-se o processo de seleção da entidade objeto deste concurso em situação de contencioso. Assim, por razões que não são imputáveis à Autoridade, não há elementos que permitam, com rigor, prever a data de implementação do SIC.	NA	ANACOM
	FCCN; UMIC					A CIMLT colaborou com a Fundação para a Computação Científica Nacional na elaboração do Cadastro, fornecendo os dados do projecto Lezíria em rede. A entidade promotora do projecto foi a UMIC.	NA	Comunidade Intermunicipal da Lezíria do Tejo
3. Infra-Estruturar Áreas de Acolhimento Empresarial	Municípios da Lezíria do Tejo	X	X		Em execução	Os parques de negócio de Cartaxo/Santarém e de Rio Maior, bem como o Ecoparque do Relvão da Chamusca têm ou prevêm na sua construção fibra óptica.	NA	Comunidade Intermunicipal da Lezíria do Tejo
	Municípios do Oeste				Em execução	Foram feitas infra-estruturas de telecomunicações nas Áreas de Acolhimento Empresarial de Óbidos e de Nazaré (Valado dos Frades).	NA	OesteCIM - Dados reportados para o 1º Relatório de Monitorização
4. Criar Observatório Regional do Desenvolvimento da Banda Larga	INE; UMIC; ANACOM; CCDRLVT	X	X			Aferir com o setor o reporte de informação e eventual alteração de política.		
5. Criar uma plataforma de interoperabilidade de informação geográfica	CIMT	X			Em execução	Médio Tejo - Gestão em SIG, a qual compreende as seguintes componentes de investimento - execução de cartografia e ortofotos à escala 1:2000; atualização e retificação de cartografia à escala 1:10 000, Plataforma SIG - serviços online, Sistema de Informação Territorial (software e hardware)	Total 2.994.386,84€	MaisCentro - Regulamento: Sistema de Apoio à Modernização Administrativa; Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo
							Elegível 2.992.052,38€	
							Fundo 2.543.244,52€	

6. Desenvolver o Governo Electrónico na Região	Regiões Digitais; CIMLT	X			Executado	2002 Ribatejo Digital I: Postos de Internet em todas as freguesias; disponibilização de serviços on-line nos sites dos municípios; sites dos municípios, CIMLT e portal regional; cadastro rústico e levantamento funcional, recursos humanos; portal empresas, turismo, comunidade educativa. Fontes de financiamento: QREN POR; PIDDAC; Municípios; Operadores (execução 100%)	10.800.000 €	Comunidade Intermunicipal da Lezíria do Tejo
					Em execução	2010 Ribatejo Digital II: Novos serviços on-line Mapas, Portais temáticos de Zonas Industriais, Sugestões e Turismo; Novos sites e plataforma electrónica Central de Compras. Fontes de financiamento: QREN POR; PIDDAC; Municípios; Operadores (execução 80%)	845.000 €	
	OesteCIM					Em execução	A OesteCIM apresentou uma candidatura ao MaisCentro, no âmbito do Regulamento Específico do SAMA (Sistema de Apoios à Modernização Administrativa) do MaisCentro, para o projecto SAMA que tem subjacente um modelo de gestão para o Oeste voltado para o Município que articula a gestão municipal com uma efectiva gestão de resultados, com o atendimento dos municípios (Balcão Único Multicanal), o desenvolvimento de uma reengenharia de processos (arquitectura de sistemas), uma gestão documental e de arquivo, tudo apoiado em tecnologia web e tecnologias de colaboração intra e extranet. Este projecto surge na sequência do trabalho desenvolvido pela OesteCIM com os projectos "Rede de Espaços Internet" e "OesteDigital", ambos candidatados ao POSConhecimento do QCA III.	NA
7. Realizar um estudo de viabilidade de operador regional de telecomunicações de Banda Larga	Comunidades Intermunicipais	X				Aferir com o setor o reporte de informação e eventual alteração de política.		
8. Lançar operador regional de Banda Larga			X			Entidades responsáveis: Comunidades Urbanas, Associações de Municípios, Municípios. Entidades responsáveis privadas: Operadores de Telecomunicações. Fontes de Financiamento Privadas: Entidades privadas. Nota: condicionado aos resultados do concurso lançado pela ANACOM intitulado "Acesso de Banda Larga via rádio (BWA)". Aferir com o setor o reporte de informação e eventual alteração de política.		
9. Promover TIC junto de PMEs e cidadãos	Regiões Digitais; CIMLT	X	X		Executado	2002 Ribatejo Digital I: Postos de Internet em todas as freguesias. O investimento está incluído no ponto 6. Fontes de financiamento: QREN POR; PIDDAC (execução 100%)	1.500.000 €	Comunidade Intermunicipal da Lezíria do Tejo
	OesteCIM					Em execução	1. A OesteCIM desenvolveu o projecto "OesteDigital" através do qual foi criado o Portal OesteDigital. Para além de permitir a disponibilização de informação actualizada sobre a Região Oeste, através do Portal qualquer entidade, independentemente da sua natureza jurídica, pode registar-se e dar-se a conhecer, integrando um Directório ao serviço da Região Oeste. Ainda no âmbito do OesteDigital foram colocados, em cada um dos 12 municípios, Quiosques Digitais à disposição da população, bem como rede Wireless em vários pontos dos 12 municípios; 2. A OesteCIM desenvolveu o projecto "Rede de Espaços Internet" que consistiu na criação de 15 espaços com internet de acesso gratuito e com o apoio de monitores com conhecimento em TIC, postos à disposição dos municípios, alguns deles, em locais de baixa densidade.	NA

CIMT; OesteCIM			Em execução	Operações: Educação de Excelência - Plano Tecnológico do Médio Tejo; Apetrechamento Tecnológico de Escolas do 1º Ciclo/Jardins de Infância no Oeste	Total 633.339,5€	MaisCentro - Regulamento: Economia Digital e Sociedade do Conhecimento
					Elegível 510.374,38€	
Municípios de Azambuja; Santarém; Chamusca; Benavente; Almeirim; Coruche; Golegã			Em execução	Plano Tecnológico para o Ensino Básico; Quadros Interactivos para Escolas do 1º Ciclo; Aquisição de Quadros Interactivos e Equipamentos Acessórios EB1's do Concelho da Chamusca e Centro de Recursos Educativos; Quadros Interactivos; Quadros Interactivos; Plano Tecnológico para o Ensino Básico - Aquisição de Quadros Interactivos; Quadros Interactivos na Rede de Escolas do 1º Ciclo do Ensino Básico; Aquisição de Quadros Interactivos para a EB1 de Golegã e EB1 de Azinhaga.	Total 879.836,13€	InAlentejo - Regulamentos: Economia Digital e Sociedade do Conhecimento; Apoio à Acessibilidade e Utilização de TIC
					Elegível 847.471,72€	
					Fundo 433.818,23€	
					Fundo 720.350,96€	

DOMÍNIO: TURISMO, LAZER E CULTURA

DESIGNAÇÃO DO PROJECTO/ACÇÃO	ENTIDADE(S) RESPONSÁVEL(EIS)	Prioridades			Execução	OBSERVAÇÕES	Investimento	Fonte
		1	2	3				
1. Revitalização do Mosteiro de Alcobaça	Município de Alcobaça	X	X		Em execução	Iluminação do Mosteiro de Alcobaça	Total 578.635,98€	TdP - Programa de Intervenção do Turismo - Linha I
	Direção-Geral do Património Cultural				Em execução	O Departamento de Obras da DGPC (ex-IGESPAR) acompanhou as ações das Câmaras, porém não dispõe de dados concretos quanto às mesmas.	Elegível 404.019€	
2. Parque Temático do Jurássico na Lourinhã e Rota dos Dinossáurios		X	X		Em Execução	Parque temático do Jurássico - Lourinhã	Não reembolsável 181.808,55€	Direção-Geral do Património Cultural
3. Revitalização do Convento de Tomar	Direção-Geral do Património Cultural	X	X		Em execução	O Departamento de Obras da DGPC (ex-IGESPAR) acompanhou as ações das Câmaras, porém não dispõe de dados concretos quanto às mesmas.	6.000.000 €	CM Lourinhã / investimento privado
4. Salvaguarda, recuperação e valorização das Linhas de Torres	Direção-Geral do Património Cultural	X	X		Em execução	O Departamento de Obras da DGPC (ex-IGESPAR) acompanhou as ações das Câmaras, porém não dispõe de dados concretos quanto às mesmas.		Direção-Geral do Património Cultural
5. Programa de Apoio às ZTI (requalificação de áreas urbanas / centros históricos) - PENT (ZTI identificadas nas normas: Santarém; Tomar; Alcobaça; Nazaré; Óbidos; Peniche e Fátima)	Município da Nazaré; Município de Ourém	X	X	X	Em execução	Projectos: Beneficiação de Infra-Estruturas Urbanas da Cidade de Fátima; Gestão Integrada da Mobilidade da Cova da Iria.	Total 4.112.624,37€	TdP - Programa de Intervenção do Turismo - Linha I
							Elegível 2.545.732,96€	
							Não reembolsável 853.377,99€	

6. Programa de requalificação urbana de Fátima	Município de Ourém	X	X		Em execução	Beneficiação de Infra-Estruturas Urbanas da Cidade de Fátima; Gestão Integrada da Mobilidade da Cova da Iria. Estes projectos estão também englobados e identificados na medida 5 do Domínio Turismo, Lazer e Cultura. O POVT financia o projeto da Gestão Integrada da Mobilidade na Cova da Iria, no âmbito do Regulamento Específico Ações Inovadoras para o Desenvolvimento Urbano (Investimento Total: 1.250.400,24 €; Elegível: 1.246.440; Fundo: 872.508 €)	Total 2.300.388,84€	TdP - Programa de Intervenção do Turismo - Linha I POVT - Regulamento Específico Ações Inovadoras para o desenvolvimento urbano
	Município de Ourém				Em execução	Programa de Acção para a Regeneração Urbana de Fátima	Elegível 1.469.012,16€ Não reembolsável 476.525,71€	
	Município de Ourém				Em execução	Programa de Acção para a Regeneração Urbana de Fátima	Total 21.623.881,49€ Elegível 15.101.723,72€ Fundo 12.386.619,01€	MaisCentro - Regulamento: Parcerias para a Regeneração Urbana
7. Programa de Valorização do Tejo (VALTEJO II – CCDR)	CCDR-LVT Municípios	X	X	X		ARHTEjo promoveu trabalhos preparatórios para a valorização do Tejo. Ponderar no âmbito dos instrumentos de programação 2014-2020		CCDRLVT
8. Programa de protecção e valorização dos sítios arqueológicos (IGESPAR)	Direção-Geral do Património Cultural	X	X	X		O Departamento de Obras da DGPC (ex-IGESPAR) desconhece a situação desta medida (Inclui o Centro Mesolítico de Salvaterra de Magos).		Direção-Geral do Património Cultural
9. Programa de Apoio à instalação de rotas e percursos de interesse turístico	Município de Abrantes	X	X	X	Em execução (50,99%)	VQA: 4269 - Mercados do Tejo - Centro de Interpretação do Tejo (em execução - aguarda decisão); situação actual: Alterações em Análise Técnico-Financeira.	957.636,83 €	Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo
10. Programa de requalificação e equipamento de praias e de protecção das zonas de risco (monitorização e sinalização) - Concretização do POOC Alcobaça-Mafra	APA, IP (ex- Instituto da Água); Município das Caldas da Rainha; Município de Mafra	X	X		Em execução	Estabilização das Arribas do Forte de S. Miguel Arcanjo e das Praias de S. Bernadino e Areia Branca, Concelhos Peniche (33%); Lourinhã (18%); Nazaré (6%); Estabilização das Arribas das Praias da Nazaré, Consolação, Porto Novo, Formosa e Calada, Concelhos Torres Vedras (40%); Nazaré (20%); Peniche (20%); Requalificação das Arribas da Foz do Arelho - Minimização de Riscos - Concelho Caldas da Rainha; Dos totais de investimento apresentado pelo POVT foi calculada a quota que representa os Municípios da Região.	Total 9.468.432,03€ Elegível 9.462.864,35€ Fundo 9.167,774,06€	POVT - Regulamento: Combate à Erosão e Defesa Costeira
	Município de Torres Vedras				Em execução	AVL: 0538 -Implementação do POOC Alcobaça-Mafra - Requalificação da Ribeira da Estacada em Santa Cruz. (100% concluído) Este projecto está também englobado e identificado na medida 2 do Domínio ERPVA	Total 114.229,24€ Elegível 114.229,24€ Fundo 97.094,85€	MaisCentro - Regulamento: Acções de Valorização do Litoral
	APA, IP - ARHTEjo; Município de Torres Vedras					Concluídos os projetos de implementação do POOC Alcobaça-Mafra/Requalificação da Praia de Paredes da Vitória; Implementação do POOC Alcobaça-Mafra - Requalificação da Ribeira da Estacada em Santa Cruz. O projeto Requalificação da Ribeira da Estacada em Santa Cruz está também englobado e identificado na medida 2 do Domínio ERPVA.	NA	Candidatura caiu - rescindida. APA, IP - ARHTEjo

	APA, IP - ARH Tejo; CCDR-LVT; Municípios				A implementação dos Planos de Praia: Areia Sul, Peralta (Lourinhã), foi recalendarizada atendendo às prioridades definidas no Plano de Ação para Proteção e Valorização do Litoral (PAPVL) 2012-2015. A implementação do Plano de Praia Bom Sucesso-Lagoa (Óbidos) encontra-se concluída.	NA	APA, IP - ARH Tejo	
					Monitorização do Risco: Elaboração / Atualização do relatório de diagnóstico das principais situações de risco geomorfológico associadas aos fenómenos naturais costeiros	NA		
					Concluído o projeto de colocação de placas de sinalização de locais e áreas de risco no troço compreendido entre o limite sul da Praia da Vieira (Marinha Grande) e o Cabo Espichel (área sob jurisdição territorial da ARH do Tejo, I.P.) Na área do POOC Alcobaça – Mafra (concelhos PROT OVT) 479 Placas de Sinalização	NA		
11. Programa de apoio à construção e requalificação dos Parques de Campismo e Caravanismo municipais	Município de Abrantes	X	X	X	Em execução	Aquapolis - Centro de Acolhimento do Tejo (em execução)	Total 1.055.473,24€ Elegível 442.513,88€ Fundo 376.136,80€	Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo
12. Projecto Integrado de Dinamização, Valorização e Requalificação da Lagoa de Óbidos	Instituto da Água	X			Concluído	Dragagens e Defesa da Margem Sul da Lagoa de Óbidos - Intervenções de Emergência; Dragagens e Defesa da Margem Sul da Lagoa de Óbidos - 2ª Fase.	Total 2.397.015,66€ Elegível 2.392.052,61€ Fundo 2.392.052,61€	POVT - Regulamento: Combate à Erosão e Defesa Costeira
13. Programa de protecção e valorização do património cultural	Municípios				Execução não iniciada			Comunidade Intermunicipal da Lezíria do Tejo
	OesteCIM	X	X	X	Em execução	A OesteCIM encontra-se a desenvolver o projecto "Rota do Sagrado" o qual consiste no levantamento, em parceria com os 12 Municípios, e na georreferenciação, quer de Igrejas, quer de outros monumentos religiosos, para disponibilização no site da OesteCIM e sites municipais. Este projecto será integrado numa estratégia que a OesteCIM pretende vir a desenvolver, a curto prazo, e que permitirá a identificação e valorização do património imaterial e material, construído e natural.	NA	OesteCIM - Dados reportados para o 1º Relatório de Monitorização
	CIMT; Municípios de Ourém; Torres Novas				Em execução	Afirmção Territorial do Médio Tejo; Readaptação da Casa do Administrador a Núcleo Museológico; Remodelação do Convento do Carmo	Total 5.634.373,72€ Elegível 5.575.140,25€ Fundo 4.738.869,21€	MaisCentro - Regulamentos: Promoção e Capacitação Institucional; Rede de Equipamentos Culturais ; Património Cultural/ Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo
14. Museu Ferroviário (Entroncamento)	Fundação Museu Nacional Ferroviário Armando Ginestal Machado	X	X		Em execução	Passeios presidenciais: viagens turísticas em comboio histórico; Museu Nacional Ferroviário - Requalificação do Armazém de Viveres	Total 3.919.272,8€ Elegível 3.476.613,8€ Não reembolsável 793.300,1€	TdP - Programa de Intervenção do Turismo - Linha I

DOMÍNIO: AGRICULTURA E FLORESTAS

DESIGNAÇÃO DO PROJECTO/ACÇÃO	ENTIDADE(S) RESPONSÁVEL(EIS)	Prioridades			Execução	OBSERVAÇÕES	Investimento	Fonte
		1	2	3				
1. Desenvolvimento do Regadio	MAM/DGADR	X	X			Prossecução e conclusão dos Aproveitamentos com obras em curso		DGADR
2. Sustentabilidade dos Regadios Públicos	MAM/DGADR	X	X		Em Execução	Promoção de uso mais eficiente dos recursos hidroagrícolas no âmbito dos perímetros públicos já existentes	9.320.000 €	DGADR / SI PRODER / Projetos Aprovados
3. Modernização dos Regadios Colectivos Tradicionais	MAM/DGADR	X	X			Apoios para a preservação de sistemas tradicionais de rega de elevado interesse económico, social e ambiental		DGADR
4. Projectos Estruturantes	MAM/DGADR	X	X		Em Execução	Dirigidos para a melhoria da acessibilidade viária e da rede eléctrica e ainda para a requalificação ambiental através de soluções colectivas na área dos efluentes agro-pecuários e agro-industriais.	866.000 €	DGADR / SI PRODER / Projetos Aprovados
5. Implementação do PROLUMP (Programa Nacional de Luta contra o Nemátodo da Madeira do Pinheiro)	ICNF	X				Implementar as medidas e acções do PROLUMP		ICNF
6. Implementação das Redes Regionais de DFCI (Defesa da Floresta Contra Incêndios)	ICNF	X	X			Implementar o Sistema Nacional de DFCI estabelecido no DL nº 124/2006		ICNF
7. Promoção do desenvolvimento das matas modelos e das suas funções, na área do PROT OVT	ICNF		X			Desenvolver e promover as práticas correctas de gestão florestal e aplicação de novos conhecimentos e tecnologias		ICNF
8. Incentivar a gestão florestal sustentável e responder às exigências do mercado - certificação florestal	ICNF		X			Experimentação à grande escala de gestão florestal sustentável		ICNF

SISTEMA AMBIENTAL
DOMÍNIO: ERPVA/ CONSERVAÇÃO DA NATUREZA E DA BIODIVERSIDADE

DESIGNAÇÃO DO PROJECTO/ACÇÃO	ENTIDADE(S) RESPONSÁVEL(EIS)	Prioridades			Execução	OBSERVAÇÕES	Investimento	Fonte
		1	2	3				
1. Elaboração do estudo de valorização da faixa costeira	CCDR; OesteCIM	X			Execução não iniciada	Está programada a tarefa de atualização dos Padrões de Ocupação de Solo, que deverá servir de base à concretização de estudos neste domínio.		CCDRLVT
2. Requalificação urbanística e paisagística das áreas edificadas da faixa costeira	Municípios de Caldas da Rainha, Óbidos e Torres Vedras	X			0498 - 100%; 0538 - concluído 1866 - Concluído	AVL: 0498 - Requalificação da Praia de Salir do Porto; AVL: 1866 - Plano de Praia do Bom Sucesso - Lagoa de Óbidos; AVL: 0538 - Implementação do POOC Alcobaça-Mafra - Requalificação da Ribeira da Estacada em Santa Cruz. O projecto do POOC Alcobaça-Mafra está também identificado na medida 10 do Domínio Turismo, Lazer e Cultura.	Total 875.924,12€ Elegível 828.815,97€ Fundo 704.493,58€	MaisCentro - Regulamento: Acções de Valorização do Litoral
3. Implementação e Gestão da ERPVA	CCDR/ Municípios			X				
4. Delimitação, valorização e Gestão das áreas de paisagem notável	Municípios de Abrantes; Constância; Entroncamento; Ourém		X		3234: 100%; 3557: 82,25%; 3373: 98,28%; 1314: 99,95%; 3823: 90,98%	VQA: 3234 - Aquapolis - Margem Sul - 1ª Fase - Parque Ribeirinho de Abrantes; VQA: 3557 - Parque Ambiental de Santa Margarida - 2ª Fase - Melhor Funcionalidade; VQA: 3373 - Requalificação do Parque Verde do Bonito - 1ª Fase; VQA: 1314 - Requalificação do Agroal; VQA: 3373 - Requalificação do Agroal - 2ª fase	Total 5.593.768,03€ Elegível 5.310.743,44€ Fundo 4.445.508,81€	MaisCentro - Regulamento: Acções de Valorização e Qualificação Ambiental; Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo
5. Ordenamento e gestão do Sistema Nacional de Áreas Classificadas	ICNB/CCDR			X				Elaboração de planos de ordenamento e/ou gestão, em particular de áreas da Rede Natura 2000 e outras áreas classificadas
6. Concretização e gestão de áreas protegidas de âmbito regional e local	Municípios /ICNF/CCDR		X		Em execução	A Serra do Socorro e Archeira (Torres Vedras) foi classificada como Área Protegida Local (Edital n.º 64/2012, DR. 2.ª série - N.º 12 - 17/01/2012). Ver mais informação no Indicador43		CCDRLVT
7. Recuperação integrada de áreas de extracção de inertes e outras áreas degradadas	DRLVT-MEI/ Municípios		X			Na região foram identificadas duas áreas prioritárias de intervenção para recuperação integrada de áreas de extracção de inertes: Alenquer e Serra de Aire e Candeeiros. No caso de Alenquer estão a decorrer Estudos de Impacte Ambiental de cada uma das explorações (4 com DIA emitida), no caso da Serra de Aire e Candeeiros foi elaborado estudo integrado estando a decorrer os respetivos processos de adaptação.		CCDRLVT
8. Apoio à manutenção de paisagens agrícolas e florestais de elevado valor ecológico	MAM/DGADR	X						DGADR

9. Elaboração e concretização de Planos de Região Hidrográfica	APA, IP - ARHTejo	X			<p>Em execução</p> <p><u>Ponto de situação do Projeto:</u> Está concluída a elaboração da versão final do Plano de Gestão da Região Hidrográfica do Tejo e Plano das Bacias Hidrográficas das Ribeiras do Oeste que inclui os relatórios a enviar à Comissão Europeia e o documento para publicação em Diário da República. Estão em curso os trabalhos contratuais relativos a estudos piloto de implementação de medidas seleccionadas. <u>Projeto Planos:</u> Inclui os documentos relativos ao Plano de Gestão da Região Hidrográfica do Tejo e Plano das Bacias Hidrográficas das Ribeiras do Oeste. Desenvolvimento dos processos respectivos de AAE e de Participação Pública. Realização de campanhas de monitorização para avaliação do estado das massas de água. Realização de Estudos-piloto para as águas superficiais e para as águas subterrâneas. <u>Elaboração das versões finais dos Planos para aprovação.</u> <u>Calendário de elaboração:</u> O processo teve início com a abertura de concurso público em Agosto de 2009. Os trabalhos tiveram início em Maio de 2010. Início da consulta pública do PGRH Tejo - Agosto de 2011. Início da consulta pública do PBH RO - Novembro de 2011.</p>	NA	APA, IP - ARHTejo
10. Reabilitação e valorização da rede hidrográfica e das margens (recuperação da qualidade ecológica)	APA, IP - ARHTejo		X		<p>Em execução</p> <p>Foi submetida ao POR CENTRO e ao Fundo de Protecção dos Recursos Hídricos a intenção de realização de projectos para a requalificação do Rio Alcoa, nos concelhos da Nazaré e Alcobaça e Rio Grande, no concelho da Lourinhã. Transitado POVT</p>	NA	APA, IP - ARHTejo
11. Tratamento Ambiental e Paisagístico das linhas de água em áreas edificadas	Municípios	X			<p>Execução não iniciada</p>		Comunidade Intermunicipal da Lezíria do Tejo
12. Elaboração de estudos para a concretização dos corredores ecológicos estruturantes terrestres	CCDRLVT	X			<p>Executado</p> <p>Foi elaborada em 2013 a atualização dos Padrões de Ocupação de Solo, que contribui para os estudos de desenvolvimento neste domínio no âmbito das revisões dos PDM e planos especiais.</p>		CCDRLVT

DOMÍNIO: RECURSOS HÍDRICOS/ ABASTECIMENTO DE ÁGUA /SANEAMENTO DE ÁGUAS RESIDUAIS/ RESÍDUOS SÓLIDOS

DESIGNAÇÃO DO PROJECTO/ACÇÃO	ENTIDADE(S) RESPONSÁVEL(EIS)	Prioridades			Execução	OBSERVAÇÕES	Investimento	Fonte
		1	2	3				
1. Estabelecimento do Programa de Acção para a zona vulnerável 5 (Zona Vulnerável do Tejo)	MAMAOT; APA, IP - ARHTejo	X			Executado	O Programa de Acção da Zona Vulnerável do Tejo encontra-se publicado em Diário da República, através da Portaria n.º 259/2012, de 29 de agosto.	NA	APA, IP - ARHTejo
2. Controlo do estado das zonas sensíveis 11, 12 e 13, respectivamente, Nabão, Tejo/Vala de Alpiarça e Lagoa de Óbidos	APA, IP - ARHTejo	X	X	X				

3. Elaboração e implementação de um Plano Estratégico de Despoluição dos Efluentes das Suiniculturas	TREVOESTE	X			Execução não iniciada	Não teve desenvolvimento.		APA, IP - ARHTejo
4. Execução das obras dos Planos Directores de Baixa (águas e esgotos)	Municípios do Sardoal; Tomar	X	X	X	Em execução	Saneamento Básico nas Freguesias de Alcaravela e Valhascos (1ª Fase_A); Construção dos Sistemas Públicos de Distribuição de Água (ZA.01.04) e Drenagem de Águas Residuais Domésticas (TO.04.01) da Pedreira. Estas operações transitaram para o POVT no âmbito da Reprogramação Estratégica do QREN, aprovada em 2012, que previu a transição de todas as operações aprovadas nos POR para o POVT, no âmbito deste Regulamento Específico. A operação Saneamento Básico nas Freguesias de Alcaravela e Valhascos (1ª Fase_A), da responsabilidade do Município do Sardoal encontra-se concluída.	Total 1.138.329,64€ Elegível 999.356,93€ Fundo 849.453,39€	POVT - Regulamento: Ciclo Urbano da Água - vertente em baixa - modelo não verticalizado
5. Elaboração de estudos de viabilidade da aplicação de águas residuais depuradas em usos compatíveis, na Lezíria e Médio Tejo	Municípios; Concessionários	X				Aferir com o setor o reporte de informação e eventual alteração de política.		
6. Execução das obras decorrentes do estudo de aplicação de águas residuais depuradas em usos compatíveis, no Oeste	Águas do Oeste	X	X	X		Aferir com o setor o reporte de informação e eventual alteração de política.		
7. Elaboração e implementação de um Programa de Controlo de Perdas de Água nos sistemas em baixa	CCDR-LVT; Municípios	X				Aferir com o setor o reporte de informação e eventual alteração de política.		
8. Criação e funcionamento de "Agências de Água" nas NUTS III		X	X	X		As ARH entram em funcionamento em Outubro de 2008, passando a assegurar as funções previstas para as agências da Água.		
9. Elaboração e implementação de um programa de medidas de protecção do aquífero da margem esquerda do Tejo	APA, IP - ARHTejo	X	X	X	Em execução	O Programa de Medidas do Plano de Gestão da Região Hidrográfica do Tejo, engloba, entre outras, medidas de protecção para a massa de água subterrânea da bacia do Tejo-Sado / Margem Esquerda.	NA	APA, IP - ARHTejo
10. Elaboração e implementação de um programa de medidas de protecção dos restantes aquíferos da Região do OVT	APA, IP - ARHTejo	X	X	X	Em execução	Os Programas de Medidas do Plano de Gestão da Região Hidrográfica do Tejo e do Plano de Bacia Hidrográfica das Ribeiras do Oeste, englobam, entre outras, medidas de protecção para as restantes massas de água subterrânea da Região do OVT.	NA	APA, IP - ARHTejo
11. Reforço da recolha selectiva multi-material (resíduos sólidos)		X	X			Directiva "Embalagens" (Ecopontos; Centros de Triagem; Viaturas; tec.)		

12. Construção de instalações para a valorização orgânica dos resíduos orgânicos no Oeste	RESIOESTE	X				Directiva "Aterros". A RESIOESTE e a VALORLIS vão partilhar a infraestrutura de TMB da VALORLIS que está em construção com financiamento pelo FC II		
13. Construção de instalações para a valorização orgânica dos resíduos orgânicos na Lezíria/Médio Tejo	RESITEJO	X	X			Em execução Foi lançado concurso para a Central (Tratamento Mecânico Biológico). Adjudicado em 28 de maio e contrato de 16 de julho tem um prazo de execução de 300 dias. Fontes de financiamento: QREN; RESITEJO	16.000.000 €	Comunidade Intermunicipal da Lezíria do Tejo

DOMÍNIO: ENERGIA

DESIGNAÇÃO DO PROJECTO/ACÇÃO	ENTIDADE(S) RESPONSÁVEL(EIS)	Prioridades			Execução	OBSERVAÇÕES	Investimento	Fonte
		1	2	3				
1. Criação e funcionamento da Agência Regional de Energia no Médio Tejo	Médio Tejo 21	X	X		Executado	Agência Regional de Energia e Ambiente da Região do Médio Tejo e do Pinhal Interior Sul	NA	Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo
2. Criação e funcionamento da Agência Regional de Energia na Lezíria do Tejo	CIMLT	X	X		Execução não iniciada			Comunidade Intermunicipal da Lezíria do Tejo
3. Criação e funcionamento da Agência Regional de Energia no Oeste	OesteSustentável	X	X		Executado	A OesteCIM constituiu a Agência Regional de Energia e Ambiente do Oeste (OesteSustentável) em Fevereiro de 2010, tendo apresentado uma candidatura para a sua criação ao Programa Europa Energia Inteligente (IEE Programme) em 2007.	NA	OesteCIM - Dados reportados para o 1º Relatório de Monitorização
4. Desenvolvimento da metodologia de monitorização do desempenho energético-ambiental	CIMLT				Execução não iniciada			Comunidade Intermunicipal da Lezíria do Tejo
	Município de Tomar	X			100%	ENE: 2457 -Operação: Tomar Natural - Sistema de Gestão Energética	Total 51.814,04€ Elegível 51.814,04€ Fundo 44.041,93€	MaisCentro - Regulamento: Energia
	OesteSustentável				Em execução	A OesteSustentável está a elaborar a Matriz Energética e irá, posteriormente, elaborar o Plano Regional de Acção para a Sustentabilidade Energética.	NA	OesteCIM - Dados reportados para o 1º Relatório de Monitorização
5. Realização de um estudo relativo às necessidades de evolução da rede eléctrica para integração dos potenciais de Energias distribuídas (Eólica, Biomassa, Biogás, Ondas e PV)	REN; CCDRLVT		X			A concertar com as Agências de Energia		
6. Programa de apoio a auditorias e a projectos de reabilitação e certificação energética de edifícios públicos na CIMT	CIMT; CCDRLVT		X	X	Execução não iniciada	Região: Médio Tejo		Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo

7. Programa de apoio a auditorias e a projectos de reabilitação e certificação energética de edifícios públicos na CIMLT	CIMLT; CCDRLVT	X	X	Execução não iniciada	Região:Lezíria do Tejo		Comunidade Intermunicipal da Lezíria do Tejo
8. Programa de apoio a auditorias e a projectos de reabilitação e certificação energética de edifícios públicos na OesteSustentável	OesteSustentável; CCDRLVT	X	X		Região: Oeste		
9. Programa de apoio a auditorias, reabilitação e certificação energética de edifícios privados de serviços na CIMT	CIMT; CCDRLVT	X	X	Execução não iniciada	Região: Médio Tejo		Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo
10. Programa de apoio a auditorias, reabilitação e certificação energética de edifícios privados de serviços na CIMLT	CIMLT; CCDRLVT	X	X	Execução não iniciada	Região:Lezíria do Tejo		Comunidade Intermunicipal da Lezíria do Tejo
11. Programa de apoio a auditorias, reabilitação e certificação energética de edifícios privados de serviços na OesteSustentável	OesteSustentável; CCDRLVT	X	X		Região: Oeste		
12. Apoio ao Projecto Integrado de Energia do Novo Aeroporto de Lisboa	NAER; CCDRLVT	X			Esta acção deve ser ponderada e interpretada em função do contexto atual e das decisões que venham a ser tomadas sobre grandes infraestruturas.		
13. Programa de Água Quente Solar e de qualidade da gestão energético-ambiental para Piscinas	Agências de Energia / CIM	X	X	Execução não iniciada	O município da Golegã e de Coruche têm projecto executado neste âmbito.		Comunidade Intermunicipal da Lezíria do Tejo
							Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo
14. Programa de promoção e qualificação de equipamentos de aquecimento a biomassa-pellets	Agências de Energia / ComUrbs / AM's		X				
15. Programa de apoio ao isolamento térmico em edifícios residenciais com mais de 5 anos.	Agências de Energia / ComUrbs / AM's		X				
16. Programa de incentivo ao uso do gás em usos de energia-calor, isto é, reconversão de electricidade para gás na cozinha e para aquecimento e/ou apoio do aquecimento solar de águas quentes sanitárias.	Agências de Energia / ComUrbs / AM's		X				

17. Programa de fomento à intermodalidade nos transportes: Interfaces e parques de estacionamento favorecendo o transporte colectivo.	Agências de Energia / CIM	X	Execução não iniciada	Em complemento do Programa de Transportes e Mobilidade	Comunidade Intermunicipal da Lezíria do Tejo
					Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo

DOMÍNIO: RISCOS E PROTECÇÃO CIVIL

DESIGNAÇÃO DO PROJECTO/ACÇÃO	ENTIDADE(S) RESPONSÁVEL(EIS)	Prioridades			Execução	OBSERVAÇÕES	Investimento	Fonte
		1	2	3				
1. Avaliação do estado de segurança estrutural anti-sísmica de estruturas e infra-estruturas vitais nas áreas de perigosidade sísmica elevada, e elaboração e implementação de um programa de medidas de reforço estrutural.	Administração Central	X	X		Em execução	É do conhecimento da ANPC a existência de um Programa de reforço sísmico para os Hospitais de Lisboa - Localização: Oeste Interior Sul; Eixo Ribeirinho - Azambuja	NA	ANPC
						No âmbito da "Parque Escolar " foi do conhecimento da ANPC que a melhoria dos edifícios escolares considerou a implementação de medidas de reforço sísmico - Localização: Santarém; Lezíria do Tejo; Eixo Ribeirinho - Alpiarça		
						Até 15 de outubro 2014 a ANPC produz um relatório de avaliação do nível de risco dos edifícios de proteção civil afetos à ANPC, incluindo a vulnerabilidade sísmica, tendo em conta a ocupação humana, características dos edifícios e da envolvente . Após essa avaliação serão propostos programas de minimização destes riscos a constar do plano de atividades de 2015 - Localização: S. Magos; Eixo Ribeirinho Benavente; Vale do Sorraia		
2. Inventariação do estado de conservação dos diques de defesa contra as cheias no vale do Tejo e estabelecimento de um programa para a sua recuperação.	APA, IP - ARHTEjo		X		Em execução	Lezíria do Tejo – Existem 22 diques para recuperar. 6 já com projecto aprovado para obra.	NA	APA, IP - ARHTEjo

<p>3. Execução de obras de correcção torrencial e regularização fluvial, sustentadas por análise de custo-benefício e com prioridade para as situações de risco classificadas como inaceitáveis.</p>	<p>APA, IP - ARHTejo</p>	<p>X</p>	<p>X</p>		<p>Em execução</p>	<p>Zona Oeste e Médio Tejo. Os seguintes projetos encontram-se concluídos: 1. Limpeza do rio Alenquer entre Alenquer e a A1; 2. Obras de emergência de estabilização da margem do Tejo no Lezirão - Azambuja; 3. Reparação de rombo na margem esquerda do rio Tejo em Alvega; 4. Reparação de rombo na margem esquerda do canal da Azambuja a montante da ponte da Azambuja; 5. Reparação da ponte do Bandarra em Alenquer. Os seguintes projetos estão em fase de lançamento de procedimento para concurso: 1. Canal da Azambuja - Porta de água; 2. Rombo e porta de água junto à base aérea de Alverca; 3. Reparação de 2 rombos na margem direita do canal da Azambuja; 4. Limpeza do rio da Silveira junto à OGMA; 5. Regularização da foz da ribeira de Rio de Moinhos.</p>		<p>APA, IP - ARHTejo</p>
<p>4. Avaliação das situações de ocupação da zona costeira desconformes com a legislação aplicável, e reposição da respectiva legalidade.</p>	<p>Administração Central; Municípios</p>	<p>X</p>			<p>Em execução</p>	<p>As acções de reposição da legalidade no litoral são coordenadas pela Estrutura de Projecto de Apoio à Reposição da Legalidade (EPRL) no âmbito do Sistema de Apoio à Reposição da Legalidade (SIARL). O SIARL é um sistema de informação interactivo dirigido para apoio ao planeamento e gestão do litoral, que permite uma visão global e local suportado em informação geográfica, que promove a integração de organismos e utilizadores e favorece a permanente actualização do conhecimento sobre as dinâmicas costeiras. Os principais objectivos deste sistema são: incrementar o conhecimento sobre o território; sistematizar e disponibilizar informação; racionalizar e evitar redundância; favorecer a articulação e interacção entre organismos e utilizadores; e melhorar a eficiência e capacidade de resposta. Encontram-se executadas 22 acções de reposição da legalidade. Não foi reportada informação para o ano de 2012.</p>	<p>3.400.000 €</p>	<p>APA, IP - ARHTejo</p>
<p>5. Implementação, na zona costeira e nas zonas ameaçadas por cheias, de programas específicos de análise, concepção, relocalização e construção de equipamentos e infraestruturas, sempre que as condições de segurança relacionadas com a erosão litoral e com cheias determinem a demolição das actuais.</p>	<p>Administração Central; Municípios</p>		<p>x</p>	<p>x</p>		<p>Região: Oeste Litoral Norte; Oeste Litoral Sul</p>		

<p>6. Elaboração de estudos e de cartografia para a delimitação, em sede de PMOT, as áreas sujeitas a inundação (distinguindo as provocadas por cheia progressiva e/ou por cheia rápida), as áreas sujeitas ao perigo de instabilidade de vertentes e as áreas sujeitas aos perigos de erosão litoral e de tsunami, estabelecendo os respectivos usos compatíveis.</p>	Municípios	X	X	X	Em execução	<p>A ARH do Tejo, no âmbito do acompanhamento dos PMOT abaixo indicado, solicitou já estes elementos: Abrantes; Alcanena, Alcobaça, Alenquer, Almeirim, Alpiarça, Arruda dos Vinhos, Azambuja, Benavente, Bombarral Caldas da Rainha, Cartaxo, Chamusca, Constância, Coruche, Entroncamento, Ferreira do Zêzere, Golegã, Lourinhã, Nazaré, Óbidos, Ourém, Peniche, Rio Maior, Salvaterra de Magos, Santarém, Sardoal, Tomar, Torres Novas, Torres Vedras, Vila Nova da Barquinha.</p>		APA, IP - ARH Tejo
<p>7. Identificação dos locais de instabilidade de vertentes responsáveis por situações de risco declarado em áreas urbanas consolidadas ou em consolidação e definição e implementação das medidas para a sua estabilização.</p>	Municípios	X	X		Execução não iniciada	<p>Inclui a estabilização das Barreiras de Santarém em 1ª Prioridade</p>		Comunidade Intermunicipal da Lezíria do Tejo
<p>8. Implementação de um sistema de alerta para situação de cheia rápida na Região OVT.</p>	Administração Central	X	X	X	Execução não iniciada			
<p>9. Implementação de um sistema de localização em tempo real associado ao transporte rodoviário de matérias perigosas, de forma a permitir o conhecimento dos trajectos e horários de circulação dos respectivos veículos, assim como das substâncias transportadas.</p>	ANPC	X			Executado	<p>Despacho n.º 12160/2012 de 7 de setembro, da Autoridade Nacional de Proteção Civil relativo aos relatórios de acidentes no transporte rodoviário e ferroviário de mercadorias perigosas, concretizando o tipo/ modelo de relatório de acidentes com transporte de matérias perigosas.</p>		ANPC
					Em execução	<p>No âmbito da participação das CS e das CA, a ANPC nos PMOT recomenda que sejam introduzidos nos respetivos regulamentos medidas restritivas de circulação de transporte terrestre e também de estacionamento fora dos parques destinados a tal fim. No âmbito da participação da ANPC nos processos de AIA, têm sido acauteladas algumas posições; o caso concreto do centro de valorização/tratamento dos resíduos hospitalares e industriais que prevê a instalação de uma Incineradora para os resíduos perigosos do grupo III e IV, nos quais são propostas recomendações relativas à garantia das acessibilidades</p>		

<p>10. Estabelecimento e implementação de um programa de promoção de uma cultura de risco, sustentada na informação, conhecimento e preparação da população, no que respeita aos riscos que afectam o território, com uma forte aposta na educação nos primeiros níveis de escolaridade.</p>	ANPC	X	X	X	Em execução	<p>Exercício Público "Terramoto 24.11" (2011) -Em parceria com a Associação de voluntariado de proteção civil REDE, foi um projeto de âmbito Nacional; Seminário Internacional "Despertar Consciências / Activar Comportamentos" (2011)- em parceria com a EDP; Clube de Protecção Civil - Anual, em parceria com o Ministério da Educação, Governos Cívicos e SMPC; Sessões de sensibilização nas Universidades Sénior - Em parceria com a RUTIS; Livro Digital "Nós e os Riscos" (2011) - Edição da ANPC; Sessões de sensibilização nas Bibliotecas Públicas do país - DGLAB; Seminário "Protecção Civil: Cidadania e Governação" (2012) - Em parceria com a EDP; Revista PROCIV (Anual) - Publicação mensal da Revista; Coleção de Folhetos (Anual) - Publicação da ANPC; Participação na Campanha "Portugal sem Fogos Depende de todos" (Anual) - em parceria do MAI e do MAMAOT.Exercício Público "TerraTreme" (2013) em parceria com associações de voluntariado; Formação de professores – Curso Geral de Protecção Civil (2-5 set 2013)</p>		ANPC
<p>11. Revisão dos Planos de emergência municipais, articulando-os com os PMOT nas questões com relevância territorial.</p>	Municípios	X	X		Em execução	<p>Falta a cartografia de risco em todos, não se encontra nenhum aprovado.</p>		Comunidade Intermunicipal da Lezíria do Tejo

SISTEMA DE MOBILIDADE

DOMÍNIO: TRANSPORTES E MOBILIDADE

DESIGNAÇÃO DO PROJETO/AÇÃO	ENTIDADE(S) RESPONSÁVEL(EIS)	Prioridades			Execução	OBSERVAÇÕES	Investimento	Fonte
		1	2	3				
1. Realização de um Inquérito Geral à Mobilidade Regional	CIMLT				Execução não iniciada			Comunidade Intermunicipal da Lezíria do Tejo
	OesteCIM	X			Em execução	Em 2008, foi elaborado para a ex-AMO, o "Estudo de Acessibilidades, Mobilidade e Transportes nos Concelhos da associação de Municípios do Oeste", do qual constou um Diagnóstico Multimodal (para o qual contribuíram os inquéritos efectuados) que surgiu com base na análise dos fluxos e repartição modal dos movimentos pendulares no interior da Região Oeste e para o exterior, bem como da avaliação da rede viária e do transporte público, ao nível da oferta, procura e do serviço prestado.	NA	OesteCIM - Dados reportados para o 1º Relatório de Monitorização
2. Elaboração de um Plano Regional de Mobilidade e Transportes para o território do OVT	CTTM / CIM	X			Execução não iniciada	Ponderar no âmbito da CTTM		CDDRLVT
3. Elaboração de Planos de Mobilidade Urbana e Interurbana (deslocações), para aglomerados ou conjuntos de aglomerados com mais de 10.000 habitantes e 100	Municípios	X	X		Em execução	Em 2003 foi elaborado o Estudo Integrado da Mobilidade e Sistema de Transportes nos Concelhos da Lezíria do Tejo, que permitiu conhecer com maior rigor a realidade da sub-região da Lezíria no que respeita à mobilidade e acessibilidades rodoviárias. Encontra-se a ser iniciada a elaboração dos Planos Municipais de Segurança Rodoviária. Fontes de financiamento: QREN; Municípios	NA	Comunidade Intermunicipal da Lezíria do Tejo

trabalhadores	CIMT				Estudo da Rede de Transportes e do Serviço de Transporte a Pedido (202.335€), inserido no projeto Melhoria da Mobilidade que prevê a implementação experimental de um serviço de transporte a pedido - custos em análise.	201.043,50 €	Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo
	Município de Ourém				Gestão Integrada da Mobilidade da Cova da Iria	Total 1.545.950€	TdP - Programa de Intervenção do Turismo - Linha I
						Elegível 716.441,6€	
	OesteCIM				No âmbito do "Estudo de Acessibilidades, Mobilidade e Transportes nos Concelhos da associação de Municípios do Oeste" de 2008 da ex-AMO, o qual foi elaborado tendo presente as orientações do PROT-OVT e com os contributos do IMTT/REFER/RAVE e Operadores de Transportes Rodoviários do Oeste decorrentes das reuniões conjuntas, foi proposto a estrutura de um Conceito Multimodal para a mobilidade, acessibilidades e transportes na Região Oeste. Não decorreram Planos do referido Estudo.	NA	OesteCIM - Dados reportados para o 1º Relatório de Monitorização
4. Elaboração de Planos/Projectos de criação e ordenamento de Interfaces Rodo-Ferrovíários e respectivas acessibilidades tendo em conta as barreiras físicas	OesteCIM	X	X		No âmbito do "Estudo de Acessibilidades, Mobilidade e Transportes nos Concelhos da associação de Municípios do Oeste" de 2008 da ex-AMO, o qual foi elaborado tendo presente as orientações do PROT-OVT e com os contributos do IMTT/REFER/RAVE e Operadores de Transportes Rodoviários do Oeste decorrentes das reuniões conjuntas, foi proposto a estrutura de um Conceito Multimodal para a mobilidade, acessibilidades e transportes na Região Oeste. Não decorreram Planos do referido Estudo.	NA	OesteCIM - Dados reportados para o 1º Relatório de Monitorização
5. Conclusão dos IC* em conformidade com o PRN, nomeadamente:	IMT/EP				* Os lanços do IC9 Nazaré-Ataíja(EN1) e Ourém-Batalha estão incluídos na Subconcessão Litoral Oeste, cujo concurso público foi recentemente lançado		
5.1. IC3: Almeirim - Chanusca - Atalaia (IP6/A23)	IMT/EP	X			Por indicação do IMT, foram alteradas as designações dos sublanços dos IC's constantes do Programa de Execução do PROT OVT, por forma a estar em conformidade com o PRN e com as designações a constar da futura rede,	N.A.	IMT/EP
5.2. IC3: Alcochete - Stº Estevão (A13/IC3 x IC11)	IMT/EP	X		Execução não iniciada			
5.3. IC11: Enxara (A8) - Carregado (IC1/A8-IC2/A10)	IMT/EP	X		Execução não iniciada			
5.4. IC13: Stº Estevão (A13) - Coruche	IMT/EP	X		Execução não iniciada			
5.5. IC2: Alenquer - Venda das Raparigas	IMT/EP	X		Execução não iniciada			
5.6. IC2: Venda Raparigas - S. Jorge	IMT/EP		X	Execução não iniciada			
5.7. IC9: Abrantes - Ponte Sôr (IP6/A23-IC13)	IMT/EP	X		Execução não iniciada			
5.8. IC10 Santarém (IP1/A1) - Santarém (IC10)	IMT/EP		X	Execução não iniciada			
5.9. IC11: Peniche - Torres Vedras (IC1/A8)	IMT/EP	X	X	Execução não iniciada			
5.10. IC3: Ferreira Zêzere - Alvaiázere	IMT/EP	X		Executado			

5.11. IC10: Almeirim - Coruche	IMT/EP			X				IMT/EP
5.12. IC10: Coruche - Montemor-o-Novo	IMT/EP			X				IMT/EP
5.13. IC13: Coruche - Mora	IMT/EP			X				IMT/EP
6 Concretização do Programa Nacional de Variantes e Circulares Urbanas na Região	IMT/EP			X				
7. Elaboração e concretização de um Programa Regional de intervenções para diminuição sinistralidade elevada	Município do Entroncamento	X	X	X	Em execução	ESEER - Escola de Segurança e Educação Rodoviária	Total 356.332,64€ Elegível 322.700,85€ Fundo 274.295,72€	MaisCentro - Regulamento: Mobilidade Territorial/ Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo
8. Concretização de um Programa de Conservação da Rede Rodoviária supra municipal	Concessionárias	X	X	X		O Programa deve incluir as estradas que no PRN são classificadas como Nacionais ou Regionais. Ponderar no âmbito da CTTM		
9. Construção da Variante da Linha do Norte a Santarém	REFER	X	X		Em execução	Projecto de execução e RECAPE concluídos e aprovados; foi solicitada reserva de canal em sede de PDM.	NA	REFER
10. Modernização da Linha do Oeste	REFER	X			Execução não iniciada	Foi submetido à aprovação da tutela o Dossier de Decisão do projecto de modernização da Linha do Oeste, em Abril de 2010. De acordo com as orientações do PET, apenas se perspectiva, no curto/médio prazo, investimento em sistemas de sinalização e telecomunicações nos troços Meleças/Caldas e Louriçal/Figueira da Foz e ramal de Alfarelos.	NA	REFER
11. Ligação da Linha do Oeste à Linha do Norte e à Linha de AV Lisboa-Porto: Corredor Transversal Caldas da Rainha-Rio Maior-Santarém	REFER	X	X		Execução não iniciada	Foram realizados estudos de mercado e estudos técnico-económicos, tendo-se concluído que o investimento não é rentável nem do ponto de vista financeiro nem do ponto de vista económico. Colocou-se à consideração da tutela a decisão de investimento, em Julho de 2010.	NA	REFER
12. Realização de um estudo de viabilidade da ligação da Linha do Norte (Cartaxo/Santarém) ao NAL	REFER	X			Executado	Foram realizados estudos de mercado e técnico-económicos, tendo-se concluído que o investimento não é rentável nem do ponto de vista financeiro nem do ponto de vista económico. Colocou-se à consideração da tutela a decisão de investimento, em Dezembro de 2009.	NA	REFER
13. Realização de um estudo de viabilidade da ligação da Linha do Oeste à Linha do Norte (Leiria-Tomar)	CCDRLVT; REFER	X			Execução não iniciada	A REFER não prevê a realização deste estudo de viabilidade.	NA	REFER
14. Realização de um estudo de viabilidade da ligação directa da Linha do Oeste a Lisboa	REFER	X			Executado	Foi concluído em Maio de 2009, um estudo preliminar do eixo pesado Malveira/Loures/Lisboa, concluindo-se que uma ligação ferroviária pesada não seria a solução mais adequada.	NA	REFER
15. Estudo e definição das acessibilidades ferroviárias ao NAL /CTA	REFER	X	X		Executado	Estudo Prévio das ligações ferroviárias realizado no âmbito do projecto AV.	NA	REFER

Anexo 5 – Avaliação e Controlo Ambiental do PROT OVT – Oportunidades e Riscos por Fator Crítico para a Decisão

As principais preocupações da AA expressas em oportunidades e riscos, por Fator Crítico para a Decisão (FCD), relacionam-se quer com as opções estratégicas do PROT, quer com a situação de referência do território, destacando-se os seguintes aspetos:

FCD 1 – Recursos Naturais e culturais

- Oportunidade relacionada com a recente prática de requalificação e valorização urbana dos centros históricos
- Oportunidade na valorização económica dos recursos naturais existentes, numa perspetiva de multifuncionalidade
- Risco de aumento de artificialização do solo e de extensificação do aproveitamento do solo com atividades de exploração intensiva
- Risco associado ao aumento dos usos consumidores de água superficial e subterrânea (atividades agrícolas de regadio e turísticas)
- Ameaças à conservação da natureza e biodiversidade pela crescente perda do carácter rural do território e pelo aumento desordenado e desconcentrado da área edificada

FCD 2 – Energia

- Oportunidade no aproveitamento de recursos energéticos endógenos (fileira agro-florestal e energia eólica);
- Oportunidade na implementação de medidas de eficiência energética supramunicipais
- Oportunidade na diminuição das emissões de CO₂ por incremento da multimodalidade e aposta na ferrovia.
- Preocupação com o consumo primário de energia com valores elevados nas atividades de logística e no parque edificado
- Riscos de aumento de consumo energético devido à artificialização do solo que, se não forem compensados por uma grande eficiência, podem fazer disparar as intensidades energéticas.
- Risco de aumento de emissões carbónicas devido a práticas de pecuária intensiva, e ao aumento potencial do uso de transporte rodoviário

FCD 3 – Qualidade do Ambiente

- Oportunidade para otimizar os sistemas de tratamento de águas residuais e valorização de resíduos sólidos, através da qualificação territorial e o reforço infraestrutural previstos
- Crescente consciencialização das populações para a temática da qualidade ambiental;
- Ameaça de elevada vulnerabilidade à contaminação de aquíferos;
- Risco de degradação da qualidade dos recursos hídricos regionais devido à persistência do funcionamento deficiente de algumas infraestruturas de tratamento de águas residuais urbanas e de poluição de origem industrial e agropecuária.
- Risco de inundação por cheias potenciado pelo aumento da artificialização do território.
- Risco de incêndio potenciado pelo abandono das áreas florestais e consequente ocupação destas por resinosas e matos.
- Ameaça à qualidade do ar e ruído pela crescente infraestruturização viária e aumento da taxa de motorização
- Tendência de aumento dos RSU produzidos não acompanhada por técnicas alternativas de tratamento (reciclagem ou valorização).

FCD 4 – Potencial Humano

- Fomento de deslocalização de atividades entre regiões, alavancada pelas TIC, proporcionado pelo potencial ambiental e melhoria da qualidade de vida associada.
- Aumento do emprego nas zonas rurais potencia a sua atractividade.
- Novas acessibilidades fomentam a instalação de atividades económicas, criando diversidade de emprego estimulando a qualificação dos recursos humanos.
- Envelhecimento da população com perda de população jovem.
- Défice de iniciativa empresarial com capacidade inovadora e ligação ao sistema de ensino e investigação.

FCD 5 – Acessibilidade e Mobilidade

- Oportunidade gerada pelas novas acessibilidades que fomentam a instalação de grandes infraestruturas e equipamentos de âmbito nacional e internacional, para as quais existe disponibilidade de espaço.
- Aumento dos preços dos combustíveis e crescente sensibilização ambiental das populações poderão, a prazo, traduzir-se numa maior adesão à ferrovia como meio de transporte.

- Construção do novo aeroporto de Lisboa no CTA e da Linha de Alta Velocidade ferroviária, estimulam o desenvolvimento de atividades económicas, com particular vocação para a área da logística.
- A rede de Alta Velocidade (AV) pode potenciar a rede convencional em termos de Passageiros e Mercadorias, passando por um reforço da integração multimodal com a Linha do Norte e com o NAL
- Novas acessibilidades potenciam a instalação de atividades económicas, com aumento da degradação potencial da qualidade ambiental e paisagística.
- Risco associado à indefinição/ausência de regras e critérios na atribuição de alvarás para a concretização de projetos de logística, sobretudo de iniciativas privadas.
- Risco de concorrência potencial da plataforma logística de Castanheira do Ribatejo com outras potenciais plataformas na área do OVT.
- Ameaça da melhoria dos tempos de percurso da ferrovia reduzindo o número de estações servidas, corresponde a um incremento da função transporte em detrimento da função acessibilidade.

FCD 6 – Desenvolvimento Rural / Relação Urbano – Rural

- Potencialidades associadas à multifuncionalidade e diversificação para atividades e serviços complementares à agricultura.
- Grande diversidade de recursos turísticos aliada a uma qualidade territorial elevada e com condições para a instalação de estruturas turísticas integradas.
- Risco de proliferação de áreas residenciais e de emprego com baixa densidade que implica maiores dificuldades nos serviços de transporte público intra e inter concelhos.
- Despovoamento dos territórios rurais menos produtivos potencia o risco de incêndio e outros processos de degradação do território
- Proliferação no espaço rural de edificações habitacionais e serviços desajustados arquitetónica e paisagisticamente, com a consequente degradação progressiva da qualidade das paisagens
- Ameaça ao carácter rural do território pelo aumento da área edificada e construção de novas infraestruturas
- Dificuldade da afirmação da Região devido à intensa competição territorial pela retenção dos efeitos centrífugos de Lisboa nos territórios envolventes.

FCD 7 – Fragmentação Territorial

- Oportunidade no crescimento do turismo residencial e consequente efeito multiplicador (que a 2ª habitação não tem) e atenuador da sazonalidade.
- Oportunidade conferida pelas novas condições de acessibilidade que difundem um padrão policêntrico de equipamentos coletivos, sobretudo localizado nas freguesias urbanas.

- Risco associado à construção de novas infraestruturas viárias que ameaçam o carácter rural do território ao mesmo tempo que potenciam a difusão da mancha urbana ao longo da rede viária.
- Risco do crescimento urbano difuso e pouco estruturado e a manutenção de rede urbana sem hierarquia, contribuirão para a degradação da paisagem e dos núcleos edificados existentes.
- Risco de dispersão de novas edificações na paisagem rural e expansão de núcleos ou lugares de forma sistemática.
- Propensão para a perda de dinâmica do espaço urbano, visível no crescimento do número de alojamentos vagos e de uso sazonal e com consequências na degradação do edificado



Anexo 6 - Verificação das Diretrizes de Seguimento da AA do PROT OVT

Nota: Nas situações em que a avaliação da diretriz é efetuada no âmbito de políticas, planos e programas setoriais, são as entidades competentes pela sua elaboração que têm a responsabilidade de definir o instrumento e forma de reporte. Nestas situações a CDDR deve ter em consideração a preocupação expressa na diretriz e pugnar pela sua consideração no âmbito do acompanhamento e pareceres que emite a esses planos e programas e respetivos Relatórios Ambientais

Quadro 7 – Diretrizes de seguimento da avaliação e controle ambiental do PROT OVT, por Fator Crítico para a Decisão

Diretriz de Seguimento			Instrumento de avaliação	Ponto de situação	Entidades Responsáveis pelo reporte de informação	Observações
Recursos Naturais e Culturais						
1	DPG ³⁸	Adotar uma estratégia de dinamização cultural mais vasta, que aborde outras valências culturais para além do património edificado (e.g. identidade rural, relação com o Rio Tejo, valorização da qualidade da paisagem em particular ligadas a elevado valor ecológico)	PE ³⁹ - ERPVA/CNB- Ação 2 e 4 PE - TLC ⁴⁰ Ação 2, 4, 5, 7, 8, 9, 12 e 13	Em execução	CM, CIM, ICNF, DGPC, APA – ARH Tejo	
2	DPG	Assegurar a nível regional a implementação das medidas preconizadas no Programa Nacional para o Uso Eficiente da Água	Indicadores 46 e 47 <i>Check list</i> para o acompanhamento de projetos, Planos e Programas Setoriais	Em curso	APA, Concessionárias	Aferir com o setor o reporte da implementação do PNUEA
4	DPG	Assegurar a consolidação das áreas urbanas, evitando o	<i>Check list</i> para o	Em curso	CCDR	

³⁸ DPG - Diretriz de planeamento e gestão

³⁹ PE – Programa de Execução

⁴⁰ TLC – Turismo, lazer e cultura

Diretriz de Seguimento			Instrumento de avaliação	Ponto de situação	Entidades Responsáveis pelo reporte de informação	Observações
		crescimento de novas expansões, otimizando o património construído e as edificações já existentes e não ocupadas, designadamente para fins habitacionais, turísticos, de equipamentos e de serviços	acompanhamento dos PMOT Indicadores 54, 55, 61 e 62		CCDR, CM, INE, DGT	
5	DPG	Assegurar a sustentabilidade cumulativa das práticas agrícolas e florestais intensivas da região, nomeadamente em relação à manutenção da integridade do solo, biodiversidade e uso eficiente da água de rega, assegurando as suas ligações sinérgicas com o turismo em espaço rural	Indicadores 51, 53 e 64	Em curso	DGADR	Aferir com o setor o reporte de informação e eventual alteração de política
6	DPG	Considerar os impactes ambientais decorrentes da consolidação e reforço da agricultura de regadio, nomeadamente em relação à disponibilidade a prazo dos recursos hídricos, estabelecendo um conjunto de boas-práticas agroambientais, incluindo a adoção de sistemas de gestão ambiental nas práticas agrícolas e florestais	PE – Agricultura e Florestas Ação 2	Em execução	DGADR	
			PE – Recursos Hídricos Ação 9 e 10	Em execução	APA – ARH Tejo	
7	DPG	Assegurar que se mantêm as vocações agrícolas e florestais do OVT contribuindo para o alargamento de cadeias de valor dessas atividades e para a multifuncionalidade do espaço rural e que os municípios internalizam essas orientações nos seus instrumentos de gestão territorial	<i>Check list</i> para o acompanhamento dos PMOT	Em curso	CCDR	
9	DPG	Estabelecer diretrizes e um regime de desenvolvimento territorial específico para a área de influência do NAL na zona do CTA, assegurando a não utilização dessas áreas para fins especulativos, residenciais ou comerciais, integrando as áreas de valor ecológico e sensibilidade paisagística na ZPE do Tejo e criando outros instrumentos de proteção ecológica	<i>Check list</i> para o acompanhamento de projetos, Planos e Programas Setoriais	Em curso	CCDR	Estas normas devem ser ponderadas e interpretadas em função do contexto atual e das decisões que venham a ser tomadas sobre grandes infraestruturas

Diretriz de Seguimento			Instrumento de avaliação	Ponto de situação	Entidades Responsáveis pelo reporte de informação	Observações
11	NEIR ⁴¹	Promover incentivos para a associação dos agentes económicos dos sectores agroindustriais e agropecuários (designadamente suiniculturas, unidades avícolas, matadouros e adegas cooperativas) a ações conducentes ao correspondente tratamento das águas residuais	PE – Recursos Hídricos – Ações 2 e 3	Por executar	APA, Trevoeste, DGADR	
			Indicador T14010005 (Proporção de águas residuais tratadas)	Em curso	INE	
13	NEIR	Promover a aplicação de águas residuais tratadas em usos compatíveis públicos (rega de espaços verdes, lavagens etc.) e privados (descargas em instalações sanitárias), em particular nos perímetros urbanos	PE – Recursos Hídricos – Ação 5 e 6	Por executar	CM, Concessionários	Aferir com o setor o reporte de informação e eventual alteração de política
			Indicador 47	Em curso		
15	NEIR	Definir modelos de uso, classificação e ocupação do solo nos Corredores Ecológicos Estruturantes nos PMOT que decorram de estudos que identificam a função ecológica destes territórios como prioritária e estruturante, salvaguardando a função produtiva agrícola das baixas aluvionares baseada em princípios de sustentabilidade ambiental.	Check list para o acompanhamento dos PMOT	Em curso	CCDR, Oeste CIM	
			PE – ERPVA – Ações 1 e 12	Por executar		
16	NEIR	Classificar, sempre que se justifique, as Áreas Nucleares Secundárias como Áreas Protegidas de âmbito regional ou local, de acordo com o regime jurídico da conservação da natureza e da biodiversidade, e proceder à sua gestão de acordo com o seu estatuto de classificação	Check list para o acompanhamento dos PMOT	Em curso	CCDR	A Serra do Socorro e Archeira (Torres Vedras) foi classificada como Área Protegida Local (Edital n.º 64/2012, DR. 2.ª série - N.º 12 – 17/01/2012). Em todo o caso falta reporte sistemático das CM / CIM sobre esta matéria
			Indicador 43	Em curso	CM	
			PE – ERPVA – Ação 6	Em execução	CM, ICNF	
17	NEIR	Delimitar, à escala do Plano em causa, os Corredores Ecológicos Secundários de modo promover as ligações entre as diferentes	Check list para o acompanhamento dos	Em curso	CCDR	

⁴¹ NEIR – Normas Específicas de Implementação Relevante no âmbito da AAE

Diretriz de Seguimento			Instrumento de avaliação	Ponto de situação	Entidades Responsáveis pelo reporte de informação	Observações
		áreas da ERPVA, inclusive na ligação entre a rede 1.ª e a 2.ª, e como garantia de conectividade ecológica entre os sistemas litoral, serrano e interior	PMOT			
18	NEIR	Garantir o ordenamento e a gestão dos corredores ecológicos associados à rede hidrográfica, pois exercem funções determinantes na gestão do sistema hídrico e são veículos fundamentais de ligações ecológicas através dos seus vales	Check list para o acompanhamento dos PMOT	Em curso	CCDR	
			PE – ERPVA / CNB – Ação 10	Em execução	APA- ARH Tejo	
			PE – ERPVA / CNB – Ação 11	Por executar	CM	
19	NEIR	Gerir as áreas de Paisagens Notáveis que abrangem mais do que um concelho, tendo presente objetivos comuns de manutenção do valor paisagístico e económico que lhes está associado Poderão beneficiar preferencialmente dos apoios públicos neste domínio que estejam disponíveis no período de vigência do PROT, associados também à certificação ambiental, tal como previsto da Diretriz nº 4 da ERPVA	Check list para o acompanhamento dos PMOT	Em curso	CCDR	
			PE – ERPVA / CNB – Ação 4	Em execução	CM	
20	NEIR	Controlar a ocupação edificada fragmentada ou em mancha contínua ao longo da costa, e assegurar que a edificação em áreas especificamente identificadas para o efeito, devem obedecer a critérios de inserção paisagística e qualidade urbanística e ambiental	Check list para o acompanhamento dos PMOT	Em curso	CCDR	Preocupação também presente na diretriz 8 e 130. Esta diretriz deve também o FCD Fragmentação Territorial
			Indicador 42	Em curso	CCDR	
			PE – ERPVA – Ações 1 e 2	1 - Por executar 2 – Em execução	CCDR, CIM CM	
21	NEIR	Apoiar ações que conduzam ao aumento do conhecimento da estrutura ecológica marinha, em particular os que conduzam à caracterização e classificação de novas “reservas marinhas” ou “parques marinhos”, bem como da valorização das paisagens subaquáticas	Estudos / classificações	Em 2011, o arquipélago das Berlengas foi classificado como Reserva	CM	

Diretriz de Seguimento			Instrumento de avaliação	Ponto de situação	Entidades Responsáveis pelo reporte de informação	Observações
				Mundial da Biosfera (UNESCO) em resultado de candidatura da CM de Peniche iniciada em 2009		
22	NEIR	Delimitar as Paisagens Agrícolas de Elevado Interesse que incluem as áreas dominadas por explorações agrícolas ou agroflorestais onde existem valores naturais e paisagísticos relevantes, em particular os olivais extensivos dos terrenos calcários e as zonas de policultura em mosaico do Oeste	Check list para o acompanhamento dos PMOT	Em curso	CCDR	
			PE – ERPVA – Ação 8	Por executar	MAM	
23	NEIR	Delimitar as Paisagens Florestais de Elevado Interesse, zonas com valores naturais relevantes em áreas dominadas por florestas de produção, em particular os pinhais litorais de Alcobaça-Nazaré e algumas áreas florestais do Médio Tejo	Check list para o acompanhamento dos PMOT	Em curso	CCDR	
			PE – ERPVA – Ação 8	Por executar	MAM	
24	NEIR	Identificar e regulamentar a proteção, a valorização e o uso de Percursos de Interesse Turístico, em função das suas características paisagísticas, agrícolas e rurais, pontos de observação ou de acesso a áreas históricas, arqueológicas ou a edifícios de interesse cultural e patrimonial	PE - TCL - Ações, 1, 2, 3, 4, 5, 7, 8, 9, 12 e 13	Em execução	CM, CIM,	
			Check list para o acompanhamento dos PMOT	Em curso	CCDR	
			Indicador 65	Em curso	Direção Geral do Património Cultural (DGPC)	
25	NEIR	Salvaguardar e Valorizar o Património Cultural como base para o desenvolvimento sustentável, através da criação de programas e projetos e de parcerias, ações de divulgação	Check list para o acompanhamento projetos, Planos e Programas	Em curso	CCDR, CM, DGPC	

Diretriz de Seguimento			Instrumento de avaliação	Ponto de situação	Entidades Responsáveis pelo reporte de informação	Observações
			Setoriais			
			PE – TLC – Ação 13	Em execução	CM, CIM	
26	NEIR	Ponderar o interesse relativo dos valores socioculturais em presença e a salvaguardar no âmbito das decisões de localização de novas ocupações no quadro do planeamento e do licenciamento	<i>Check list</i> para o acompanhamento dos PMOT	Em curso	CCDR	
27	NEIR	Garantir que os instrumentos de gestão territorial devem conter disposições referentes à definição de estratégias de planeamento e gestão com vista à salvaguarda e valorização dos Centros Históricos (restrições à circulação automóvel, critérios de intervenção no edificado mais rigorosas e do espaço público, reforçar a função residencial), criando-se condições adequadas para a implementação de estruturas/ entidades centradas na reabilitação urbana	<i>Check list</i> para o acompanhamento dos PMOT	Em curso	CCDR	
Energia						
		Identificar o potencial de produção e utilização de energia renovável (ondas, eólica, hídrica, solar), minimizando os impactos paisagístico e ambiental	<i>Check list</i> para o acompanhamento dos PMOT	Em curso	CCDR	
30	DPG	Assegurar que os novos empreendimentos turísticos incorporam as soluções tecnológicas e organizativas existentes mais eficientes do ponto de vista energético - ambiental, exigindo a adoção de sistemas de gestão ambiental como condição ao licenciamento turístico	Indicador 45, 68 e 69	Em curso	DGEG	
			<i>Check list</i> para o acompanhamento dos PMOT		CCDR	
31	DPG	Monitorizar, em articulação com a APA, as emissões de CO ² e regionais por sector de atividade e por unidade de PIB	Indicadores 66 e 67	Em curso	APA	Aferir com o setor o reporte de informação. Preocupação também presente na diretriz 151

Diretriz de Seguimento			Instrumento de avaliação	Ponto de situação	Entidades Responsáveis pelo reporte de informação	Observações
32	NEIR	Constituir Agências Regionais de Energia com responsabilidades, partilhadas com os municípios, em matéria de planeamento e monitorização energético - ambiental ao nível de cada sub-região (Oeste, Médio Tejo e Lezíria do Tejo)	PE – Energia – Ações 1 e 3	Em execução	CIM	Preocupação também presente na diretriz 156
			PE – Energia – Ação 2	Por executar	CIM	
33	NEIR	Elaborar Planos de Ação para a Eficiência Energética em cada NUTS III promovendo as energias endógenas e microgeração	Planos de ação para a energia	Por elaborar	CIM / Agências de Energia	Aferir com o setor o reporte de informação e eventual alteração de política
35	NEIR	Prosseguir com a implementação e atualização periódica do Plano Nacional de Alterações Climáticas (RCM nº164/2006)	Indicadores 40, 45,66 e 67	Em curso	APA, DGEG	Publicada Estratégia Nacional para Adaptação às Alterações Climáticas (RCM nº24/2010)
36	NEIR	Classificar o solo e regulamentar o desenvolvimento de projetos imobiliários, turísticos e empresariais com base em pressupostos de eficiência energético-ambiental	Check list para o acompanhamento dos PMOT / reg. municipais	Em curso	CCDR	
37	NEIR	Incentivar a adoção de medidas de eficiência energético-ambiental no parque edificado, com especial enfoque na reabilitação urbana e na habitação social	Check list para o acompanhamento dos PMOT / reg. municipais	Em curso	CCDR	
Qualidade do Ambiente						
39	DPG	Aproveitar o potencial de reconversão de zonas de risco em áreas naturais e impedir a sua ocupação absoluta, em particular em zonas de leitos de cheia e com risco de inundação, adotando uma abordagem cautelosa tendo em vista as recomendações do IPCC relativamente às vulnerabilidades territoriais e as medidas de adaptação necessárias para fazer face às alterações climáticas	Indicador 44	Em curso	CCDR	
			Check list para o acompanhamento dos PMOT	Em curso	CCDR	
40	DPG	Identificar as zonas de passivo ambiental da região, introduzindo medidas de requalificação dessas zonas, incluindo a desativação de atividades poluentes de baixo valor acrescentado ou a exigência de up-grade ambiental de atividades com elevado valor acrescentado	Identificação das zonas de passivo ambiental	Por executar	APA PO VT e PO Regional	Os Passivos Ambientais estão abrangidos pelo Programa Operacional de Valorização do Território

Diretriz de Seguimento			Instrumento de avaliação	Ponto de situação	Entidades Responsáveis pelo reporte de informação	Observações
			PE – ERPVA – Ação 7		DRELVT	(2007-2013) e pelos Programas Operacionais Regionais no âmbito do QREN. Aferir com o POVT e PO Regional o reporte de informação
41	DPG	Considerar o risco de seca tendo em conta o agravamento expectável deste tipo de fenómenos extremos, desenvolvendo orientações estratégicas de minimização e adaptação das populações e atividades produtivas, nomeadamente ao nível do abastecimento de água	PE – ERPVA – Ação 9	Em execução	APA	Reporte a efetuar pelo setor no âmbito da monitorização dos Planos de Gestão de Bacias e PNUEA
			A definir			
42	DPG	Reforçar a escala de atuação intermunicipal ao nível da gestão dos resíduos, água e energia, fomentando a adoção pelos municípios de sistemas de gestão ambiental municipal e de processos de Agenda Local 21	PE – Energia- Ações 1, 2 e 3	1 e 3 - Em execução 2 – Por executar	CIM	Aferir com CIMLT acerca da Agência da Energia
			PE- RHAASARRSU ⁴² - Ações 8, 11, 12 e 13	13 – Em execução	APA, Resioeste, Resitejo	Aferir com o setor o reporte de informação e eventual alteração de política (Ex: Agências da Água)
43	DPG	Estabelecer orientações estratégicas para a definição de perímetros urbanos, nomeadamente em função da capacidade de carga das redes energéticas e de transportes, do saneamento e abastecimento de água, tratamento e valorização de RSU, e dos	Check list para o acompanhamento dos PMOT	Em curso	CCDR	

⁴² RHAASARRSU – Recursos hídricos, abastecimento de água, saneamento de águas residuais e resíduos sólidos urbanos

Diretriz de Seguimento			Instrumento de avaliação	Ponto de situação	Entidades Responsáveis pelo reporte de informação	Observações
		equipamentos de saúde e educação				
44	DPG	Assegurar que o acolhimento de novas atividades económicas é suportado por sistemas de tratamento de efluentes e recolha e valorização de RSU capazes de assegurar a totalidade dos resíduos produzidos	Indicadores 70, 71 e 72 <i>Check list</i> para o acompanhamento projetos, Planos e Programas Setoriais	Em curso	INE CCDR	
45	DPG	Definir condições e identificar áreas para a implantação de novas unidades sectoriais produtivas e para a deslocalização de unidades que estejam em conflito com outros sectores ou áreas de valorização paisagística	<i>Check list</i> para o acompanhamento dos PMOT	Em curso	CCDR	
46	DPG	Promover a responsabilidade ambiental e social das iniciativas empresariais, assegurando a internalização dos custos ambientais, bem como a adoção de sistemas de gestão ambiental como condição ao licenciamento industrial	<i>Check list</i> para o acompanhamento projetos, Planos e Programas Setoriais	Em curso	CM, CCDR	A aplicação desta diretriz deve ser atendida no âmbito do sistema de licenciamento
47	DPG	Assegurar a viabilidade ambiental das novas infraestruturas de internacionalização, nomeadamente ao nível dos seus impactes ambientais cumulativos (e.g. eixos logísticos)	<i>Check list</i> para o acompanhamento projetos, Planos e Programas Setoriais	Em curso	CCDR ()	Estas normas devem ser ponderadas e interpretadas em função do contexto atual e das decisões que venham a ser tomadas sobre grandes infraestruturas
48	DPG	Assegurar que os novos empreendimentos turísticos incorporam as soluções tecnológicas e organizativas existentes mais eficientes do ponto de vista energético - ambiental, exigindo a adoção de sistemas de gestão ambiental como condição ao licenciamento turístico	<i>Check list</i> para o acompanhamento dos PMOT	Em curso	CCDR	Requisito a integrar na regulamentação de Áreas de Vocação Turística e Núcleos de Desenvolvimento Turístico,
51	DPG	Implementação de um conjunto de instrumentos que permitam a integração de considerações ambientais na gestão e planeamento da atividade da suinicultura ao nível das NUTIII, com vista a reduzir	PE- RHAASARRSU – Ação 3	Por executar	Trevoeste	

Diretriz de Seguimento			Instrumento de avaliação	Ponto de situação	Entidades Responsáveis pelo reporte de informação	Observações
		os impactes desta atividade em diversos meios (ar, água, solo e alterações climáticas), nomeadamente através da adoção de esquemas coletivos de recolha e tratamento de efluentes e instalação de biodigestores com aproveitamento energético nas explorações				
52	DPG	Monitorizar a qualidade da água e do ar, e manter atualizados, as principais fontes de poluição da Região	Indicadores 66 e 67	Em curso	CCDR / CM	Preocupação também presente na diretriz 147
53	DPG	Promover o desenvolvimento de sistemas de alerta contra cheias e monitorizar as ocorrências extremas	PE – Riscos e Proteção Civil – Ação 8	Por executar	APA	Aferir com o setor o reporte de informação e eventual alteração de política Preocupação também presente na diretriz 152
54	NEIR	Ordenar e valorizar as frentes ribeirinhas, promovendo um enquadramento paisagístico e funcional adequado aos valores ambientais e urbanos, e à centralidade e à identidade sociocultural destes territórios especiais	Check list para o acompanhamento dos PMOT	Em curso	CCDR	
			Indicador 39		PO Regionais, CM	
			PE – ERPVA – Ações 10 e 11	10 – Em execução 11 – Por executar	APA – ARH Tejo CM	
55	NEIR	Qualificar as áreas urbanas onde os processos de metropolização foram mais intensos e desqualificados, melhorando a qualidade ambiental e habitacional, e inovando na intervenção nos espaços	Check list para o acompanhamento dos PMOT	Em curso	CCDR	

Diretriz de Seguimento			Instrumento de avaliação	Ponto de situação	Entidades Responsáveis pelo reporte de informação	Observações
		públicos e na paisagem urbana	Indicador 54		CCDR, CM	
56	NEIR	Garantir que a proposta de delimitação das AVT tem de ser fundamentada no estudo da Avaliação Ambiental Estratégica do PDM.	<i>Check list</i> para o acompanhamento dos PDM	Em curso	CCDR	
57	NEIR	Definir condições para a modernização e ampliação das unidades agropecuárias, designadamente para garantir o cumprimento de normas relativas à higiene, bem-estar animal e ambiente, nos termos da legislação aplicável (e.g. ENEAPAI) Em especial nas UT 2c, 3, 7, 9 e 12a	<i>Check list</i> para o acompanhamento de projetos, Planos e Programas Setoriais	Em curso	CCDR	Aferir com o setor o reporte de informação e eventual alteração de política
59	NEIR	Condicionar, nas áreas identificadas com potencialidades agrícolas e florestais, a ocupação e uso do solo através do reordenar dos usos do solo rural, cujo aproveitamento seja conflitual com o domínio hídrico, espaços de potencialidade e aptidão agrícola ou zonas de risco (e.g. incêndio)	<i>Check list</i> para o acompanhamento dos PDM	Em curso	CCDR	
60	NEIR	Condicionar, nas áreas identificadas com potencialidades agrícolas e florestais, a ocupação e uso do solo prevendo áreas para instalação e funcionamento de recolha e triagem de plásticos da agricultura, bem como, acautelar a implantação de unidades de requalificação de resíduos agro-rurais	<i>Check list</i> para o acompanhamento dos PDM	Em curso	CCDR	
61	NEIR	Condicionar, nas áreas identificadas com potencialidades agrícolas e florestais, a ocupação e uso do solo por via do incentivo ao alargamento da área sujeita a modos de produção de elevada sustentabilidade ambiental e à certificação de gestão sustentável, de forma a minimizar os impactos negativos significativos no meio envolvente	Indicadores 52 e 53	Em curso	DGADR	Aferir com o setor o reporte de informação e eventual alteração de política
62	NEIR	Condicionar, no domínio das atividades de pecuária intensiva, transformação e distribuição agroalimentar e florestal, a ocupação e uso do solo às seguintes diretrizes: i) Definir condições e identificar áreas para a implantação de novas unidades sectoriais produtivas e para a deslocalização de unidades	<i>Check list</i> para o acompanhamento dos PDM	Em curso	CCDR	

Diretriz de Seguimento			Instrumento de avaliação	Ponto de situação	Entidades Responsáveis pelo reporte de informação	Observações
		que estejam em conflito com outros sectores ii) Requalificar os territórios com elevada carga primária intensiva – suiniculturas, boviniculturas e explorações avícolas – sem tratamento coletivo de efluentes				
63	NEIR	Promover a racionalização do uso do solo nas pequenas bacias hidrográficas, como forma de combate à erosão hídrica dos solos, aumento da capacidade de retenção da água e diminuição do perigo de cheia	<i>Check list</i> para o acompanhamento dos PDM	Em curso	CCDR	
	NEIR	Delimitar e cartografar as áreas sujeitas a inundação (distinguindo as provocadas por cheia progressiva e/ou por cheia rápida), as áreas sujeitas ao perigo de instabilidade de vertentes e as áreas sujeitas aos perigos de erosão litoral e de <i>tsunami</i> , estabelecendo os respetivos usos compatíveis	<i>Check list</i> para o acompanhamento dos PDM	Em curso	CCDR	
	NEIR	Projetar os novos edifícios e planear as novas áreas urbanas (nas zonas classificadas com perigosidade sísmica elevada e moderada) de forma a reduzir a vulnerabilidade dos edifícios face aos sismos e facilitar a intervenção de socorro em situação de emergência, garantindo distâncias de segurança adequadas entre os edifícios	<i>Check list</i> para o acompanhamento dos PDM	Em curso	CCDR	
	NEIR	Elaborar estudos que integrem os valores, recursos e riscos naturais em presença nas áreas da faixa litoral (tendo referência 5Km) e propor princípios e regras de gestão e controlo dos usos do solo	<i>Check list</i> para o acompanhamento dos PDM	Em curso	CCDR	
	NEIR	Interditar, na orla costeira de 500 m, novas edificações fora de perímetros urbanos aferidos em função do regime de salvaguarda estabelecido no Plano de Ordenamento da Orla Costeira exceto infraestruturas, equipamentos coletivos, instalações balneares e marítimas, instalações de balneoterapia, talassoterapia e desportivas relacionadas com a fruição do mar, que devam localizar-se nesta faixa e que obtenham o reconhecimento do interesse para o sector pela entidade competente, desde que previstas ou compatíveis com o Plano de Ordenamento da Orla	<i>Check list</i> para o acompanhamento dos PDM	Em curso	CCDR	

Diretriz de Seguimento			Instrumento de avaliação	Ponto de situação	Entidades Responsáveis pelo reporte de informação	Observações
		Costeira e desde que localizadas fora das áreas de risco.				
		<p>Restringir e condicionar a ocupação edificada na zona costeira de 2 km, garantindo que as áreas passíveis de edificação, que venham a ser integradas em perímetro urbano ou suscetíveis de configurar espaços de ocupação turística, têm um carácter excecional e contribuem, de forma objetiva e fundamentada, para a concretização das funções do corredor litoral. No caso das áreas suscetíveis de configurar espaços de ocupação turística, admitem-se:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Hotéis de 4 e 5 estrelas e respetivos equipamentos, serviços de apoio e instalações desportivas associadas relacionados com o golfe, com o aproveitamento de recursos e atividades pré-existentes e com a fruição do mar, nos termos gerais das diretrizes do sector do turismo; - Aldeamentos turísticos de 4 e 5 estrelas, desde que associados a hotéis de 4 e 5 estrelas, em conjunto turístico, localizados na área mais recuada face à linha de costa, neste caso com dedução de 30% da capacidade total de alojamento do Conjunto Turístico 	<i>Check list</i> para o acompanhamento dos PDM	Em curso	CCDR	
	NEIR	Interditar a construção de novas edificações em zonas ameaçadas por cheia nas áreas urbanas consolidadas ou em consolidação, exceto as que correspondam à substituição de edifícios a demolir inscritos na matriz predial urbana, não devendo a área de implantação ser superior à anteriormente ocupada e salvaguardando que a cota do piso inferior da edificação seja superior à cota da maior cheia conhecida no local	<i>Check list</i> para o acompanhamento dos PDM	Em curso	CCDR	
	NEIR	Interditar a construção de novas edificações em zonas ameaçadas por cheia fora dos aglomerados urbanos, exceto os edifícios indispensáveis à atividade agrícola, nas situações em que fique demonstrado não existir localização alternativa	<i>Check list</i> para o acompanhamento dos PDM	Em curso	CCDR	
64	NEIR	Interditar, nas áreas inundáveis por cheias rápidas e progressivas, a	<i>Check list</i> para o	Em curso	CCDR	

Diretriz de Seguimento			Instrumento de avaliação	Ponto de situação	Entidades Responsáveis pelo reporte de informação	Observações
		instalação de novos equipamentos hospitalares e de saúde, escolares, de reclusão e de gestão de emergência e de socorro, bem como de novos estabelecimentos industriais perigosos que estejam obrigados por lei ao dever de notificação e à apresentação de um Relatório de Segurança	acompanhamento dos PDM Indicador 44			
65	NEIR	Interditar, nas áreas inundáveis por tsunamis e por rutura de barragens, a instalação de novos equipamentos hospitalares e de saúde, escolares, de reclusão e de gestão de emergência e de socorro, bem como de novos estabelecimentos industriais perigosos que estejam obrigados por lei ao dever de notificação e à apresentação de um Relatório de Segurança, exceto quando se demonstre, através de estudo específico, a inexistência de soluções alternativas	Check list para o acompanhamento dos PDM Indicador 44	Em curso	CCDR	
66	NEIR	Avaliar as situações de ocupação da zona costeira desconformes com a legislação aplicável, bem como as associadas ao risco decorrente de situações de erosão costeira e avanço do mar, repondo a respetiva legalidade, e definir uma faixa litoral de proteção livre de construções fixas	PE – Riscos e Proteção Civil – Ação 4	Em execução	DGT	Aferir com o setor o reporte de informação
			Check list para os PDM Check list para o acompanhamento dos PDM	Em curso	CCDR	
67	NEIR	Implementar nas zonas costeiras e em zonas de risco de cheias e inundações, programas específicos de análise, conceção, realocação e construção de equipamentos e infraestruturas, sempre que as condições de segurança relacionadas com a erosão litoral ou os impactos continuados nas construções situadas nas zonas de risco de inundação e cheias, justifiquem a demolição das atuais	Indicador 44	Em curso	CCDR, CM	
			PE – Riscos e Proteção Civil – Ações 6 e 7	Em execução	CM	
	NEIR	Interditar a construção de novas edificações nas áreas litorais sujeitas a perigo de erosão elevado, fora das áreas urbanizadas consolidadas,	Check list para o acompanhamento dos PDM	Em curso	CCDR	
	NEIR	Interditar a construção de novas edificações nas áreas litorais sujeitas a perigo de erosão elevado, nas áreas urbanizadas	Check list para o acompanhamento dos PDM	Em curso	CCDR	

Diretriz de Seguimento			Instrumento de avaliação	Ponto de situação	Entidades Responsáveis pelo reporte de informação	Observações
		consolidadas exceto as que correspondam à substituição de edifícios a demolir inscritos na matriz predial urbana, desde que sejam objeto de estudos pormenorizados sobre as características geológicas, geomorfológicas, geotécnicas e evolutivas da linha de costa e faixa de risco adjacente, e se demonstre claramente que se encontram asseguradas as condições de segurança exigidas para a sua ocupação				
68	NEIR	Promover a gestão dos leitos de cheia nas áreas urbanas consolidadas ou em consolidação, como espaços abertos vocacionados para atividades de recreio e lazer, importantes para a qualidade de vida das populações, podendo incluir eventuais estruturas ligeiras de apoio	<i>Check list</i> para o acompanhamento dos PDM	Em curso	CCDR	
69	NEIR	Promover a gestão dos leitos de cheia fora dos aglomerados urbanos, como espaços vocacionados para a atividade agrícola e como corredores ecológico	<i>Check list</i> para o acompanhamento dos PDM	Em curso	CCDR	
70	NEIR	Incorporar os PMDFCI nos PMOT, respeitando as intervenções e restrições previstas nos PROF, e regulamentar os usos compatíveis nas áreas classificadas com risco de incêndio elevado ou muito elevado, nomeadamente a interdição da edificação	<i>Check list</i> para o acompanhamento dos PDM	Em curso	CCDR	
	NEIR	Definir, cartografar e implementar faixas de descontinuidade da carga de combustível com uma largura mínima de 100 metros, em torno de aglomerados urbanos, de equipamentos hospitalares e de saúde, escolares, de gestão de emergência e de socorro, zonas e estabelecimentos industriais, parques de campismo e zonas de lazer	<i>Check list</i> para o acompanhamento dos PDM	Em curso	CCDR	
71	NEIR	Estabelecer corredores preferenciais destinados à circulação rodoviária de matérias perigosas e restringir o atravessamento de zonas urbanas ou de grande valor ambiental por veículos de transporte de substâncias perigosas, sempre que exista uma via alternativa	PE – Riscos e Proteção Civil – Ação 9	Por executar	ANPC	ANPC nos pareceres que emite no âmbito de CA e conferências de serviços de PMOT e AIA tem referido estas

Diretriz de Seguimento			Instrumento de avaliação	Ponto de situação	Entidades Responsáveis pelo reporte de informação	Observações
						preocupações
72	NEIR	Implementar uma cultura de risco, sustentada na informação, conhecimento e preparação da população, no que respeita aos riscos que afetam o território, com uma forte aposta na educação nos primeiros níveis de escolaridade.	PE – Riscos e Proteção Civil – Ação 10	Em execução	ANPC	
Potencial Humano						
73	DPG	Promover o aumento da diversificação económica nos centros urbanos eventualmente dependentes das atividades de logística para evitar grandes polarizações em matéria de emprego local	Indicador 36	Em curso	INE	
75	DPG	Assegurar o desenvolvimento de programas de formação especificamente dirigidos para os ativos humanos do sector do turismo regional	Check list para o acompanhamento de projetos, Planos e Programas Setoriais	Em curso	IEFP, Escolas Profissionais	Reporte a efetuar através de planos e programas setoriais
77	DPG	Definição de uma estratégia de qualificação dos recursos humanos orientada para as necessidades e especificidades sub-regionais, nomeadamente em termos de formação e aprendizagem ao longo da vida	PE – Sistema Urbano – Educação – Ação 2.4	Sem informação	Gabinete de Estatística e Planeamento da Educação	Aferir com o setor o reporte de informação e eventual alteração de política
78	DPG	Assegurar que a oferta de equipamentos de educação tem capacidade de acolhimento suficiente em função da procura no longo prazo, e apoiar estrategicamente as iniciativas de sensibilização e integração escolares, de modo a combater as carências existentes ao nível da qualificação básica das populações residentes	Indicador 74	Em curso	Gabinete de Estatística e Planeamento da Educação	Aferir com o setor o reporte de informação e eventual alteração de política
80	NEIR	Dimensionar e organizar geograficamente a oferta de cuidados de saúde primários e diferenciados atendendo à dimensão e distribuição da população presente	PE – Sistema Urbano – Saúde – Ações 3.2 e 3.3	Em execução	Min Saúde, CM	Aferir com o setor o reporte de informação e eventual alteração de política

Diretriz de Seguimento			Instrumento de avaliação	Ponto de situação	Entidades Responsáveis pelo reporte de informação	Observações
81	NEIR	Garantir, por via dos centros de saúde, unidades de saúde familiar, serviços de saúde ao domicílio, unidades móveis de saúde, e multisserviço de proximidade uma oferta de serviço de qualidade, assente num modelo de equidade territorial, no âmbito dos cuidados de saúde primários	PE – Sistema Urbano – Saúde – Ação 3.4	Em execução	Min Saúde	Aferir com o setor o reporte de informação e eventual alteração de política
82	NEIR	Equacionar, em termos de cuidados de saúde primários, uma capitação ajustada às características da população, e tendo em consideração a mobilidade existente	PE – Sistema Urbano – Saúde – Ações 3.2 a 3.5	Em execução	Min Saúde	Aferir com o setor o reporte de informação e eventual alteração de política
83	NEIR	Privilegiar (ao nível local) a integração do pré-escolar e do 1.º ciclo em Centros Educativos, fomentando, sempre que possível uma localização de proximidade às escolas do 2.º e 3.º ciclos	PE – Sistema Urbano – Educação – Ação 2.1	Em execução	CM	
84	NEIR	Organizar uma rede de Escolas Básicas Integradas, ao nível local, privilegiando a concentração dos equipamentos escolares, para que a educação pré-escolar, o 1º, 2º e 3º ciclo funcionem de uma forma articulada, e com coerência pedagógica	PE – Sistema Urbano – Educação – Ação 2.1	Em execução	CM	
85	NEIR	Estimular, através de políticas públicas, a articulação dos institutos politécnicos com o tecido empresarial, criando novas perspetivas e oportunidades no âmbito do conhecimento e da inovação de forma a contribuir de forma efetiva para o desenvolvimento sustentável da região		Por executar	Conselho Coordenador dos Institutos Superiores Politécnicos e Ass. Empresariais da Região	Aferir com o setor o reporte de informação Reporte a efetuar através da monitorização de planos e programas setoriais
86	NEIR	Elaborar, avaliar e monitorizar Planos de Desenvolvimento Social de nível regional e/ou sub-regional (NUTS III), atendendo às prioridades definidas nas políticas nacionais de combate à pobreza, correção das desvantagens de educação e formação, e integração de deficientes e imigrantes	PE – Sistema Urbano – Segurança Social – Ação 4.1	Sem informação.	MSSS	Aferir com o setor o reporte de informação e eventual alteração de política

Diretriz de Seguimento			Instrumento de avaliação	Ponto de situação	Entidades Responsáveis pelo reporte de informação	Observações
87	NEIR	Articular as necessidades de oferta multisserviços de saúde, educação, formação profissional, e apoio social e promover ações que visem a melhoria da qualidade de vida das populações mais carenciadas (conforto habitacional, sociabilidade nos espaços internet, etc.)	PE – Sistema Urbano – Outros serviços e equipamentos – Ação 5.1	Sem informação.	MSSS	Aferir com o setor o reporte de informação e eventual alteração de política
			Indicador 73	Em curso	INE	
88	NEIR	Relativamente aos polos de localização empresarial, definir critérios de seleção e valoração das candidaturas com base nos seguintes aspetos: i) Viabilidade e sustentabilidade económica, ambiental e territorial do projeto, incluindo a eco-eficiência e a certificação ambiental ii) Condições de acessibilidade que fomentem a utilização do transporte coletivo iii) Integração da componente de inovação e conhecimento nomeadamente rentabilizando a rede e as infraestruturas do Sistema Científico e Tecnológico e as Unidades de Investigação & Desenvolvimento já existentes		Em curso	PO Regionais	Aferir com os PO Regionais o reporte de informação. Reporte a efetuar através da monitorização de planos e programas (PO Regionais)
89	NEIR	Prever mecanismos que desincentivem a localização das unidades empresariais de forma dispersa, valorizando a sua localização na Rede de Polos Empresariais, nomeadamente através da introdução de mecanismos de majoração nos sistemas de incentivos definidos para apoio às empresas	PE – Competitividade Económica – Ação 4	Em execução	CM	
90	NEIR	Desenvolver programas de fomento do empreendedorismo e da iniciativa empresarial que qualifique e promova a inovação e internacionalização da economia da região	PE – Competitividade Económica – Ação 5	Em execução	CM, Ass. Empresariais	
91	NEIR	Elaborar e implementar programas de reordenamento e dinamização da atividade empresarial para território ou sectores que apresentem problemas específicos	Check list para o acompanhamento dos PDM	Em curso	CCDR	
92	NEIR	Identificar as áreas urbanas consolidadas, caracterizadas pela maior densidade comercial, funções urbanas centrais, maior confluência	Check list para o acompanhamento dos PDM	Em curso	CCDR	

Diretriz de Seguimento			Instrumento de avaliação	Ponto de situação	Entidades Responsáveis pelo reporte de informação	Observações
		de rede de transportes públicos e onde a localização de novas formas de comércio pode ser um fator de consolidação e de qualificação das centralidades existentes				
93	NEIR	Desenvolver ações de promoção e formação nas TIC, com vista a combater a info-exclusão, particularmente nas zonas mais desfavorecidas e junto das camadas mais vulneráveis	PE – TIC – Ação 9	Em execução	CIM	
			Indicador 29	Em curso	INE	
Acessibilidade e Mobilidade						
98	DPG	Assegurar a segurança rodoviária das vias de acesso às infraestruturas logísticas de modo a dar resposta ao aumento expectável do tráfego rodoviário de pesados associado à expansão do sector logístico	PE . Sistema de Transportes e Mobilidade – Ações 7 e 8	Em execução	ESER ⁴³ , INIR	Estas normas devem ser ponderadas e interpretadas em função do contexto atual e das decisões que venham a ser tomadas sobre grandes infraestruturas. Aferir com o setor o reporte de informação e eventual alteração de política. Propõe-se reunião da CTTM
100	NEIR	Promover a dinamização do transporte ferroviário e estimular a otimização do sistema de operadores rodoviários, numa lógica de fomento à mobilidade económica-ecológica do cidadão, bem como do transporte de mercadorias de apoio às atividades logísticas e industriais	PE – Sistema de Transportes e Mobilidade – Ação 4	Por executar	CM	
			Indicador 75	Em curso	INE	

⁴³ ESER – Escola de Segurança e Educação Rodoviária

Diretriz de Seguimento			Instrumento de avaliação	Ponto de situação	Entidades Responsáveis pelo reporte de informação	Observações
101	NEIR	Promover através de sistemas de incentivos, a mobilidade sustentável e a valorização da utilização dos transportes públicos	Indicadores 34, 40 e 56	Em curso	INE. DGEG	Aferir com o setor o reporte de informação
			Indicador 75			
102	NEIR	Elaborar à escala regional um inquérito Geral à Mobilidade Regional	PE – Sistema de Transportes e Mobilidade – Ação 1	OesteCIM – Em execução CIMLT e CIMT – Por executar	CIM	Propõe-se reunião da CTTM
103	NEIR	Elaborar Planos de Acessibilidades e Mobilidade à escala sub-regional	Consultar as CIM e reunir CTTM	Por executar	CIM, CTTM	Propõe-se reunião da CTTM
104	NEIR	Elaborar um Plano Regional de Transportes	PE – Sistema de Transportes e Mobilidade – Ação 2	Por executar	CIM, CTTM	Propõe-se reunião da CTTM
105	NEIR	Criar um quadro de incentivos que promova: i) Melhoria/ criação de transportes públicos em zonas de baixa procura ii) Soluções/ modos de transporte/ cadeias de deslocações energeticamente mais eficientes iii) Incentivos à renovação de frotas, adotando veículos ambientalmente sustentáveis	Indicadores 75 e 76	Em curso	INE	Propõe-se consultar o IMT e reunir da CTTM
			Indicadores 34, 35, 40 e - 56	Em curso	INE. DGEG, CM	Aferir com as CM o reporte de informação para o indicador 25
106	NEIR	A administração local deve enquadrar nos PMOT as seguintes orientações: Ao nível do PDM: i) Delimitação das áreas de influência das interfaces promovendo a intermodalidade e interoperabilidade ii) Definir os critérios para a localização de parques empresariais e plataformas logísticas, tendo em consideração os mais adequados níveis de acessibilidade, dando preferência ao modo ferroviário Ao nível dos Planos de Urbanização: i) Níveis adequados de serviço em transporte público ii) Adequação de acessibilidades/ infraestruturas, espaços canais de	Check list para o acompanhamento dos PDM	Em curso	CCDR	

Diretriz de Seguimento			Instrumento de avaliação	Ponto de situação	Entidades Responsáveis pelo reporte de informação	Observações
		acesso rodoviário e acolhimento de transporte público				
107	NEIR	As câmaras municipais, no âmbito dos PMOT e dos Regulamentos Municipais, exigem para a atividade e localização de instituições e empresas com mais de 100 trabalhadores à elaboração e aplicação de Planos de Deslocações de Empresas	Check list para o acompanhamento dos PMOT e reg. municipais	Em curso	CCDR	
108	NEIR	A NAER, S. A., em parceria com o InIR, I. P., a EP, a RAVE, a CP e a REFER, definem as acessibilidades rodo - ferroviárias ao Novo Aeroporto de Lisboa no Campo de Tiro de Alcochete e compatibilizam os restantes modos, numa lógica de fiabilidade, complementaridade modal e de eficiência energética das cadeias de deslocações	Consultar entidades e reunir CTTM	Por executar	CTTM	Estas normas devem ser ponderadas e interpretadas em função do contexto atual e das decisões que venham a ser tomadas sobre grandes infraestruturas A redefinir em função da reunião da CTTM
109	NEIR	A Administração Central estuda e avalia: i) Potenciais corredores e a viabilidade de estabelecimento de ligação transversal entre as Linhas do Oeste e do Norte, tendo por referência as alternativas posicionais indicadas no esquema do modelo ii) O traçado de uma ligação da Linha do Norte, na zona do Cartaxo/ Setil/ Santarém, que sirva diretamente o Novo Aeroporto de Lisboa e viabiliza a sua concretização iii) Alternativas da conexão da Linha do Oeste a partir da zona de Torres Vedras, direta a Lisboa, independente da Linha de Sintra	PE – Sistema de Transportes e Mobilidade- Ações 11 e 13	Por executar	REFER	Aferir com o setor o reporte de informação e eventual alteração de política
			PE – Sistema de Transportes e Mobilidade- Ações 12 e 14	Em execução	REFER	
Desenvolvimento Rural / Relação Urbano-Rural						
110	DPG	Contrariar a aplicação em solo rural dos modelos de expansão urbanística, assegurando a redução da pressão urbanística em zonas eminentemente rurais	Check list para o acompanhamento de PMOT	Em curso	CCDR	

Diretriz de Seguimento			Instrumento de avaliação	Ponto de situação	Entidades Responsáveis pelo reporte de informação	Observações
			Indicador 63, 77 e 78	Em curso	CM CCDR (Corine)	
111	DPG	Evitar a construção de tipologias plurifamiliares aglomerados rurais, de modo a manter o carácter distintivo destes aglomerados relativamente a vilas e cidades	Check list para o acompanhamento de PMOT Indicadores 77 e 78	Em curso	CCDR INE	
112	DPG	Estabelecer orientações estratégicas para a definição de perímetros urbanos, nomeadamente em função da capacidade de carga das redes energéticas e de transportes, do saneamento e abastecimento de água, tratamento e valorização de RSU, e dos equipamentos de saúde e educação	Check list para o acompanhamento de PMOT	Em curso	CCDR	
113	DPG	Considerar o potencial de reconversão de espaços urbanos desqualificados para solo rural	Check list para o acompanhamento de PMOT	Em curso	CCDR	
			Indicador 61	Em curso	CM CCDR (Corine)	
114	DPG	Assegurar a sustentabilidade cumulativa do desenvolvimento turístico, nomeadamente em relação à capacidade de carga turística da região, tendo em conta o fator de sazonalidade, com incidência particular no litoral	Check list para o acompanhamento de PMOT	Em curso	CCDR	
			Indicador 79		INE	
116	DPG	Promover a monitorização de iniciativas turísticas em meio rural evitando a sua proliferação e garantindo a integração com o meio envolvente	Indicador 79	Em curso	CCDR	Preocupação também presente na diretriz 149
			Indicador 30			

Diretriz de Seguimento			Instrumento de avaliação	Ponto de situação	Entidades Responsáveis pelo reporte de informação	Observações
118	NEIR	Os Núcleos de Desenvolvimento Turístico (NDT) devem ser integrados em áreas de vocação turística e desenvolver-se com base em Plano de Urbanização ou Plano de Pormenor	Check list para o acompanhamento de PMOT	Em curso	CCDR	
119	NEIR	No âmbito dos PU ou PP referidos no ponto anterior, a área afeta aos NDT deve ter a qualificação de Espaço de Ocupação Turística (EOT) não sendo permitido a reclassificação do solo rural em urbano	Check list para o acompanhamento de PMOT	Em curso	CCDR	
120	NEIR	Ao nível dos Núcleos de Desenvolvimento Económico de Turismo e Lazer (NDE -TL) devem-se definir as regras e parâmetros para a sua localização tendo em especial atenção a adequação das suas atividades aos espaços em que se integram, nomeadamente no respeitante a condições ambientais, de acessibilidade, e de relação com o povoamento e com a rede urbana e com os recursos endógenos	Check list para o acompanhamento de PMOT	Em curso	CCDR	
121	NEIR	Ao nível dos Núcleos de Turismo e Lazer (NTL) devem-se identificar as áreas a sujeitar a requalificação urbana, com especial incidência na melhoria dos espaços públicos, dos equipamentos e serviços, e na valorização do património edificado e dos centros antigos	Check list para o acompanhamento de PMOT	Em curso	CCDR	
122	NEIR	Nas áreas identificadas com potencialidades agrícolas e florestais, condicionar a ocupação e uso do solo à preservação e promoção do uso agrícola nos solos de maior capacidade produtiva, nomeadamente, onde se efetuaram ou se prevê efetuar investimentos significativos, públicos ou privados, ou onde se desenvolvam os sistemas culturais integrados em fileiras estratégicas regionais e/ou de qualidade (frutícolas, hortícolas, culturas industriais, vinha, olival) e os integrados na RAN e em aproveitamentos hidroagrícolas coletivos	Check list para o acompanhamento de PMOT	Em curso	CCDR	
123	NEIR	Promover o desenvolvimento sustentável em espaço rural contrariando a fragmentação das unidades culturais e as estruturas ou áreas de elevado interesse agrícola e paisagístico	Check list para o acompanhamento de PMOT, planos e programas	Em curso	CCDR	

Diretriz de Seguimento			Instrumento de avaliação	Ponto de situação	Entidades Responsáveis pelo reporte de informação	Observações
			setoriais			
124	NEIR	No âmbito dos espaços florestais com funções de produção, silvo pastorícia, caça e pesca promover sistemas de incentivos de forma a: i) Diminuir progressivamente a extensão territorial abrangida por povoamentos puros de espécies de rápido crescimento e sujeitos a silvicultura intensiva, alocando-os preferencialmente em zonas com maior produtividade ii) Aumentar a área sujeita a gestão florestal sustentável	PE – Agricultura e Florestas – Ação 8	Sem Informação	ICNF	
			Indicadores 52 e 53	Sem Informação	DGADR	
125	NEIR	No âmbito dos espaços florestais com funções de proteção e de conservação deve promover sistemas de incentivos de forma a fomentar as galerias ripícolas, com ações de manutenção e consolidação vocacionadas para a conservação dos recursos hidrológicos e de habitats específicos classificados, onde a exploração florestal estará subordinada aos princípios da conservação e proteção	PE – Agricultura e Florestas – Ação 8	Sem informação	ICNF	
			Indicadores 52 e 53	Sem informação	DGADR	
126	NEIR	As Câmaras Municipais, no âmbito dos PMOT e dos Regulamentos Municipais/processo de licenciamento, em áreas florestais com função de recreio e enquadramento paisagístico são responsáveis por: i) Diversificar e naturalizar a paisagem nas áreas sujeitas a empreendimentos turísticos relevantes, nomeadamente no que respeita aos povoamentos florestais mono específicos ii) Promover e garantir o acesso à utilização social da floresta, promovendo a harmonização das múltiplas funções que ela desempenha e salvaguardando os seus aspetos paisagísticos, recreativos, científicos e culturais	Check list para o acompanhamento de PMOT, planos e programas setoriais	Em curso	CCDR	
Fragmentação Territorial						

Diretriz de Seguimento			Instrumento de avaliação	Ponto de situação	Entidades Responsáveis pelo reporte de informação	Observações
127	DPG	Estabelecer normas que acautelem o agravamento da dispersão do edificado, derivada da instalação de resorts integrados em meio rural, nomeadamente afastamentos mínimos entre os NDT, possibilidades de expansão de conjuntos turísticos existentes e afastamentos mínimos a usos existentes	Check list para o acompanhamento de PDM	Em curso	CCDR	Também relevante para o FCD Recursos Naturais e Culturais
			Indicadores 58, 77, 78 e 79		INE / CCDR	
128	DPG	Consideração dos efeitos da implantação de novas infraestruturas de internacionalização no sistema urbano existente e futuro, nomeadamente ao nível das estratégias de polinucleação e contenção da dispersão urbana	Check list para o acompanhamento de PDM	Em curso	CCDR	
131	NEIR	Reforçar os subsistemas urbanos do Sorraia-Tejo, Benavente/Salvaterra de Magos/Coruche, de forma a responder às dinâmicas e novas exigências geradas pela atractividade do NAL em articulação com AML	Check list para o acompanhamento de planos e programas setoriais	Em curso	CCDR	Estas normas devem ser ponderadas e interpretadas em função do contexto atual e das decisões que venham a ser tomadas sobre grandes infraestruturas
			Indicador 78		INE	
132	NEIR	Promover a sustentabilidade e a qualidade do crescimento urbano no Eixo de Conectividade com a AML, Torres Vedras / Alenquer / Benavente	Check list para o acompanhamento de planos e programas setoriais	Em curso	CCDR	
			Indicador 78		INE	
133	NEIR	Desenvolver uma política de ordenamento urbano que inove e aposte: na mobilidade urbana sustentável; na eficiência energética e na promoção de energias renováveis; nas tecnologias da informação e comunicação como instrumento para a promoção de cidades inteligentes e para a sua governação	Check list para o acompanhamento de planos e programas setoriais	Em curso	CCDR	
136	NEIR	Privilegiar, em relação às outras tipologias de turismo em solo rural, a implementação do TER, TN, TH e Hi em edifícios e espaços de	Check list para o acompanhamento dos	Em curso	CCDR	

Diretriz de Seguimento			Instrumento de avaliação	Ponto de situação	Entidades Responsáveis pelo reporte de informação	Observações
		especial interesse patrimonial, cultural ou paisagístico nomeadamente, quintas tradicionais, edifícios de interesse municipal e aldeias cujas características rurais são preservadas	PMOT			
			Indicadores 30 e 55	Em curso	INE	
137	NEIR	<p>Propor a criação de novas áreas urbanas ou expansão das existentes, obedecendo aos seguintes requisitos:</p> <p>- Demonstração da necessidade, considerando-se:</p> <p>i) Disponibilidade de áreas para reconversão e reabilitação de áreas urbanas existentes com usos urbanos obsoletos ou degradadas e possibilidade de preenchimento de vazios urbanos</p> <p>ii) Dimensionamento dos espaços de urbanização programada em função das necessidades demonstradas e da seguinte forma:</p> <p>iii) Admitir a expansão dos perímetros urbanos existentes apenas nos casos em que o somatório das áreas urbanas consolidadas e comprometidas atinjam os 70% (não contabilizando as áreas da estrutura ecológica urbana).</p> <p>iv) Condicionar a dimensão das áreas de expansão ao limiar máximo de 30% das áreas consolidadas e comprometidas, contabilizando o somatório das áreas urbanas ainda livres do perímetro urbano existente e as novas áreas de expansão.</p>	Check list para o acompanhamento dos PMOT	Em curso	CCDR	
			Indicadores 61 e 62	Em curso	CM	
138	NEIR	<p>Considerar o princípio da reversão do solo urbano em solo rural, nas seguintes situações:</p> <p>i) Reconfiguração de perímetros urbanos</p> <p>ii) Quando se verifique a sua dimensão excessiva face ao estabelecido nas normas anteriores</p> <p>iii) Quando se verifique que as áreas delimitadas como perímetro urbano não reúnam as condições para integrar solo urbano, podendo vir a integrar a aglomerados rurais ou áreas afetas a outras tipologias de povoamento em solo rural</p>	Check list para o acompanhamento dos PMOT	Em curso	CCDR	Estes requisitos devem ser aplicados de forma integrada com o DR n.º11/2009
			Indicadores 61 e 62	Em curso	CM	
139	NEIR	Não afetação de áreas de valores e recursos naturais fundamentais e de áreas de risco, salvo situações excecionais, quando	Check list para o acompanhamento de	Em curso	CCDR	

Diretriz de Seguimento			Instrumento de avaliação	Ponto de situação	Entidades Responsáveis pelo reporte de informação	Observações
		demonstrada a necessidade e inexistência de alternativas de localização e comprovada a salvaguarda de pessoas e bens	Planos e programas setoriais			
			Indicador 44	Em curso	CM, CCDR	
140	NEIR	<p>Qualificar o solo rural de acordo com os critérios constantes do quadro em anexo II ao PROT OVT e tendo em consideração as seguintes diretrizes:</p> <p>i) Proibir a edificação dispersa, concentrando esse tipo de procura em espaços urbanos de baixa densidade, aglomerados rurais e outras tipologias específicas de povoamento em solo rural e orientando-a simultaneamente para a reabilitação do património edificado já existente</p> <p>ii) Condicionar a nova edificação isolada para fins habitacionais dos agricultores ou construções de suporte a atividades económicas valorizadoras do espaço rural a critérios de proteção dos recursos naturais e ambientais e dos valores paisagísticos, bem como a uma área mínima do prédio (...)</p> <p>iii) Admitir as edificações enquadradas nas tipologias legais do Turismo em Espaço Rural (TER), Turismo de Habitação e Turismo da Natureza, bem como hotéis isolados de categoria não inferior a 3 estrelas (...)</p> <p>iv) Identificar as edificações existentes em espaço rural não licenciadas onde funcionam atividades económicas industriais e agropecuárias e ponderar mecanismos que permitam a sua realocação ou legalização (...)</p>	<p>Check list para o acompanhamento dos PMOT</p>	Em curso	CCDR	
			Indicadores 57, 58, 59, 60 e 63		CCDR, INE, CM	
			Indicador 78		INE	
141	NEIR	<p>Identificar as áreas fundamentais a integrar na estrutura ecológica municipal e urbana de acordo com os critérios que em seguida se identificam:</p> <p>i) Transposição da Estrutura Regional de Proteção e Valorização Ambiental para a escala municipal nos termos do definido nas</p>	<p>Check list para o acompanhamento dos PMOT</p>	Em curso	CCDR	
			Indicador 41		CCDR, CM	

Diretriz de Seguimento			Instrumento de avaliação	Ponto de situação	Entidades Responsáveis pelo reporte de informação	Observações
		<p>normas específicas do sector</p> <p>ii) Integração de áreas que assegurem bens e serviços ambientais necessários ao desenvolvimento das atividades humanas, bem como os recursos fundamentais de solo e água e as áreas de risco natural</p> <p>iii) Identificação das estruturas ecológicas urbanas integrando um conjunto de áreas verdes diversificadas e conectadas, aproveitando as linhas de drenagem natural, outras áreas com valor natural e cultural e as áreas de proteção a infraestruturas e utilizações conflituosas com a fruição urbana</p>				
142	NEIR	Tendo em conta a localização do Novo Aeroporto de Lisboa no Campo de Tiro de Alcochete, destacam-se como especialmente importantes a implementação das normas propostas pelo PROT OVT aplicáveis às Subunidades 14b (Charneca Ribatejana Sul) e 15b (Eixo Ribeirinho Benavente)., Assim, devem a Administração Central e as Câmaras Municipais	<i>Check list</i> para o acompanhamento dos PMOT	Em curso	CCDR	Estas normas devem ser ponderadas e interpretadas em função do contexto atual e das decisões que venham a ser tomadas sobre grandes infraestruturas
143	NEIR	i) Promover a elaboração de um estudo de estratégico, programático e de ordenamento, em articulação com a Área Metropolitana de Lisboa, para a área do Novo Aeroporto de Lisboa e áreas de influência direta que prespetive as dinâmicas de crescimento em matéria de atividades e população	<i>Check list</i> para o acompanhamento dos PMOT	Em curso	CCDR	Idem
144	NEIR	ii) Acolher as dinâmicas do Novo Aeroporto de Lisboa, promovendo a concentração de atividades e de crescimento residencial, apoiado nas centralidades formadas pelo Eixo Urbano Benavente - Samora Correia/ Salvaterra de Magos e Coruche e reforçando a proteção total das áreas de interesse agrícola e de conservação da natureza e biodiversidade	<i>Check list</i> para o acompanhamento dos PMOT	Em curso	CCDR	Idem
145	NEIR	iii) Desenvolver e adotar soluções técnicas na construção do Novo Aeroporto de Lisboa, que considerem a funcionalidade ecológica	<i>Check list</i> para o acompanhamento dos	Em curso	CCDR	Idem



Diretriz de Seguimento			Instrumento de avaliação	Ponto de situação	Entidades Responsáveis pelo reporte de informação	Observações
		das linhas de água envolventes e a compatibilização de usos com a qualidade e produtividade do aquífero da Margem Esquerda do Tejo	PMOT			
146	NEIR	iv) Articular a nova infraestrutura aeroportuária com a rede de acessibilidades nacional e regional em todas as suas valências, considerando as novas realidades de logística	<i>Check list</i> para o acompanhamento dos PMOT	Em curso	CCDR	Idem